



RELATÓRIO ANUAL 2019



RELATÓRIO
ANUAL
2019

APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual é o principal documento de prestação de contas aos participantes, reunindo informações sobre o desempenho dos planos de benefícios administrados pela Petros e, de forma resumida, as medidas praticadas pela gestão ao longo do ano.

A publicação traz, nas primeiras páginas, um resumo do resultado de 2019, incluindo a evolução do patrimônio, a rentabilidade dos planos e o resultado dos investimentos.

Também apresenta as principais informações sobre as deliberações dos órgãos estatutários, o corpo funcional da Petros e um perfil dos participantes. Além disso, foram acrescentadas informações detalhadas sobre as medidas de gestão, que mostrarão as mudanças em curso na Fundação.

Outra novidade é a utilização de mais recursos gráficos para melhorar a leitura e tornar as informações mais didáticas.

Além das demonstrações contábeis do exercício, o Relatório Anual traz todas as informações referentes aos planos de benefícios, como parecer atuarial, demonstrativo de investimentos e comparações dos resultados de 2019 com os do ano anterior. Os dados estão reunidos no conjunto de documentos anexos que compõem o relatório, cuja divulgação é exigida pela legislação. A Fundação publica também informações detalhadas sobre cada modalidade de plano que administra (benefício definido, contribuição variável e contribuição definida).

Antes da divulgação do documento, as demonstrações contábeis da Petros são submetidas a uma auditoria externa independente, aprovadas pelo Conselho Deliberativo – instância máxima de governança, composta por representantes eleitos pelos participantes e por indicados pela patrocinadora – e enviadas à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão que fiscaliza as atividades das entidades fechadas de previdência complementar.



SUMÁRIO

01	MISSÃO, VISÃO E VALORES	31	RESULTADOS DA PETROS
02	MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA	40	MEDIDAS DA GESTÃO
04	A DIRETORIA EXECUTIVA	79	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
06	MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO	81	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
08	ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	148	PARECER DO CONSELHO FISCAL
14	OUVIDORIA	150	DECISÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO
16	NOSSA GENTE		
20	NOSSOS PARTICIPANTES		
24	NOSSOS PLANOS		
30	O ANO DE 2019		



MISSÃO

Pagar benefícios aos nossos participantes de forma eficiente, transparente e responsável, com base numa gestão de excelência.

VISÃO

Ser reconhecida no mercado de previdência complementar por sua excelência na administração de planos de previdência, na gestão de ativos, na transparência, na integridade e no atendimento aos seus participantes e assistidos.

VALORES

- Integridade
- Credibilidade
- Respeito pelas pessoas
- Abertura a novas ideias

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

O ano de 2019 foi marcado por profundas mudanças, ajustes de rota e grandes realizações que marcam um novo capítulo da história da Petros. Iniciamos uma verdadeira reestruturação para recuperar o que há de mais valioso para um fundo de pensão: a confiança dos participantes. Buscamos também, por meio do diálogo e aproximação, somar forças e encontrar soluções para questões cruciais que impactavam diretamente a vida dos nossos participantes.

O Novo PED, proposta alternativa de equacionamento dos planos Petros do Sistema Petrobras, de benefício definido, foi a principal realização neste sentido. Com objetivo de amenizar os impactos financeiros do PED 2015 no orçamento dos participantes, o novo modelo de equacionamento foi marcado pelo amplo debate com participantes, entidades representativas e patrocinadores. O ponto de partida para sua implementação foi a cisão do PPSP-R e PPSP-NR para reunir o chamado Grupo Pré-70, projeto que demandou a dedicação de todas as áreas da Petros.

O resultado financeiro, com a melhor rentabilidade dos últimos 12 anos, também foi um fato histórico e reflete a maturação das medidas que vem sendo adotadas, tanto em relação às práticas de gestão, quanto à qualificação das equipes, comprovando que estamos no caminho certo. Em 2019, o patrimônio da Petros alcançou o patamar de R\$ 108 bilhões, aumentando a robustez e a importância da nossa entidade para o setor de previdência complementar fechada.

Outra conquista importante que merece destaque foi a aprovação das demonstrações contábeis da Petros pelo Conselho Fiscal, depois de 16 anos consecutivos de pareceres contrários, evidenciando o novo momento que vivemos e também nossos esforços para o fortalecimento da governança da entidade, por meio de um trabalho técnico, conjunto e pautado pelo compromisso com os participantes.

Na frente jurídica, conduzimos um amplo trabalho de saneamento da base processual, organizando e ajustando as informações processuais, financeiras e documentais, com o objetivo de aumentar a eficácia dos controles internos. Este esforço

permitiu ainda a eliminação da ressalva apontada pela auditoria independente no balanço de 2018 – de limitação de escopo para precisar os valores relativos aos depósitos e contingências judiciais.

Avançamos ainda em governança e aumento dos controles internos, principalmente nas medidas voltadas à integridade. Realizamos uma profunda revisão do trabalho das Comissões Internas de Apuração, com o apoio da consultoria Deloitte, permitindo implementar iniciativas mais enérgicas e com resultados práticos. Neste sentido, o objetivo é acelerar todas as apurações necessárias e, caso sejam apontadas irregularidades, cobrar ressarcimentos para reaver os valores que a Petros tem direito.

No âmbito administrativo-financeiro, intensificamos a política de otimização de recursos e de redução de custos, buscando ao mesmo tempo maior eficiência. Com isso, conseguimos cortar em 11% as despesas administrativas em 2019 frente ao montante inicialmente orçado e, para 2020, seguiremos colocando em prática medidas para maior controle dos gastos.

Importantes projetos também foram desenvolvidos ao longo do ano para gerar ganhos de eficiência, modernizar práticas e processos, tornar o quadro técnico ainda mais qualificado e aumentar a transparência e a prestação de contas aos nossos participantes.

Estas conquistas e os desafios que ainda temos pela frente nos impulsionam ainda mais a seguir trabalhando incansavelmente para o futuro da Petros e pela satisfação dos nossos participantes. Estamos escrevendo uma nova história de uma empresa que completará meio século de vida. O caminho é desafiador e a transformação necessária, mas estamos certos de que a Petros sairá mais fortalecida e com a devida credibilidade junto aos seus participantes.

A DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

BRUNO DIAS

Formado em Direito pela PUC-Rio, com mestrado, também em Direito, pela London School of Economics and Political Science (LSE), tem ampla experiência em previdência complementar. Foi diretor de Segurança e Jurídico da Fapes, fundo de pensão do BNDES, onde também ocupou interinamente o cargo de diretor-superintendente, foi chefe do Departamento Jurídico e membro titular do Conselho Deliberativo. Antes de chegar à Petros, ocupava o cargo de diretor da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

DIRETOR DE INVESTIMENTOS

ALEXANDRE MATHIAS

Doutorando, mestre e bacharel em Economia pela Universidade de Campinas, Fundação Getúlio Vargas – com Master Exchange Program, pela ESSEC-Paris –, e Universidade de São Paulo, respectivamente. De 2012 a abril de 2019, trabalhou na Bradesco Asset Management. Antes, foi diretor de Gestão e Distribuição de Mandatos Exclusivos do Itaú Asset Management e diretor de Renda Fixa e Pesquisa Macroeconômica do Unibanco Asset Management.



DIRETOR DE SEGURIDADE

FLAVIO CASTRO

Pós-graduado em Atuária, com MBA em Gestão de Negócios, foi sócio da Atuas, consultoria atuarial que tem expertise em desenvolvimento e acompanhamento de plano de benefícios para diversos clientes. Tornou-se diretor do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) em 2008. Em 2012, assumiu a presidência do instituto, até sua vinda para a Petros, em 2016. Atualmente, é coordenador da Comissão Técnica Sudeste de Planos Previdenciários da Abrapp.

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

HENRIQUE TRINCKQUEL

DE NOVEMBRO DE 2016 A MARÇO DE 2020

Economista com MBA em Finanças e Investimentos, pós-graduação em Análise Financeira e certificação CFA Charterholder, é empregado da Petrobras, tendo sido aprovado em primeiro lugar no concurso da companhia em 2005. Foi diretor Administrativo e Financeiro da Petrobras Biocombustível. No exterior, atuou no Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington, e no Pictet & Cie Banquiers, em Londres.

LEONARDO MORAES

A PARTIR DE ABRIL DE 2020

Formado em Engenharia Elétrica, pela UFJF, com mestrado em Matemática, pelo IMPA, é doutorando em Engenharia de Sistemas e Computação na UFRJ, além de possuir certificação FRM (Financial Risk Manager). Tem ampla experiência em gestão. Na Petrobras, comandou as áreas de Riscos Estratégicos e Análises Quantitativas de Riscos. E na Petros, atuou no Conselho Deliberativo, além de ter integrado o Comitê de Investimentos de Assessoramento ao colegiado.

MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

O exercício de 2019 marcou o ano da virada da Petros, tanto em relação aos resultados financeiros quanto no endereçamento de importantes questões da Fundação. Um dos destaques foi a rentabilidade dos investimentos, que alcançou quase 20%, superando em mais de 100% a meta atuarial, considerando os ativos de todos os planos administrados. O resultado expressa de forma contundente a mudança de processos internos e a melhoria da governança que vinha sendo perseguida pela Petros com a renovação dos seus quadros profissionais, além do aumento dos controles internos e o acerto das decisões tomadas nos últimos anos. Em função do resultado dos investimentos, também foi possível reduzir a taxa de juros atuarial dos PPSPs.

A principal realização do ano foi a construção do Novo PED (plano de equacionamento) dos planos PPSP-R e PPSP-NR, a partir do diálogo entre Petros, patrocinadoras e entidades representativas dos participantes, marcando um novo momento na história desses planos. O novo modelo de equacionamento ameniza o impacto das cobranças extraordinárias no orçamento mensal dos participantes e oferece mais sustentabilidade para os planos.

Um dos pré-requisitos para o Novo PED, a cisão do Grupo Pré-70, realizada ao final de 2019, possibilitará também uma maior governança da Fundação na solvência e na liquidez necessárias, tanto para os planos que abrigam os participantes pré-70 quanto para os que reúnem os pós-70, contribuindo decisivamente para o equilíbrio técnico dos mesmos. Outro importante projeto na agenda da Petros é o Plano Petros-3, de contribuição definida, opção que será oferecida futuramente aos participantes desses planos para migração voluntária.

Também envidamos esforços em busca de alternativas para o Plano Petros Ultrafértil, que vem enfrentando sucessivos planos de equacionamento, visando endereçar os problemas de sustentabilidade do plano. É um compromisso que assumimos e que iremos perseguir para aliviar o impacto na renda dos participantes.

Ainda no âmbito da gestão dos ativos, aprovamos a nova Política de Investimentos para o período 2020-2024, num contexto de grande desafio, o de buscar rentabilidade para os investimentos em um cenário de juros baixos, o que se torna mais difícil para

a Fundação em função dos compromissos de longo prazo com seus participantes. Merece destaque o trabalho realizado para aprimorar a gestão de riscos dos planos da Petros e que foi incorporado na nova política, permitindo uma análise mais apurada entre ativos e passivo e contribuindo para a perenidade dos planos.

Paralelamente, o Conselho Deliberativo vem atuando no sentido de prover todos os recursos necessários para dar celeridade aos processos de investigação já mapeados pela Fundação, por meio das Comissões Internas de Apuração. Ainda neste contexto, a Petros solicitou o ingresso para atuar como assistente do Ministério Público Federal e ser coautora em processos de improbidade administrativa movidos pelo órgão contra ex-gestores e terceiros por atos ilegais que causaram prejuízos à Fundação.

A governança da Petros também foi fortalecida com o trabalho dos comitês de assessoramento ao Conselho Deliberativo, que, em 2019, contou integralmente, pela primeira vez, com a atuação do Comitê de Auditoria. Para fortalecer ainda mais os processos decisórios da Fundação, dispomos, também, do assessoramento dos comitês de Segurança e de Investimentos.

Em 2019, houve avanços significativos na consolidação da cultura de compliance e controles internos. Foi adotada uma nova metodologia de gestão de riscos operacionais e controles internos, que utiliza uma abordagem de autoavaliação de riscos e controles. Somou-se a isso a criação de novos normativos, como por exemplo a Política de Medidas Disciplinares e a Política de Transações com Partes Relacionadas, contribuindo também para a melhoria da governança. Além disso, foram registrados avanços na área de segurança da informação, com iniciativas que antecederam a sanção da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Ao longo de 2019, buscamos liderar a superação de todas as ressalvas das demonstrações contábeis dos anos anteriores, em especial a questão das contingências judiciais e os questionamentos do Conselho Fiscal da Petros. Como resultado, as demonstrações contábeis da Fundação foram aprovadas por todos os seus órgãos de governança, depois de 16 anos.

A Petros vem empreendendo importantes melhorias e aprimoramentos na sua governança, na busca incessante pela qualidade na prestação de serviços e no cumprimento de suas obrigações junto aos participantes. Encerramos 2019 conquistando avanços relevantes, que serão alicerces para a nossa jornada de tornar a Petros cada vez mais forte. Muito já foi feito, mas sabemos que ainda temos enormes desafios pela frente.

ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

CONSELHO DELIBERATIVO

COMPOSIÇÃO



INDICADOS **PELAS PATROCINADORAS**

TITULARES GUSTAVO
SANTOS RAPOSO
(PRESIDENTE)

AFONSO CELSO
GRANATO LOPES

CLAUDIA PADILHA
DE ARAUJO GOMES

SUPLENTES LEONARDO DE ALMEIDA
MATOS MORAES¹

LUIZ CARLOS
LEÃO

MARCO AURÉLIO
DA CUNHA
MONTEIRO VIANA



ELEITOS **PELOS PARTICIPANTES**

TITULARES JOSÉ ROBERTO
KASCHEL VIEIRA

NORTON CARDOSO
ALMEIDA

RONALDO TEDESCO
VILARDO

SUPLENTES HERVAL CANDIDO
DE SOUZA FILHO

ANDRÉ LUIS
ARAUJO SANTANA

MARCOS ANDRÉ
DOS SANTOS

¹Leonardo de Almeida Matos Moraes atuou como suplente até março de 2020 e assumiu, em 1º de abril, a Diretoria Administrativa e Financeira da Petros.

TEMAS MAIS RELEVANTES TRATADOS EM 2019

✓
Liquidez decorrente da cisão do Grupo Pré-70.

✓
Política de Medidas Disciplinares.

✓
Mudanças na Diretoria Executiva.

✓
Novo PED (nova alternativa de plano de equacionamento dos planos Petros do Sistema Petrobras).

✓
Políticas de investimentos para o período 2020-2024.

✓
Política de voto em assembleias gerais de acionistas – critério de relevância de participação acionária.

✓
Política de Partes Relacionadas.

✓
Cisão dos planos Petros do Sistema Petrobras – Repactuados (PPSP-R) e Não Repactuados (PPSP-NR).

✓
Novo modelo de governança das apurações internas.

✓
Saneamento da base de dados de depósitos judiciais/ recursais e contingente judicial.

✓
Processo eleitoral para novos representantes dos participantes nos conselhos Deliberativo e Fiscal.

✓
Aditivo ao termo de compromisso financeiro com o Grupo Pré-70.

✓
Política para assegurar defesa em processos judiciais e/ou administrativos.

✓
Novo sistema previdenciário.

COMITÊ DE AUDITORIA

O ano de 2019 foi o primeiro que contou integralmente, ao longo de seus 12 meses, com os trabalhos do Comitê de Auditoria, que assessora o Conselho Deliberativo (CD), instância máxima de governança da Petros. E foi um período de muito trabalho, com um total de 15 reuniões. Conheça os principais assuntos tratados pelo comitê.

COMPOSIÇÃO



MEMBROS

ANTÔNIO
MARTINGO FILHO
(COORDENADOR)

EVENILSON DE JESUS
BALZER

PEDRO GAUZISKI
DE ARAÚJO
FIGUEREDO

TEMAS MAIS RELEVANTES TRATADOS EM 2019

- ▼ Contratação de auditoria externa para a prestação dos serviços de auditoria independente.
- ▼ Efetividade das auditorias independente e interna.
- ▼ Avaliação e monitoramento da qualidade e da integridade dos processos de gerenciamento de riscos e dos controles internos.
- ▼ Avaliação e monitoramento da Política de Transações com Partes Relacionadas.
- ▼ Supervisão do funcionamento do Código de Condutas Éticas da Petros, da Ouvidoria e do Canal de Denúncia.
- ▼ Demonstrações contábeis e notas explicativas da Fundação.
- ▼ Avaliação e monitoramento das exposições de riscos da Fundação.
- ▼ Aceitação das recomendações feitas pelos auditores independentes e pelos auditores internos, ou as justificativas para sua não aceitação.
- ▼ Relatório anual das atividades e das conclusões alcançadas pelo Comitê de Auditoria.

COMITÊS DE INVESTIMENTOS E SEGURIDADE TAMBÉM ASSESSORAM O CD

Com o objetivo de aprimorar a governança e aplicar as melhores práticas do mercado, fortalecendo os processos de tomada de decisão, o Conselho Deliberativo conta com outros dois comitês de assessoramento: o de Investimentos e o de Seguridade. Estes dois comitês apreciam os temas de suas respectivas áreas que são tratados no CD.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

COMPOSIÇÃO



MEMBROS

THOMAS TOSTA
DE SÁ¹
(COORDENADOR)

LEONARDO
DE ALMEIDA
MATOS MORAES²

ANDRÉ LUIZ
ARAÚJO SANTANA

COMITÊ DE SEGURIDADE

COMPOSIÇÃO



MEMBROS

CLEIDE BARBOSA
DA ROCHA
(COORDENADORA)

MARCO AURÉLIO
DA CUNHA
MONTEIRO VIANA

RONALDO TEDESCO
VILARDO

¹Thomas Tosta de Sá e ²Leonardo Moraes deixaram o comitê em fevereiro e março de 2020, respectivamente.

CONSELHO FISCAL

COMPOSIÇÃO



INDICADOS PELAS PATROCINADORAS

TITULARES REINALDO LUZ
CÊIA DE SOUZA

DANIEL SARAIVA
SANTOS FILHO

SUPLENTES LUIS EDUARDO
PITTA DE NORONHA

ANDRÉ
GAMEIRO RUA



ELEITOS PELOS PARTICIPANTES

TITULARES JOÃO ANTONIO
DA SILVA CARDOSO
(PRESIDENTE)

LINALDO COY DE
BARROS

SUPLENTES –

TEREZA DA SILVA
SOARES

TEMAS MAIS RELEVANTES TRATADOS EM 2019

▼
Equacionamento
de déficits
dos planos.

▼
Dívidas
de patrocinadoras
com os planos.

▼
Cisão do PPSP-R
e do PPSP-NR
para segregar
o Grupo Pré-70.

▼
Transferência
de gestor do Plano
Petros Lanxess.

▼
Impacto atuarial
do Plano de
Classificação
e Avaliação
de Cargos (PCAC)
e da Remuneração
Mínima por Nível e
Regime (RMNR).

▼
Saneamento
da base processual
e conciliação
contábil
dos depósitos
judiciais.

▼
Saneamento
da base
cadastral.





OUVIDORIA

A Ouvidoria serve a todos os públicos de interesse da Petros, zelando para que o bem comum seja alcançado, conforme as melhores práticas de governança corporativa. É um órgão independente, que trabalha com autonomia, imparcialidade e confidencialidade no tratamento de situações difíceis, que requerem um ambiente com garantias para a percepção de confiança. Além da busca de soluções urgentes para os problemas relatados, em parceria com todas as áreas da Fundação, a Ouvidoria também tem a missão de analisar os aprendizados daí decorrentes e propor melhorias em processos internos, evitando problemas no futuro.

Para que possa cumprir sua missão, a Ouvidoria tem um lugar estratégico no organograma da Petros. Ela se reporta diretamente ao Conselho Deliberativo. O(a) ouvidor(a) trabalha por mandato de dois anos, podendo ser renovado uma vez.

A Ouvidoria atende os públicos interno e externo por dois canais distintos:



RECLAMAÇÕES AGRAVADAS

Assuntos relacionados aos planos administrados pela Petros. O atendimento da Ouvidoria ocorre após a conclusão do tratamento inicial da Central de Relacionamento, se o participante estiver insatisfeito com a resposta recebida, ou quando o prazo do atendimento tiver se esgotado.



CANAL DE DENÚNCIA

Denúncias de ilícitos ou violação a normas internas (fraude, corrupção, abuso, assédio, gestão temerária etc.), inclusive anônimas, são recebidas pela Ouvidoria, com sigilo de autoria garantido por empresa independente externa.

As denúncias recebidas são encaminhadas para apuração interna (no Jurídico, no Comitê de Ética ou na própria Ouvidoria) e também para apuração externa. Caso as denúncias sejam procedentes, as medidas punitivas serão determinadas pelo Comitê de Medidas Disciplinares, que inclui membro externo à Petros, e, se cabível, o Jurídico buscará ressarcimento pela via judicial. Além destas medidas, sempre que se constatare que os fatos denunciados podem ter resultado de mal-entendidos, a melhoria da comunicação e dos processos pertinentes é prioridade da Ouvidoria.



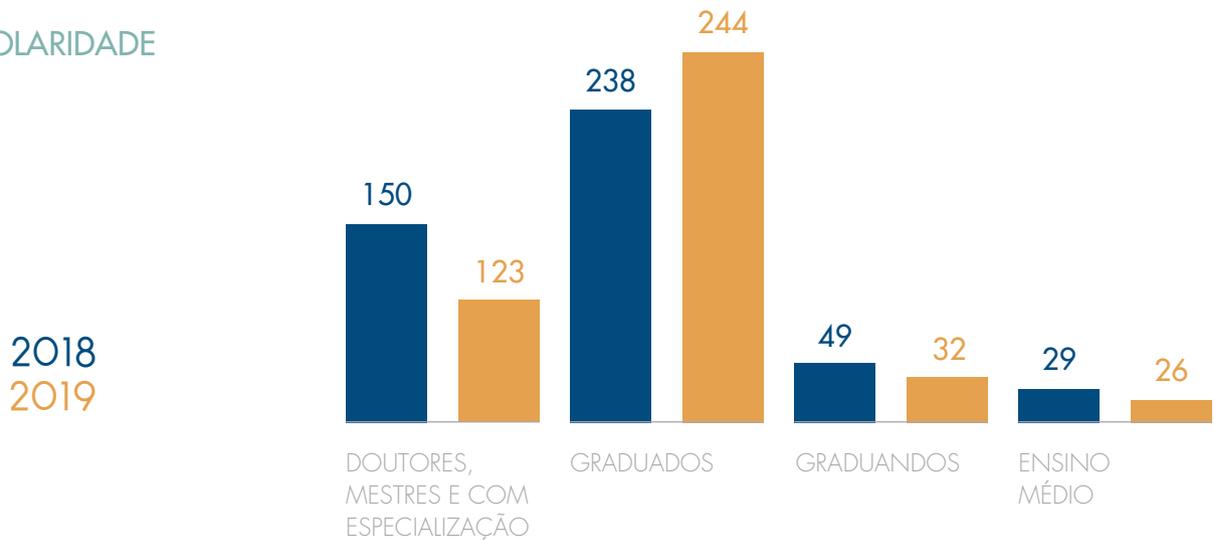
NOSSA GENTE

A força de trabalho é que move a Petros. Em 2019, 425 mulheres e homens trabalharam diariamente para garantir que a Fundação cumprisse sua missão de pagar benefícios de forma eficiente, transparente e responsável, com base numa gestão de excelência. Conheça um pouco mais algumas características das pessoas que dão vida à Petros.

TOTAL DE EMPREGADOS



ESCOLARIDADE



ESTAGIÁRIOS



PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

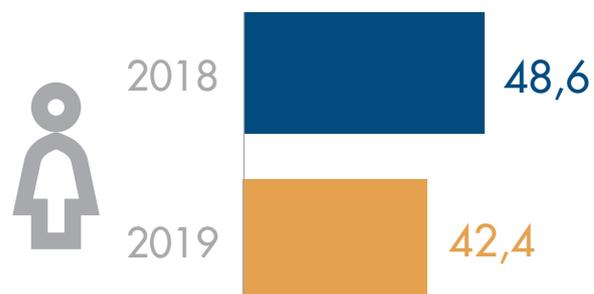


EMPREGADOS
ACIMA DE
45 ANOS
(%)

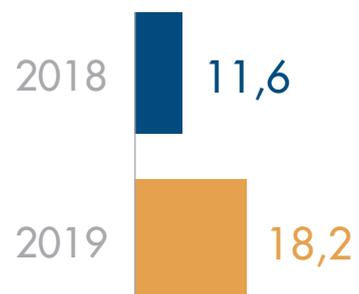


CARGOS
DE CHEFIA
(%)

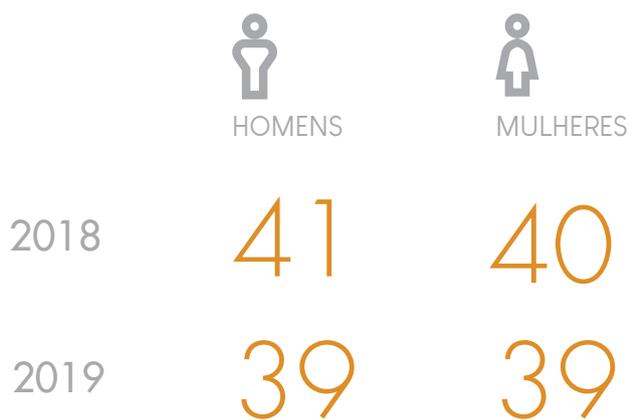
MULHERES



NEGROS



IDADE MÉDIA



NOSSOS PARTICIPANTES

A Petros possui 143,3 mil participantes, distribuídos pelas cinco regiões do país. Deste total, 73,2 mil são assistidos (aposentados e pensionistas) e 70,1 mil são ativos.



TOTAL DE PARTICIPANTES

POR SITUAÇÃO



ATIVOS
70.115

49%

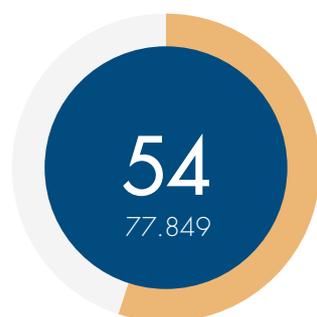


ASSISTIDOS
73.149

51%

POR MODALIDADE (%)

PLANOS BD



PLANOS CV



PLANOS CD



PARTICIPANTES POR MODALIDADES

ATIVOS (%)

PLANOS BD



PLANOS CV



PLANOS CD



ASSISTIDOS (%)



SEXO (%)



FEMININO

27



MASCULINO

73

IDADE (%)



0>24

0,4



25>34

7,6



35>54

32,2



55>64

25,3



65>74

20,5



+75

14,0

POR REGIÃO (%)





NOSSOS PLANOS

A Petros administra 39 planos de previdência complementar, oferecidos por diversas empresas, entidades e associações de classe, somando 109 instituições, o que a torna o maior fundo de pensão multipatrocinado do país em patrimônio administrado. São nove planos de benefício definido, três de contribuição variável, além de 14 de contribuição definida patrocinados e 13 de contribuição definida instituídos.



PARTICIPAÇÃO POR PLANO

BENEFÍCIO DEFINIDO

	2018		2019	
	 ATIVOS	 ASSISTIDOS	 ATIVOS	 ASSISTIDOS
	11.246	68.165	10.314	67.535
Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados	9.701	47.338	8.906	35.435
Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados	1.425	17.349	1.309	10.736
Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados Pré-70	-	-	4	11.610
Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados Pré-70	-	-	6	6.350
Plano Petros Copesul	-	1	-	1
Plano Petros Lanxess	65	1.698	48	1.657
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	2	214	2	204
Plano Petros PQU	-	2	-	1
Plano Petros Ultrafertil	53	1.563	39	1.541

CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL

	2018		2019	
	 ATIVOS	 ASSISTIDOS	 ATIVOS	 ASSISTIDOS
	49.003	4.542	48.779	4.841
Plano Misto Sanasa	1.462	243	1.461	267
Plano Petros-2	46.889	3.445	46.929	3.719
Plano TapmePrev	652	854	389	855

CONTRIBUIÇÃO
DEFINIDA
PATROCINADOS

	2018		2019	
	 ATIVOS	 ASSISTIDOS	 ATIVOS	 ASSISTIDOS
	7.199	64	6.877	70
Plano Alesat	881	6	793	8
Plano Cachoeira Dourada	43	7	43	7
Plano EldoradoPrev	414	-	461	-
Plano FiepePrev	1.116	14	960	15
Plano GasPrev	651	2	657	5
Plano IBP	93	11	99	11
Plano Liquigás	2.323	3	2.208	3
Plano Petro RG	307	3	316	3
Plano PrevFiepa	405	3	411	4
Plano PreviFiea	374	3	337	-
Plano PTAPrev	337	2	343	4
Plano Repsol	166	8	161	11
Plano SulgasPrev	83	1	82	1
Plano TermoPrev	6	-	6	-
Plano Transpetro	-	1	-	-

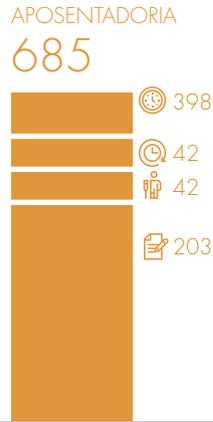
CONTRIBUIÇÃO
DEFINIDA
INSTITUÍDOS

	2018		2019	
	 ATIVOS	 ASSISTIDOS	 ATIVOS	 ASSISTIDOS
	3.811	720	4.145	703
Plano AduanaPrev	4	1	1	1
Plano AnaparPrev	2.326	696	2.771	675
Plano CRAPrev	111	3	98	3
Plano CRCPrev	157	-	134	-
Plano CROPrev	384	1	335	1
Plano CulturaPrev	156	3	128	4
Plano FenajPrev	38	3	36	2
Plano IBAPrev	302	9	353	12
Plano Prev-Estat	18	-	17	-
Plano PreviContas	66	1	60	1
Plano Previtália	21	-	18	-
Plano SimePrev	199	2	168	2
Plano Sinmed/RJ	29	1	26	2

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

2018
2.971

- ⌚ Tempo de contribuição
- 📅 Idade
- ⌚ Antecipada
- 👤 Invalidez
- 📄 Outros¹



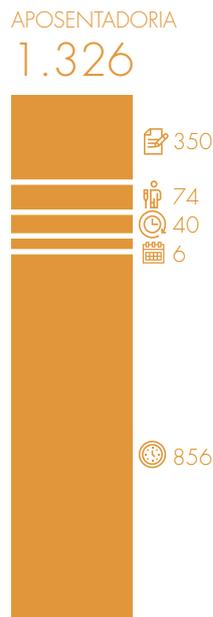
PECÚLIO
1.538

PENSÃO
619

AUXÍLIOS
129

2019
3.861

- ⌚ Tempo de contribuição
- 📅 Idade
- ⌚ Antecipada
- 👤 Invalidez
- 📄 Outros¹



PECÚLIO
1.625

PENSÃO
797

AUXÍLIOS
113

¹ Dentre os demais tipos de aposentadoria, constam aposentadoria normal vitalícia com reversão, aposentadoria especial, aposentadoria antecipada vitalícia com reversão, aposentadoria normal vitalícia sem reversão, aposentadoria normal prazo indeterminado com reversão, entre outras, a variar de acordo com o regulamento do plano.



O ANO DE 2019

O ano começou com otimismo, mas 2019 ainda foi difícil para o Brasil. Apesar da aprovação de medidas importantes, como a Reforma da Previdência, a expansão da economia foi muito discreta, de 1,1%, o menor crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em três anos e bem abaixo da expectativa inicial para o ano, que era de 2,5%. No cenário externo, a disputa comercial entre Estados Unidos e China gerou incertezas sobre a economia mundial e a falta de confiança nos mercados.

A inflação, medida pelo IPCA, encerrou 2019 em 4,31%, mantendo-se em níveis baixos, abrindo espaço para a queda dos juros. Ao longo do ano, o Banco Central (BC) reduziu quatro vezes a taxa Selic, que iniciou 2019 em 6,50% e terminou em 4,50%.

Com este cenário de juros baixos, o mercado de ações se tornou mais atraente para os investidores. O Ibovespa, referência do mercado brasileiro de ações, destacou-se no ano, registrando valorização expressiva de 31,58% e chegando aos 115 mil pontos. O dólar, pela cotação do BC, terminou com alta acumulada de 3,50%.

Neste contexto econômico, o maior desafio para os fundos de pensão em 2019 foi buscar alternativas para diversificar as carteiras de investimentos e atingir a meta atuarial estabelecida para os seus planos de benefícios.

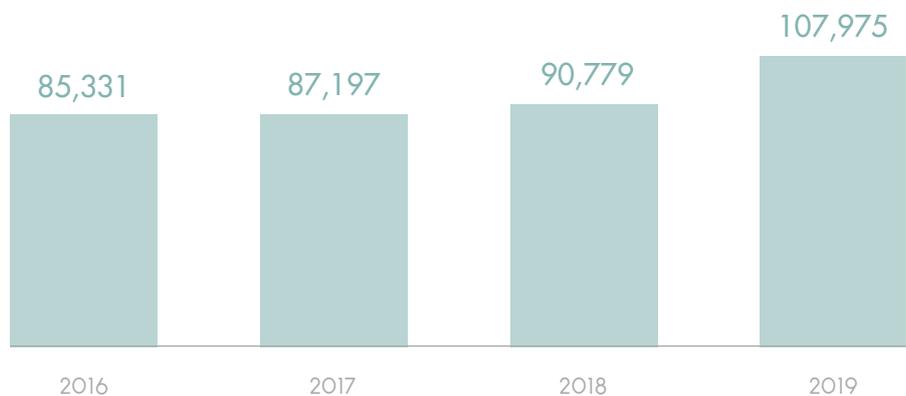
RESULTADOS DA PETROS

PETROS FECHA 2019 COM O MAIOR PATRIMÔNIO DE SUA HISTÓRIA

A Petros encerrou 2019 acumulando o maior patrimônio de sua história, de quase R\$ 108 bilhões, um crescimento de cerca de 19% em relação ao ano anterior (R\$ 91 bilhões). A marca foi alcançada graças à rentabilidade dos investimentos (19,69%), a maior em 12 anos, considerando todos os planos administrados pela Fundação. Com este desempenho, o retorno líquido dos investimentos consolidados somou R\$ 14,565 bilhões, mais que o dobro do resultado obtido em 2018 (R\$ 6,025 bilhões).

Entre os destaques estão os títulos públicos, com retorno de R\$ 8,449 bilhões, respondendo por mais da metade do rendimento, seguidos por fundos de investimento, com R\$ 3,117 bilhões, e ações, com R\$ 2,265 bilhões.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DA PETROS (R\$ EM BILHÕES)



PARECER FAVORÁVEL DO CONSELHO FISCAL APÓS 16 ANOS

Importante vitória para a Petros, as demonstrações contábeis receberam o aval do Conselho Fiscal depois de 16 anos consecutivos de pareceres contrários às contas da Petros, o que demonstra o novo momento vivido pela Fundação e reflete os esforços empreendidos pela atual administração para o fortalecimento da governança da entidade, por meio de um trabalho técnico e pautado pelo compromisso com os participantes.

BALANÇO EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS CONTÁBEIS

A auditoria independente atestou, em seu parecer, a conformidade das demonstrações financeiras de 2019 em relação às normas contábeis, reforçando o compromisso da atual gestão com as melhores práticas de governança corporativa.

Uma das principais conquistas da Petros foi a eliminação da ressalva apontada pela auditoria independente no balanço de 2018 – de limitação de escopo para precisar os valores relativos aos depósitos e contingências judiciais. Esta conquista só foi possível graças a um amplo trabalho realizado ao longo do ano, que envolveu toda a Fundação. Conduzido pela área jurídica, com apoio de consultoria contratada e do Setor de Contabilidade da Petros, o trabalho consistiu no saneamento da base processual e na conciliação contábil dos depósitos judiciais, abrangendo 49.904 processos ativos e encerrados. Além da eliminação da ressalva, este trabalho possibilitou uma redução do provisionamento das ações judiciais em R\$ 1,274 bilhão de 2018 para 2019. Com isso, a base jurídica passou a refletir a posição fidedigna dos depósitos judiciais e contingências, por plano de benefícios. Neste processo de saneamento das bases jurídicas, a Fundação regularizou em 2019 valores referentes a movimentações de anos anteriores, tanto dos depósitos judiciais quanto do exigível contingencial, afetando a comparação desses dados registrados nas demonstrações de 2018 e de 2019. Com isso, conforme determinado pelas normas contábeis, o apontamento virou uma ressalva de comparabilidade e efeitos no resultado. Com a manutenção da regularidade em 2020, a tendência é que, nos anos seguintes, essa ressalva deixe de aparecer, não havendo, portanto, necessidade de ação específica de tratamento.

Também foi reduzido o número de ênfases nas demonstrações contábeis, mecanismo utilizado pelos auditores independentes para chamar a atenção para um determinado tema apresentado no balanço e sobre o qual obtiveram evidência suficiente e apropriada de que não houve distorção relevante. Os auditores externos excluíram a ênfase que havia sido citada

no balanço de 2018 relacionada ao Plano de Equacionamento do Déficit de 2015 (PED-2015) do PPSP-R e do PPSP-NR, que, naquele ano, estava sendo parcialmente equacionado em função de decisões judiciais. Em setembro de 2019, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) cassou as liminares para restabelecer a cobrança.

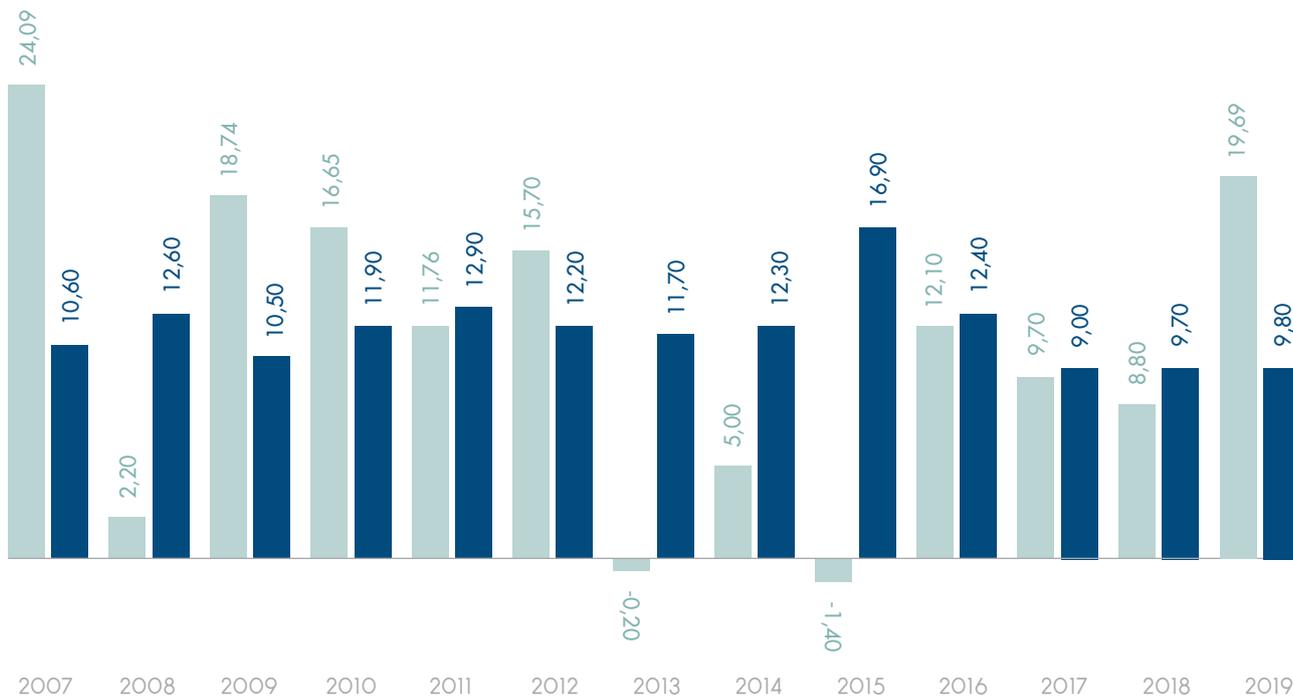
Por outro lado, foram mantidas as ênfases que tratam do plano de equacionamento do Plano Petros Ultrafertil, por equacionamento parcial do déficit, devido a decisões judiciais; e das investigações em curso envolvendo investimentos decididos no passado, por considerarem não ser possível avaliar o desfecho das mesmas e seus efeitos sobre as demonstrações contábeis da Fundação.

RENTABILIDADE É A MAIOR DOS ÚLTIMOS 12 ANOS

A rentabilidade registrada pela Petros (19,69%) foi a maior dos últimos 12 anos, considerando a carteira consolidada dos investimentos, situando-se entre os melhores resultados do país, tanto em relação a entidades abertas e fechadas quanto na comparação com bancos e gestoras independentes.

RENTABILIDADE DA PETROS (%)

● RENTABILIDADE
● META ATUARIAL



Todos os planos administrados pela Fundação bateram a meta atuarial, com destaque para os três maiores. Os planos Petros do Sistema Petrobras – Repactuados (PPSP-R) e Não Repactuados (PPSP-NR), de benefício definido, avançaram 23,06% e 22,32%, respectivamente, mais que duas vezes a meta (9,80%). Já o Plano Petros-2 (PP-2), de contribuição variável, rendeu 14,63%, superando também a meta para o ano, que foi de 9,89%.

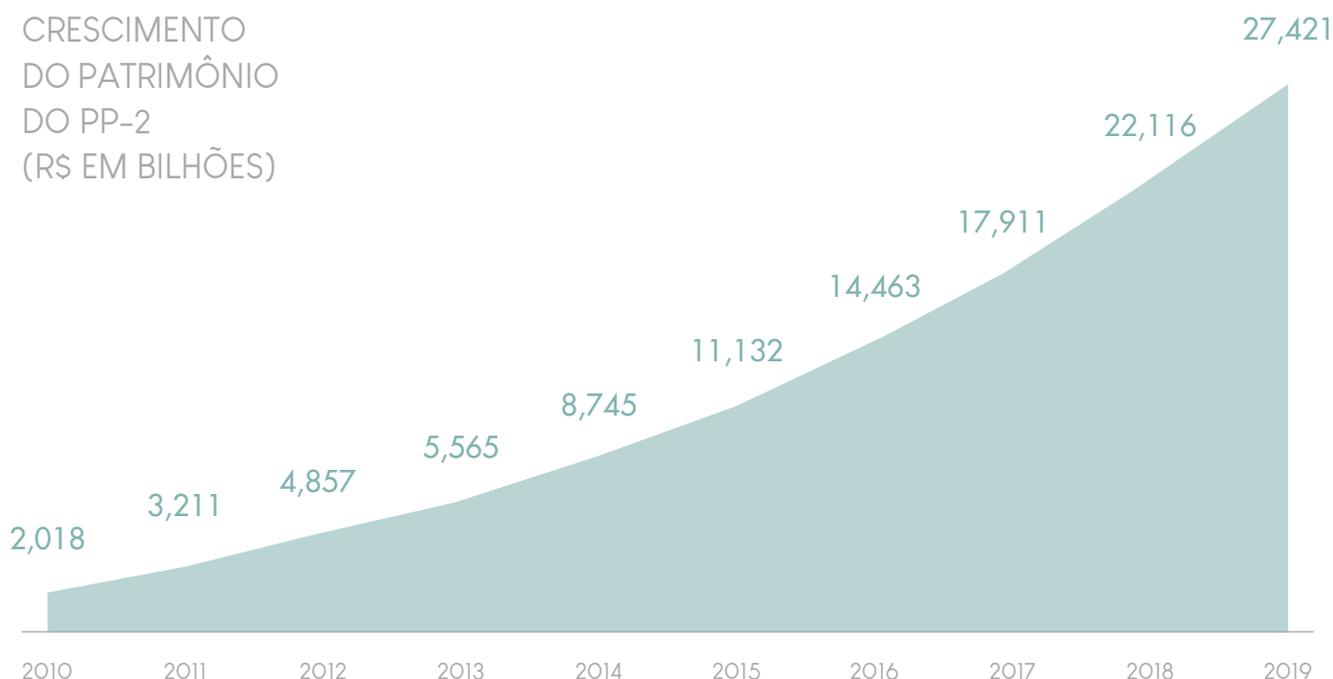
PP-2 ACUMULA SUPERÁVIT DE R\$ 388,4 MILHÕES

Plano jovem, em fase de forte acumulação de recursos, o PP-2 apresentou retorno líquido de R\$ 3,347 bilhões nos investimentos, 40% acima do contabilizado no ano anterior (R\$ 2,385 bilhões). Este resultado, somado às contribuições recebidas, que são superiores aos pagamentos de benefícios, contribuiu para elevar em 24%, para R\$ 27,421 bilhões, o patrimônio do plano, o segundo maior da Petros em número de participantes (50,6 mil). Assim, no final do exercício, o plano registrou superávit acumulado de R\$ 388,4 milhões, 34% maior do que o resultado de 2018 (R\$ 290,833 milhões).

RENTABILIDADE X META ATUARIAL (%)



CRESCIMENTO DO PATRIMÔNIO DO PP-2 (R\$ EM BILHÕES)



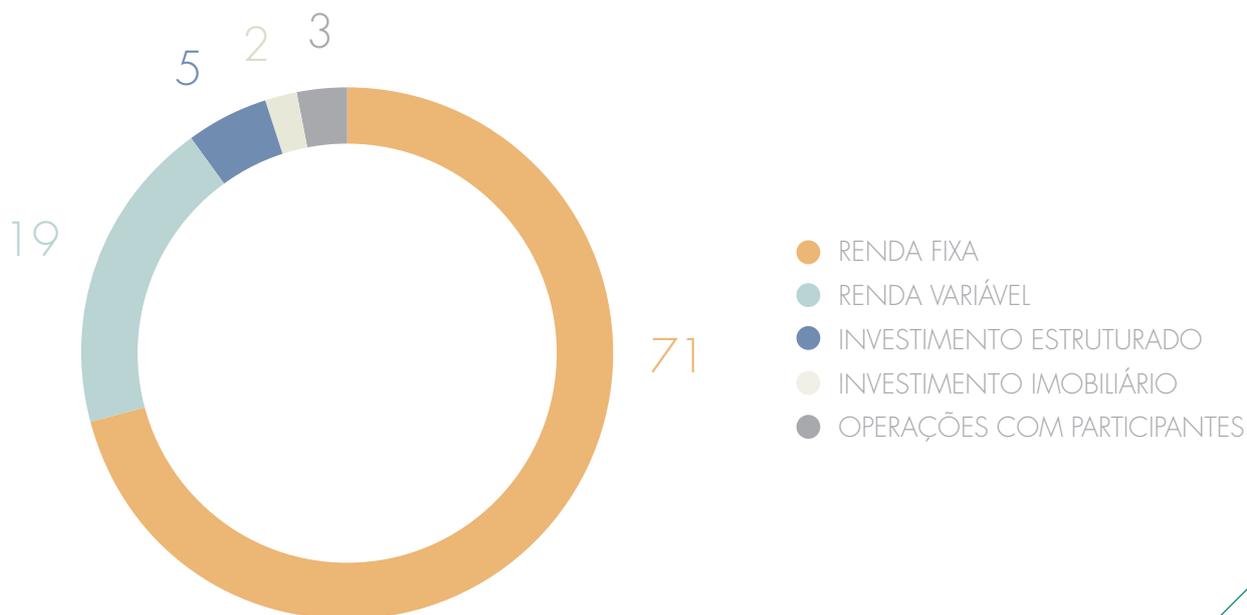
RENDA VARIÁVEL FICA ACIMA DO IBOVESPA

O principal destaque no PP-2 foi a renda variável, que subiu 34,81%, acima dos 31,58% do Ibovespa. O resultado foi impulsionado pelos FIAs de gestão interna e terceirizada, que respondem pela maior parte dos recursos do segmento e renderam 36,27%. O desempenho foi expressivo também na carteira de ações de giro, com alta de 40,63% no ano.

Na renda fixa, o rendimento acumulado de 10,82% correspondeu a quase o dobro da variação de 5,96% do CDI. Os títulos públicos, que respondem por cerca da metade da carteira do plano, renderam 11,90% e impulsionaram a alta, proporcionando um retorno de R\$ 1,454 bilhão nos investimentos, 43% do total registrado no exercício (R\$ 3,347 bilhões).

Já o investimento estruturado encerrou com valorização de 23,52% e também impactou positivamente o plano. As operações com participantes (empréstimos) avançaram 10,44% e os investimentos imobiliários renderam 0,73%.

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DO PP-2 (%)



PPSP-R E PPSP-NR: RESULTADO POSITIVO NO EXERCÍCIO PELA 1ª VEZ APÓS SETE ANOS

No PPSP-R e no PPSP-NR, o resultado líquido dos investimentos foi ainda maior, com retorno de, respectivamente, R\$ 8,505 bilhões e R\$ 2,183 bilhões, montantes bem superiores aos registrados no ano anterior. Juntos, representam 73% do retorno líquido consolidado da Petros, o que evidencia a relevância da carteira desses dois planos para o resultado da Fundação.

Em relação ao passivo dos planos, além do crescimento natural do montante necessário para cobrir todas as obrigações futuras – atualizadas anualmente pela meta atuarial –, houve um aumento em função da redução da taxa de juros no encerramento do exercício. O corte – de 5,27% para 4,43%, no PPSP-R, e para 4,37%, no PPSP-NR – foi necessário para adequar as taxas ao cenário econômico e, assim, reduzir o risco de novos déficits, proporcionando mais sustentabilidade aos planos no longo prazo.

Mesmo com a necessidade de ajuste na taxa de juros, ambos os planos apresentaram o primeiro resultado positivo no exercício – de R\$ 3,253 bilhões no PPSP-R e de R\$ 1,745 bilhão no PPSP-NR –, depois de sete anos. Com isso, houve uma redução de cerca de 60% no equilíbrio técnico acumulado de 2018 para 2019, saindo de um resultado negativo de R\$ 5,567 bilhões para R\$ 2,309 bilhões, no PPSP-R, e de R\$ 2,839 bilhões para 1,093 bilhão, no PPSP-NR.

É importante destacar que a situação financeira-atuarial apresentada tem caráter contábil, pois este montante deficitário já foi incorporado no Novo PED, proposta de reequilíbrio dos planos que abrange os déficits de 2015 e 2018 e contempla o resultado de 2019.

Mas, como o Novo PED foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em fevereiro de 2020, ou seja, após o encerramento do exercício de 2019, e ainda depende do aval da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), o resultado completo alcançado com o trabalho de reestruturação dos planos só será refletido nas demonstrações financeiras de 2020.

RENDA FIXA SOBE QUATRO VEZES MAIS QUE O CDI E IMPULSIONA RESULTADO

Nos planos BD, o destaque do ano foi a renda fixa, que avançou 24,44% no PPSP-R e 23,94% no PPSP-NR, quatro vezes mais que o CDI (5,96%), referência para o segmento. A gestão ativa desta classe de ativos, que tem grande representatividade nas carteiras, especialmente os títulos atrelados à inflação, impulsionou o desempenho. A partir de um trabalho de alongamento dos prazos dos títulos públicos (NTNBs), houve uma valorização desses papéis, que se beneficiaram com a melhora da economia.

A avaliação ao longo de 2019 foi que o cenário de inflação benigna e de recuperação gradual da economia – juntamente com a implementação da agenda de reformas, em especial a da previdência – permitiria um movimento de redução das taxas de juros. Com esta perspectiva, a estratégia principal foi manter elevada a exposição a papéis de prazo mais longo indexados à inflação, decisão que se mostrou acertada. Inclusive, o rendimento dos títulos públicos destacou-se entre os ativos dos planos, representando cerca de 60% do resultado líquido total dos investimentos no PPSP-R (R\$ 5,332 bilhões) e 65% do total no PPSP-NR (R\$ 1,427 bilhão).

A renda variável também apresentou boa performance, com alta de 31,24% no PPSP-R e 29,37% no PPSP-NR, ficando levemente inferior aos 31,58% do Ibovespa. A carteira de participações mobiliárias (carteira governança) impulsionou o resultado, subindo 28,32% no PPSP-R e 27,56% no PPSP-NR. Já a carteira de curto e médio prazo (Fundos de Investimentos em Ações – FIAs e ações de giro) valorizou 37,75% no PPSP-R e 20,85% no PPSP-NR, contribuindo para o resultado do segmento.

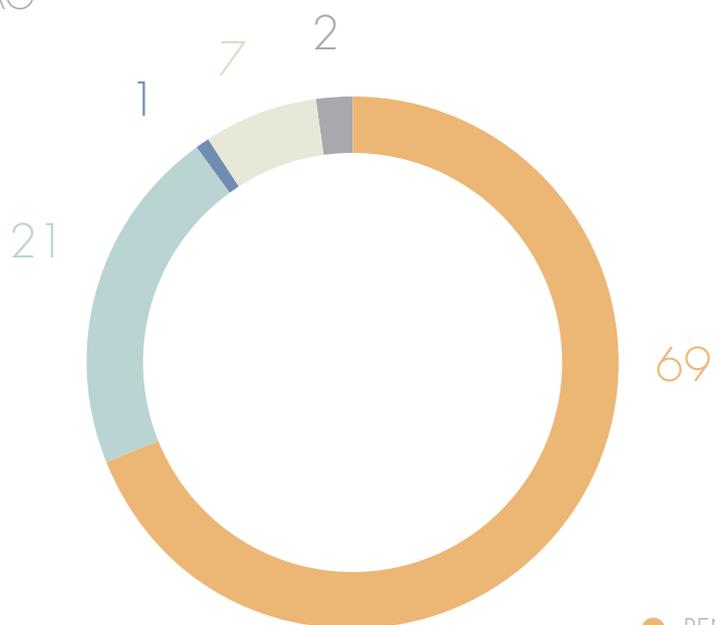
As operações com participantes (empréstimos) renderam 9,07% no PPSP-R e 8,74% no PPSP-NR, enquanto os investimentos imobiliários do PPSP-R tiveram valorização de 6,97% e do PPSP-NR, de 7,01%. Por outro lado, os investimentos estruturados (FIPs) registraram queda de 17,15% em ambos os planos.

RENTABILIDADE X META ATUARIAL (%)

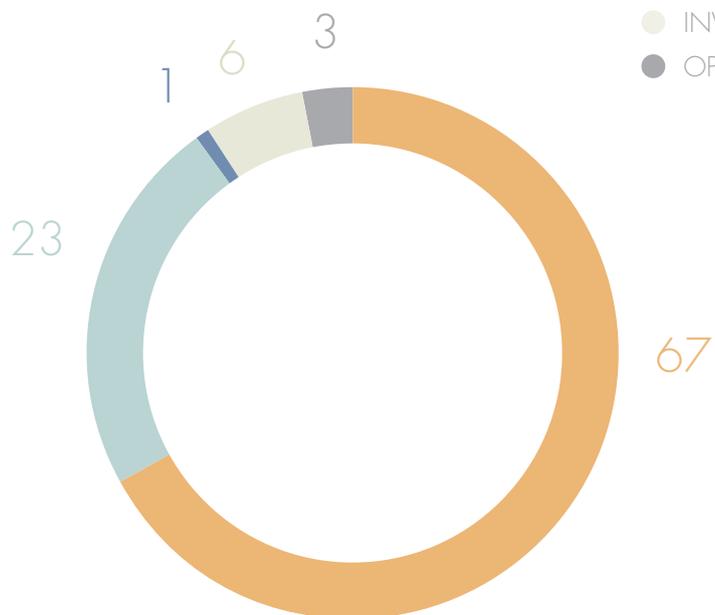




COMPOSIÇÃO
DA CARTEIRA
DO PPSP-R
(%)



COMPOSIÇÃO
DA CARTEIRA
DO PPSP-NR
(%)



- RENDA FIXA
- RENDA VARIÁVEL
- INVESTIMENTO ESTRUTURADO
- INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO
- OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

PPSP-R PRÉ-70 E PPSP-NR PRÉ-70

Originários da cisão do PPSP-R e do PPSP-NR, com data efetiva em 31 de dezembro de 2019, os planos estão equilibrados. Para os participantes, a rentabilidade dos investimentos seguiu a dos planos de origem.

RENTABILIDADE DE TODOS OS PLANOS ADMINISTRADOS PELA PETROS

PLANOS BD	RENTABILIDADE (%)	META ATUARIAL (%)
Plano Petros do Sistema Petrobras - Repactuados	23,06	9,80
Plano Petros do Sistema Petrobras - Não Repactuados	22,32	9,80
Plano Petros Ultrafértil	11,35	9,46
Plano Petros Lanxess	13,04	9,55
Plano Petros Nitriflex	13,83	9,82
Plano Petros Braskem*	5,95%	-
Plano Petros Copesul*	5,87%	-
Plano Petros PQU*	5,95%	-
Planos CD patrocinados		
Plano Repsol	9,88	
Plano Cachoeira Dourada	9,31	
Plano Alesat	9,96	
Plano IBP	9,13	
Plano CopesulPrev	80,35	
Plano TermoPrev	9,83	
Plano FiepePrev	10,30	
Plano PTAPrev	10,00	8,98
Plano PrevFiepa	9,86	
Plano PreviFiea	9,81	
Plano GasPrev	9,52	
Plano Petro RG	9,81	
Plano Liquigás	9,94	
Plano SulgasPrev	8,96	
Plano EldoradoPrev	9,32	
Planos CV patrocinados		
Plano Misto Sanasa	12,85	9,80
Plano Petros-2	14,63	9,89
Plano TapmePrev	15,21	9,76
Planos instituídos		
Plano AnaparPrev	9,96	
Plano SimePrev	9,98	
Plano IBAPrev	9,98	
Plano CulturaPrev	9,98	
Plano Sinmed/RJ	9,98	
Plano CROPrev	9,98	
Plano CRAPrev	9,98	
Plano AduanaPrev	9,98	8,98
Plano FenajPrev	9,98	
Plano Previttel	9,98	
Plano PreviContas	9,98	
Plano Prev-Estat	9,98	
Plano CRCPrev	9,98	
Plano Prevtália	9,98	

*Os planos Braskem, Copesul e PQU não possuem meta atuarial definida por estarem em processo de retirada.



MEDIDAS DA GESTÃO

GOVERNANÇA CORPORATIVA

REESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS JURÍDICAS

No último trimestre de 2019, a Gerência Jurídica da Petros passou por um amplo processo de reestruturação para exercer um papel mais estratégico, com foco em resultados e alinhado às especificidades da Fundação. Foram conduzidas importantes iniciativas para melhor organização das atividades, como o saneamento da base processual, organizando e ajustando as informações processuais, financeiras e documentais, com o objetivo de aumentar a eficácia dos controles internos e a efetividade nos resultados das ações judiciais.

Paralelamente, foi revisado o normativo que estabelece critérios de classificação de risco dos processos, com base em estudos e levando em consideração os diversos entendimentos regionalizados (jurimetria), alinhados com as melhores práticas de mercado. Como parte deste trabalho, foram revisados 104.325 pedidos dos aproximadamente 28.000 processos ativos da base jurídica, representando um marco no histórico para a Fundação.

Também houve aprimoramento da gestão e dos controles da área, como a criação de fluxo automatizado de alvarás e pagamento de guias de depósito judiciais e recursais, a inclusão automática de andamentos e publicações no sistema jurídico e a automatização, captura e cadastro de novos processos.

MEDIDAS PARA ACELERAR PROCESSOS DE RESPONSABILIZAÇÃO E RESSARCIMENTO

A Petros atuou de forma mais efetiva na busca de reparação dos danos financeiros, adotando um conjunto de medidas para acelerar os processos de responsabilização e ressarcimentos. Com isso, em 2019, a Fundação conseguiu recuperar aproximadamente R\$ 100 milhões.



REVISÃO DE

104.325

PEDIDOS DE

28.000

PROCESSOS
JUDICIAIS
ATIVOS

CRIAÇÃO DE ÁREA DEDICADA A INVESTIGAÇÕES

Para intensificar as investigações, foi criada na estrutura da Gerência Jurídica uma área de Apurações e Responsabilidade Civil e Criminal, dedicada à análise de eventuais irregularidades em investimentos decididos no passado. O objetivo é acelerar as investigações e, caso sejam apontadas irregularidades, cobrar ressarcimentos para reaver os valores que a Petros tem direito, protegendo o patrimônio dos participantes.

Dessa forma, desde o início de 2020, a área jurídica passou a gerenciar as atividades das Comissões Internas de Apuração (CIAs). Esta mudança de estrutura foi feita com base no trabalho de revisão da governança de apurações internas, realizado pela Deloitte, consultoria especializada.

Com a mudança, houve um avanço importante na condução desta atividade. Considerando apenas o primeiro trimestre de 2020, a nova área concluiu 11 CIAs. Paralelamente, foram contratados escritórios especializados em assessoramento criminal e cível para possíveis ações contra pessoas físicas e jurídicas.

ASSISTENTE DO MPF

Em uma ação inédita na Fundação, a Petros ingressou, em outubro de 2019, com requerimentos na 22ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, para atuar como assistente do Ministério Público Federal (MPF) e ser coautora em quatro processos de improbidade administrativa movidos pelo órgão contra ex-gestores e terceiros por atos ilegais que tenham causado prejuízos à Fundação.

As ações do MPF estão relacionadas a ativos investigados pela Operação Greenfield. São eles: os Fundos de Investimentos em Participações (FIP) Global Equity e Enseada, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) Trendbank e as Cédulas de Crédito Bancário (CCB) Providax Participações e V55 Empreendimentos.

Nos processos, o MPF exige a devolução de recursos aportados pela Petros nos investimentos em questão. Com esta medida, a Fundação passará a participar de forma ativa destes processos, apoiando o MPF com informações e documentos que auxiliem o órgão a sustentar as acusações por improbidade administrativa.

PETROS ADOTOU
UM CONJUNTO
DE MEDIDAS
PARA ACELERAR
OS PROCESSOS DE
RESPONSABILIZAÇÃO
E RESSARCIMENTOS.

EM UMA AÇÃO
INÉDITA, PETROS
PEDE PARA ATUAR
COMO ASSISTENTE
DO MPF.

CULTURA DE COMPLIANCE E CONTROLES INTERNOS

A Petros defende o aprimoramento contínuo do ambiente de compliance e de controles internos. Ao longo de 2019, a Fundação promoveu importantes avanços nesta área. Uma das principais medidas foi a aprovação de uma nova metodologia de gestão de riscos operacionais e controles internos, que utiliza a abordagem de autoavaliação de riscos e controles – método conhecido como Control Self-assessment, amplamente utilizado pelo mercado. Tem como principal premissa o envolvimento do corpo funcional diretamente responsável pela atividade na primeira linha de defesa, que consiste na identificação e avaliação de riscos e controles, bem como no desenvolvimento de planos de ação para tratar fraquezas identificadas. Com base nas autoavaliações, a Petros elaborou sua primeira matriz de riscos operacionais, representando uma evolução na disseminação da cultura de controles internos, melhoria de processos e controle de riscos da Fundação. Além disso, de forma a complementar as autoavaliações de riscos e controles, serão realizados testes confirmatórios relacionados aos principais riscos identificados, para reforço dos controles preventivos, melhorando, assim, a cultura de gestão de riscos na Petros.

Houve também avanços no Programa de Integridade, com a criação de novos normativos, para aprimorar ainda mais a governança da Fundação. Entre os novos normativos estão:

Política de Medidas Disciplinares, que estabelece, de forma clara e objetiva, consequências, definindo regras e medidas para coibir infrações administrativas que afetem o patrimônio, a imagem e os recursos da Petros, assim como práticas que firam princípios éticos, como vazamento de informações ou uso indevido de dados confidenciais da Fundação.

Política de Transações com Partes Relacionadas, que orienta sobre os princípios que devem ser seguidos na celebração de transações em situações de potencial conflito de interesses com patrocinadores ou qualquer parte relacionada, de forma a assegurar a integridade da Petros.

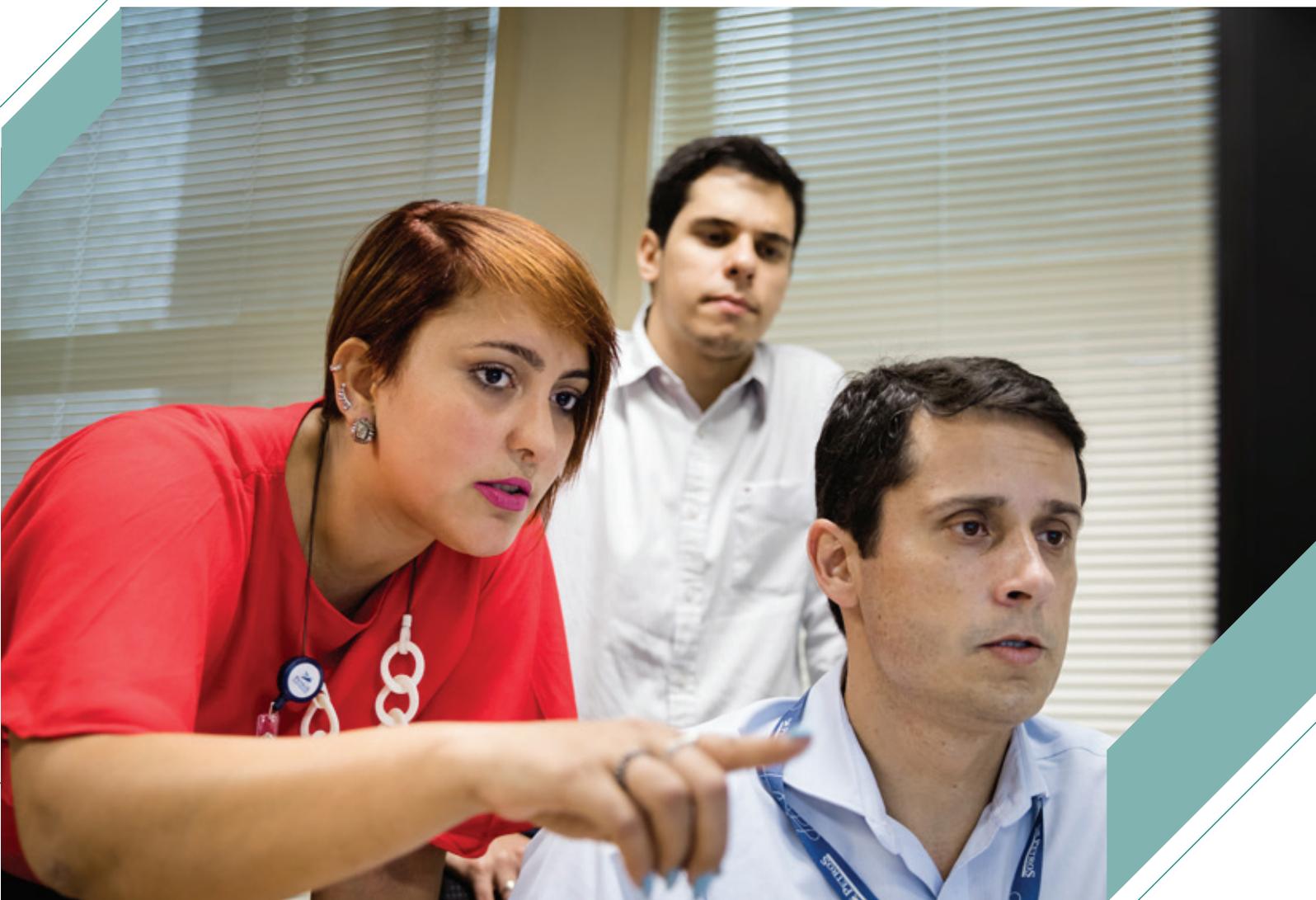
Além disso, estão sendo revisadas a Política de Riscos e ALM e a Política de Risco Operacional, Controles Internos e Conformidade, que vão incorporar todos os riscos listados no Guia Previc Melhores Práticas em Fundos de Pensão.

Paralelamente, o processo de due diligence foi reforçado e houve mudanças nos critérios de seleção de gestores de investimentos e fornecedores, condicionando futuras parcerias aos padrões de governança instituídos na Fundação.

Em linha com as diretrizes do Programa de Integridade, em 2019, foram realizadas 1.369 análises reputacionais. Aliado ao processo de due diligence, o procedimento consiste em verificar o histórico e a reputação de pessoas físicas e jurídicas, visando à compreensão da capacidade do potencial parceiro de cumprir as determinações da Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção).

Em 2019, também foi realizada a terceira edição da Semana de Integridade da Petros, evento anual que visa promover a conscientização das condutas éticas e de integridade esperadas dentro da Fundação e no ambiente de negócios – demonstrando sua importância, necessidade, viabilidade e benefícios – e fortalecer uma cultura de transparência, ética e governança na Petros.

EM COMPLIANCE,
UMA DAS PRINCIPAIS
MEDIDAS FOI A
APROVAÇÃO DE UMA
NOVA METODOLOGIA
DE GESTÃO DE RISCOS
OPERACIONAIS E
CONTROLES INTERNOS.



SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO É PRIORIDADE NA FUNDAÇÃO

As informações corporativas são ativos estratégicos para empresas de todo tipo, especialmente para um fundo de pensão do tamanho da Petros. E a segurança da informação é uma prioridade na governança da Fundação. A Petros vem trabalhando intensamente para aperfeiçoar as formas de tratamento das informações, os cuidados com os riscos e os controles de proteção de dados relacionados aos seus processos.

O fortalecimento da governança em segurança da informação começou antes mesmo da sanção da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que regulamenta o tratamento de dados pessoais de clientes e usuários por empresas públicas e privadas e está prevista para entrar em vigor em agosto de 2020.

A Petros elaborou o Plano Diretor de Segurança da Informação (PDSI), com diversas medidas relacionadas ao tema. A primeira edição do PDSI (2018/2019) concluiu 100% das ações previstas e, ao lado de outras iniciativas, com o apoio da Diretoria Executiva e das demais áreas envolvidas no trabalho, a Fundação tem obtido um avanço significativo da aderência e maturidade em relação às normas ISO 27001-27002, códigos de boas práticas reconhecidos mundialmente em segurança da informação.



ELEIÇÕES PETROS 2019: TAXA DE PARTICIPAÇÃO É A MAIOR DESDE 2003

Processo fundamental para o modelo de governança da Petros, as eleições de 2019 para os conselhos Deliberativo e Fiscal contaram com uma grande campanha para estímulo à votação. As ações de divulgação e incentivo à votação ajudaram a praticamente dobrar a taxa de participação dos eleitores, que passou de 13,56%, em 2017, para 26,56%. Este percentual, assim como o número de votos (36.620), foram os maiores registrados na Fundação desde 2003.

O processo eleitoral ganhou um espaço exclusivo no Portal Petros, que reuniu as principais informações sobre o processo, de forma didática e clara. Para os chamados excluídos digitais, foi enviada uma cartilha impressa, indicando como e onde votar e apresentando o currículo e as propostas dos candidatos. Dois debates eleitorais foram promovidos, oferecendo mais informações aos participantes. Um encontro reuniu os candidatos ao Conselho Deliberativo e o outro, os que concorriam ao Conselho Fiscal.

Além disso, por dez dias, durante o período de votação, a operação “Petros Presente” fez ações presenciais em três prédios da Petrobras — Edise, Edisen e Edihb. Cerca de 3 mil pessoas foram atendidas. O objetivo era divulgar as eleições e incentivar o download do aplicativo da Petros, o meio mais fácil e rápido de votar. Quase 96% dos votos foram computados pela internet: via app e Portal Petros.

TRABALHO QUE GERA RECONHECIMENTO DO MERCADO

A Petros tem sido reconhecida pelo mercado em sua atuação em diferentes frentes. Em 2019, a Fundação celebrou outras importantes premiações.

A Fundação conquistou o primeiro lugar do Ranking Top 5 anual, do Banco Central, nas projeções realizadas em 2019 para taxa Selic (a taxa básica de juros da economia) de curto prazo, ao lado de grandes instituições do mercado, e ficou entre as cinco melhores previsões para inflação de curto prazo entre os mais de 140 participantes do Boletim Focus. Além das duas conquistas no resultado anual, a Petros apareceu mais 14 vezes ao longo do ano no ranking Top 5 do BC.

O resultado confirma a consistência das projeções macroeconômicas da Fundação, ocupando posição de destaque, situando-se à frente de grandes instituições, como bancos, gestoras (assets) e consultorias especializadas em projeções macroeconômicas. As análises realizadas pela equipe técnica da Fundação também são de extrema importância para a elaboração de cenários, a fim de balizar as estratégias de investimentos, contribuindo para o processo

decisório de alocação de recursos e para o bom desempenho dos investimentos.

Em 2019, a Fundação venceu ainda o quinto “Prêmio ANGC: os melhores em gestão de contratos”, na categoria “Reconhecimento de destaque em projeto”, com os temas “Inovação na seleção de prestadores de serviços na área de investimento” e “Sinergia entre gestão de contratos com orçamento”.

Outra premiação importante foi a certificação de “Empresa Cidadã”, concedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ), em função da qualidade das informações contidas no Relatório Anual de 2018.

Além disso, foram reconhecidas as iniciativas realizadas para capacitação dos empregados – que contribuem para a melhor produtividade –, com o Prêmio Ser Humano, concedido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos do Rio de Janeiro (ABRH-RJ).

PETROS TEM SIDO
RECONHECIDA
PELO MERCADO
EM SUA ATUAÇÃO
EM DIFERENTES
FRENTES.

EM BUSCA DO SELO DE AUTORREGULAÇÃO EM GOVERNANÇA DA ABRAPP

Após os avanços em governança conduzidos nos últimos anos, a Petros iniciou em 2019 um extensivo trabalho para a conquista do Selo de Autorregulação em Governança Corporativa da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).

Foi realizado um mapeamento dos assuntos do Manual do Código de Autorregulação da entidade e um diagnóstico para avaliar as questões que a Fundação já cumpria e as que exigiam aprimoramento. A partir do resultado, foram produzidos planos de ação para diferentes áreas da Fundação. A conclusão desses planos de ação, em dezembro de 2019, reforça os passos já dados para o aprimoramento da governança. Ao fim deste processo, ainda em 2020, a Petros vai entrar com pedido de adesão ao Código de Autorregulação em Governança Corporativa. Em seguida, vai se candidatar ao processo de auditoria para obtenção do selo. Importante destacar que a Petros já tem, desde 2018, o Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos da Abrapp, certificação que atesta o alinhamento da Fundação às regras de governança em investimentos estabelecidas no código da entidade.



GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

DIVERSIFICANDO COM SEGURANÇA

Por trás da maior rentabilidade da Petros dos últimos 12 anos, alcançada em 2019, está a profissionalização das equipes, que trabalham com foco em resultados e pautadas nas melhores práticas de governança. A rentabilidade reflete a maturação dos ajustes feitos na área de investimentos.

A gestão da renda fixa foi reforçada, com forte atuação no mercado, para aproveitamento das oportunidades. Essa estratégia garantiu que a renda fixa – que tem grande representatividade nas carteiras – fosse destaque entre os diferentes segmentos de investimentos em 2019.

FUNDO MULTIMERCADO SE DESTACA EM RANKING DE RENTABILIDADE

Um dos destaques entre os investimentos da Fundação em 2019 foi o Fundo Petros Carteira Ativa (FPCA) – o primeiro fundo multimercado criado e gerido pela Fundação –, que acumulou rentabilidade de 8,21% no ano, ocupando posição de destaque no mercado.

O Fundo Petros Carteira Ativa atua no mercado de juros, moedas e ações, e investe em diferentes ativos para buscar retornos superiores aos do CDI, com baixa volatilidade. O portfólio inclui operações atreladas a títulos públicos do Brasil e dos Estados Unidos, índices como o Ibovespa e o S&P 500, e moedas como euro, iene e dólar australiano.

Se comparado com um ranking de fundos geridos por assets e voltados para entidades fechadas de previdência complementar (enquadrados na Resolução 4661, do Conselho Monetário Nacional) e com o CDI como benchmark, o fundo da Petros se mantém entre os primeiros colocados, segundo um levantamento com dados do sistema Economatica. O fundo também supera repetidamente o CDI, referencial de mercado.

GESTÃO DA RENDA FIXA FOI REFORÇADA, COM FORTE ATUAÇÃO NO MERCADO, PARA APROVEITAMENTO DAS OPORTUNIDADES.



PRIMEIRO FUNDO MULTIMERCADO CRIADO E GERIDO PELA FUNDAÇÃO



FUNDO PETROS CARTEIRA ATIVA

RENDIMENTO DE **8,21%**

138% DO CDI

Criado em 27 de junho de 2018, o fundo acumulava patrimônio de R\$ 5,2 bilhões no fim de 2019, correspondente a cerca de 5% dos recursos da Petros, que somam quase R\$ 108 bilhões. O rendimento de 8,21% do fundo corresponde a 138% do CDI, que avançou 5,97%.

Devido ao bom desempenho do FPCA, a Petros lançou, em julho de 2019, outros dois fundos de gestão própria: o FP Inflação Curta FIM, com patrimônio de R\$ 2,6 bilhões, e o FP Inflação Longa FIM, que soma R\$ 3,1 bilhões em recursos. A rentabilidade acumulada desses dois fundos, ambos atrelados à inflação, foi de 5,76% e 7,72%, respectivamente. Já em outubro, foi lançado o FIA Petros Ativo, de renda variável, com patrimônio de R\$ 1,08 bilhão e rentabilidade de 15,45%.



POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS 2020-2024: ADOÇÃO DE NOVAS MODELAGENS

As Políticas de Investimentos foram elaboradas considerando uma nova abordagem de gestão, marcada por um amplo trabalho de pesquisa sobre as estratégias de alocação de diversos investidores institucionais e respaldada por uma estratégia mais arrojada de controle do risco de investimento.

Os estudos para a construção do documento, que norteia as estratégias de investimentos da entidade, consideraram outros fundos de pensão, endowments de universidades e fundos soberanos, com o objetivo de encontrar um modelo que integrasse objetivos, estrutura, governança e processo decisório de forma robusta, transparente e de fácil acompanhamento, para servir de base para a Petros a partir de 2020.

O trabalho também contou com uma preocupação maior com a definição dos limites de risco de cada plano, de acordo com suas características. Há planos jovens, em fase de acumulação de recursos, que não precisam de liquidez no curto prazo, e outros maduros, com mais necessidade de recursos para o pagamento de benefícios no curto prazo.

Aprovadas pelo Conselho Deliberativo em dezembro de 2019, as Políticas de Investimentos da Petros para o período 2020-2024 orientam a Fundação num importante desafio que atinge todos os investidores: garantir rentabilidade para os investimentos em um cenário de juros baixos.

A tarefa é ainda mais difícil para os fundos de pensão, que têm compromissos de longo prazo com seus participantes. Em um contexto econômico de juros baixos, a tendência é que a rentabilidade dos títulos de renda fixa fique abaixo das metas atuariais. Assim, as Políticas de Investimentos da Petros focam em ativos com rentabilidade esperada maior, porém, respaldada por uma gestão rigorosa no controle do risco de investimento.

Novos estudos sobre a estrutura das Políticas de Investimentos serão realizados ao longo de 2020.

POLÍTICAS DE
INVESTIMENTOS
FORAM MARCADAS
POR UM AMPLO
TRABALHO DE PESQUISA
E RESPALDADAS POR
UMA ESTRATÉGIA
MAIS ARROJADA DE
CONTROLE DO RISCO DE
INVESTIMENTO.

APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO RISCO DE INVESTIMENTO

Em 2019, foi conduzido um importante trabalho para aprimorar a gestão de riscos dos planos de benefício administrados pela Petros. Uma das mudanças foi a adoção de nova metodologia de gestão de risco de mercado, ponto importante para a elaboração das Políticas de Investimentos 2020-2024. A nova metodologia estabeleceu critérios específicos para definição dos limites de riscos, levando em conta as especificidades dos planos e possibilitando uma gestão integrada de riscos. Neste contexto, para os planos de benefício definido, as novas métricas de risco consideram a aderência dos investimentos com os compromissos futuros do plano. Assim, a busca pelo alinhamento entre os investimentos e as obrigações do plano, que no mercado é conhecida como gestão de ativos e passivos (em inglês, *Asset Liability Management*, ou ALM), passou a ser incorporada explicitamente na metodologia, em complemento às análises tradicionais de ALM. Já para os demais planos, de contribuição definida e contribuição variável, os indicadores são baseados especificamente no risco dos investimentos, conforme prática de mercado.

Também foi aperfeiçoada a governança do processo decisório, por meio dos órgãos colegiados, que analisam, recomendam e deliberam, em termos estratégicos, os investimentos e desinvestimentos a serem feitos para os planos geridos pela Petros. O objetivo é aumentar a segurança e os controles da tomada de decisão, em linha com as melhores práticas de governança. Como parte deste trabalho, houve mudança na estrutura dos comitês relativos à área de investimentos, com a revisão dos órgãos colegiados e também a criação de um novo comitê específico para avaliar e deliberar sobre Fundos de Investimentos em Participações (FIPs) e Fundos Imobiliários.

AMPLIANDO A PRESTAÇÃO DE CONTAS AOS PARTICIPANTES

A transparência é um compromisso da Petros com os seus participantes e deve ser sempre aprimorada. Conhecer os números da Fundação e entender a conjuntura que a levou até eles é de extrema importância. Por isso, o Portal Petros ganhou novos produtos sobre investimentos.

Em agosto de 2019, foi publicada a primeira edição da Carta Mensal de Investimentos, mais um importante avanço na prestação de contas aos participantes. A publicação mostra o desempenho das aplicações, as estratégias adotadas na gestão dos recursos e uma análise do cenário macroeconômico. A carta também foi ganhando novas informações, como a apresentação das operações realizadas ao longo de 2019 com ativos ilíquidos ou com liquidez restrita, isto é, investimentos que não podem ser vendidos a qualquer momento e que requerem

estratégias consistentes de negociação. E estão previstas ainda mais novidades para 2020. O objetivo é aumentar a transparência das informações fornecidas aos participantes sobre os investimentos e os desinvestimentos realizados pela Petros.

Também foi criado um espaço no Portal Petros para abrigar os Princípios Petros de Investimentos, que foram definidos levando em consideração os aspectos que devem ser observados nas atividades em conselhos de empresas nas quais a Fundação tem participação, bem como os requerimentos que os gestores terceirizados devem verificar quando tomam decisões relativas aos investimentos da Petros.

Foram lançados também dois outros ambientes sobre Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e sobre a chamada Carteira Governança – empresas em que a Petros investe direta e/ou indiretamente e que não possuem negociação em bolsa de valores. O objetivo é abrir um só caminho para o envio de ofertas de investimentos e desinvestimentos nesses dois tipos de ativo. Receber ofertas por um único canal segue as melhores práticas de mercado e reforça a governança da Fundação.

Além disso, há o “Espaço do Conselheiro”, criado para cadastrar profissionais que queiram se candidatar aos cargos de conselheiros fiscais e de administração indicados pela Fundação nas empresas nas quais possui participação relevante. A iniciativa foi um aprimoramento da política para seleção de conselheiros fiscais e de administração para as empresas – existente desde abril de 2017 –, que valoriza a experiência profissional e privilegia a indicação de especialistas de mercado.

TRANSPARÊNCIA
É UM COMPROMISSO
DA PETROS COM OS
SEUS PARTICIPANTES.

PROCESSOS DE DESINVESTIMENTOS EM FIPS

Como parte da estratégia de desinvestimento e de um processo de renovação do portfólio de Fundos de Investimentos em Participações (FIPs), em setembro de 2019, a Petros concluiu o processo de venda de suas cotas em sete FIPs no mercado secundário de private equity, com a liquidação da sua participação nos ativos.

A venda em bloco representou uma operação inédita no setor de previdência complementar fechada e fez parte da estratégia de desinvestimento e de um processo de renovação do portfólio de FIPs da Fundação. Foram vendidas as cotas dos FIPs Óleo e Gás, Brasil



Petróleo 1, que investem em projetos do setor de óleo e gás; InfraBrasil e Angra Infra, ligados à infraestrutura; Investidores Institucionais II e Investidores Institucionais III, com atuação diversificada, e Caixa Ambiental.

A operação de venda foi estruturada seguindo as melhores práticas de governança, num processo que cumpriu uma série de etapas, incluindo um trabalho robusto de avaliação econômico-financeira das mais de 20 companhias investidas pelos fundos e período de sondagem para buscar potenciais compradores.

Também foram realizados importantes desinvestimentos, com a saída da Petros de Coelce, TOTVS, Paranapanema e Shopping Del Rey. Conforme divulgado na Política de Investimentos, a Petros busca reduzir a concentração em alguns ativos para maior diversificação da carteira.

REFORÇO DA GOVERNANÇA NOS FIPS

Também foi realizado um trabalho para fortalecer a governança dos FIPs, incorporando as lições aprendidas, a fim de criar salvaguardas que inibam a ocorrência de problemas relacionados tanto aos aspectos fiduciários quanto à estratégia de investimentos.

Houve reforço dos procedimentos de due diligence de gestores e administradores, avaliando a qualificação, o histórico e as estratégias de saída, assim como o modelo decisório.

ATIVOS A PREÇO JUSTO

A Petros realizou um amplo trabalho de análise crítica dos laudos de avaliação econômico-financeira das empresas nas quais investe, sem cotação no mercado, e em FIPs. Com base em premissas do cenário econômico, que levam em conta indicadores financeiros e de setores da economia, os times de investimentos, em conjunto com o Comitê de Precificação da Petros, têm feito uma análise do preço que seria justo para cada um dos ativos, o que vem colaborando para a robustez das decisões de investimentos. Com isso, foram realizados ajustes de precificação para que esses ativos fossem marcados a mercado, com preço justo, representando o real valor em carteira.

VENDA EM BLOCO
DE FIPS REPRESENTOU
UMA OPERAÇÃO
INÉDITA NO SETOR
DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR
FECHADA.

GESTÃO DE SEGURIDADE

NOVO PED: UMA SOLUÇÃO CONSTRUÍDA POR TODOS

Os últimos três meses de 2019 foram marcados por um amplo debate para a construção de uma alternativa ao Plano de Equacionamento do Déficit de 2015 dos planos Petros do Sistema Petrobras – Repactuados e Não Repactuados. Assim, nasceu o Novo PED, construído a partir do diálogo entre Petros, patrocinadoras e entidades representativas dos participantes. O objetivo é amenizar o impacto das cobranças extraordinárias no orçamento mensal dos participantes e oferecer mais sustentabilidade ao PPSP-R e ao PPSP-NR.

O novo modelo de equacionamento, que abrange os déficits de 2015 e 2018 e incorpora o resultado de 2019, é baseado em uma proposta do GT Paritário – grupo que discutia alternativas para o PED-2015. Esta proposta foi revisitada pela Petros e aprimorada nos encontros entre a Fundação e as entidades representativas, que também discutiram cada um dos pontos com suas bases. O modelo final do Novo PED, assim como as propostas de alteração de regulamento, também foram aprovados em assembleia pelos principais sindicatos e associações de participantes.

A proposta alternativa foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fundação em fevereiro de 2020. Por isso, o Novo PED ainda não aparece integralmente nas demonstrações financeiras de 2019. Mas a cisão do Grupo Pré-70, pré-requisito deste processo, já está registrada neste relatório anual.

A expectativa da Petros é que o Novo PED e as demais alterações marquem um novo momento na história dos dois planos.

NOVO PED FOI
CONSTRUÍDO A
PARTIR DO DIÁLOGO
ENTRE PETROS,
PATROCINADORAS
E ENTIDADES
REPRESENTATIVAS DOS
PARTICIPANTES.

O QUE É NOVO PED?

O Novo PED utiliza alíquota única de contribuição extra, com variação segundo a situação no plano (ativo ou assistido), em vez de alíquotas escalonadas de acordo com faixas salariais.

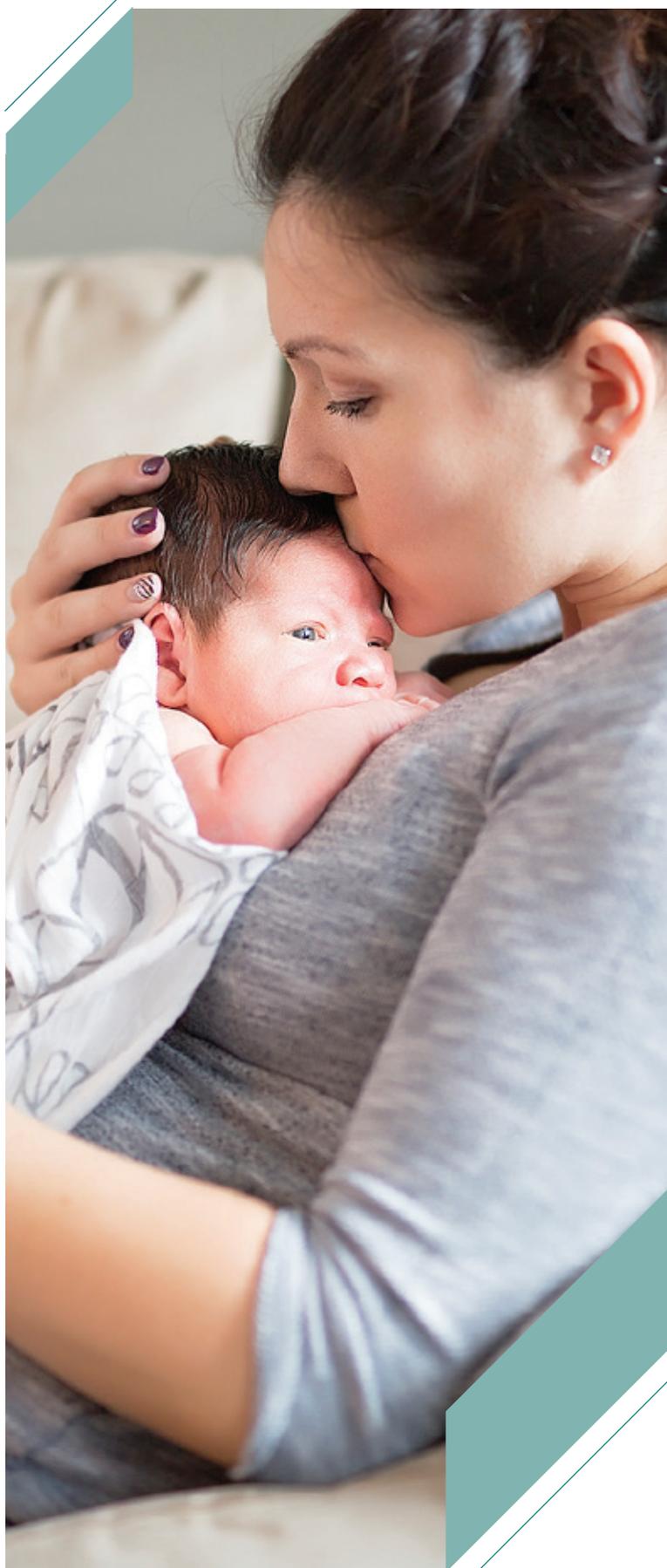
O novo modelo também difere do PED-2015 por estender o tempo de cobrança para vitalício em vez de 18 anos e por instituir uma contribuição extraordinária mais alta, de 30% sobre o 13º benefício. Estas mudanças se unem a outras alterações como o estabelecimento de um novo critério para cálculo do valor de pecúlio.

As mudanças nos regulamentos foram necessárias para garantir o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial do PPSP-R e do PPSP-NR, bem como para adequação à Resolução 25 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) de 2018. Além disso, foram feitas adequações à Reforma da Previdência, sem as quais não seria possível a aprovação pelos órgãos fiscalizadores. O detalhe de todas as alterações está disponível no hot site do Novo PED publicado no Portal Petros.

Visando à sustentabilidade dos planos, a Petros também reduziu a meta atuarial do PPSP-R e do PPSP-NR para 4,43% + IPCA e 4,37% + IPCA, respectivamente. Esta medida foi apontada como necessária pelas áreas técnicas, reduzindo o risco de novos déficits.

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

PLANO	SITUAÇÃO	
	 ASSISTIDO	 ATIVO
PPSP-R	12,05%	10,56%
PPSP-NR	13,59%	12,00%



DIRETORIA SE APROXIMA DOS PARTICIPANTES

A abertura ao diálogo é fundamental para o fortalecimento da confiança e a melhoria da gestão da Petros. Em 2019, a aproximação com os participantes e entidades representativas ficou evidente nas negociações para a construção e aprovação do Novo PED. A Diretoria Executiva recebeu por diversas vezes representantes de diferentes entidades na sede da Fundação, assim como participou de apresentações e reuniões em vários sindicatos e associações. Neste sentido, foi realizada uma agenda de aproximadamente 20 encontros para esclarecer aos participantes detalhes técnicos da proposta, além de uma transmissão ao vivo que registrou a participação de 3 mil pessoas, com abertura para perguntas. O objetivo foi ouvir as demandas dos participantes e abrir caminho para o debate.



CISÃO DO PPSP-R E DO PPSP-NR REÚNE GRUPO PRÉ-70 EM DOIS NOVOS PLANOS

Em dezembro de 2019, foi concluído um importante projeto para o futuro da Petros e um dos primeiros passos necessários para a implementação do Novo PED. O Plano Petros do Sistema Petrobras – Repactuados (PPSP-R) e o Plano Petros do Sistema Petrobras – Não Repactuados (PPSP-NR) foram cindidos para reunir os participantes do chamado Grupo Pré-70 em dois novos planos: Petros do Sistema Petrobras – Repactuados Pré-70 (PPSP-R Pré-70) e Petros do Sistema Petrobras – Não Repactuados Pré-70 (PPSP-NR Pré-70). A cisão não gerou qualquer alteração de direito para o Grupo Pré-70 nem para os demais participantes, que continuaram no PPSP-R ou no PPSP-NR.

O Grupo Pré-70 é formado por empregados e ex-empregados da Petrobras admitidos anteriormente a 1º de julho de 1970, que se inscreveram no então Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP) até 1º de janeiro de 1996 e se mantiveram ininterruptamente vinculados à patrocinadora de origem até a obtenção da condição de assistidos. Inclui também aqueles que, em razão de decisão judicial, passaram a atender a essas condições retroativamente, bem como os respectivos beneficiários dos participantes assim qualificados. Os Pré-70 representavam cerca de 21% do total de participantes do PPSP-R e 35% do PPSP-NR.

A Petrobras se responsabiliza por eventuais desequilíbrios no passivo do Pré-70, de acordo com regras específicas que regem a relação destes participantes com o plano. Este compromisso isentou o grupo do pagamento do PED-2015, assim como o isentará de contribuições extraordinárias referentes ao déficit de 2018. E este mesmo compromisso leva a um critério de custeio diferenciado em relação aos demais participantes no PPSP-R e no PPSP-NR.

Como parte do processo de cisão, a Petros assinou, juntamente com a Petrobras, um aditivo ao Termo de Compromisso Financeiro (TCF) referente a obrigações com os participantes do Grupo Pré-70. O aditivo ajusta a metodologia adotada pelo TCF ao estabelecido no Termo de Transação Judicial que implementou o compromisso da Petrobras com o Grupo Pré-70. Como reflexo desse ajuste, os compromissos com o Grupo Pré-70 previstos no TCF, de responsabilidade da Petrobras, passaram de R\$ 7 bilhões para R\$ 8,8 bilhões (valores posicionados em julho de 2019). Isto é, o aditivo corresponde à diferença entre esses dois valores: R\$ 1,8 bilhão. Conforme estabelecido no documento, anualmente é realizado ajuste atuarial do valor do TCF, em função, principalmente, da revisão da provisão matemática para o Grupo Pré-70. A dívida precisa ser quitada até 2028, podendo haver antecipações de pagamento, de acordo com os termos do TCF.

Além das equipes da Petros, o processo de cisão do Grupo Pré-70 foi realizado por consultoria atuarial externa. Vale ressaltar também que todos os seus números foram auditados pela KPMG.

PP-3 SERÁ OFERECIDO APÓS IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO PED

Com o reequilíbrio do PPSP-R e o PPSP-NR, a partir do Novo PED, o PP-3 – plano de contribuição definida – será oferecido exclusivamente aos participantes desses dois planos para migração voluntária. Este é outro importante projeto na agenda da Petros e representa uma opção para os participantes. O PP-3 deve ser oferecido ainda em 2020 e a migração será opcional.

AUDITORIAS EXTERNAS AUMENTAM CREDIBILIDADE E APONTAM OPORTUNIDADES DE MELHORIA

Duas grandes auditorias externas levaram a mudanças de práticas e processos na Fundação, refletindo em ganhos para os participantes. As auditorias externas realizadas na concessão de benefícios e no cadastro, por empresas renomadas em suas áreas de atuação, atestaram o trabalho feito, comprovando que a Fundação vem se modernizando e está alinhada às melhores práticas do mercado. Mas também identificaram algumas oportunidades de melhorias.

Auditoria de cadastro: Entre outubro de 2018 e abril de 2019, a Petros contratou uma auditoria externa para verificar o cadastro. Todos os procedimentos e processos da área foram verificados. Este amplo trabalho aconteceu em duas etapas. A primeira se concentrou nos dados registrados na campanha de recadastramento online, iniciada no segundo semestre de 2017. A segunda fase foi focada nos processos da área cadastral, verificando se estavam aderentes aos procedimentos internos.

A empresa atestou o recadastramento, identificando que não há dados incompletos de participantes e confirmando que a campanha atendeu aos objetivos. Como melhoria, apontou a necessidade de criação de um formulário online de atualização de dados, nos mesmos moldes do que foi utilizado no recadastramento, para facilitar e permitir maior agilidade na atualização do cadastro. Também indicou que os dados dos dependentes e vinculados poderiam ser melhorados, devido à falta de algumas informações e de documentos. Desde outubro de 2019, ativos e assistidos de todos os planos podem fazer a atualização completa de seus dados pessoais no Portal Petros. E desde fevereiro de 2020, é possível atualizar também os dados dos vinculados para recebimento de pensão e/ou pecúlio, de acordo com as regras de cada plano.

Na segunda etapa da auditoria, referente aos processos e procedimentos do cadastro, o trabalho realizado também foi atestado. Foram apontadas algumas oportunidades de melhorias, como a atualização dos procedimentos internos para torná-los mais aderentes ao que é feito na prática. Esta atualização foi concluída ao longo de 2019.

Auditoria na concessão de benefícios: A área de concessão de benefícios passou por uma auditoria externa entre dezembro de 2018 e abril de 2019 para avaliar os processos realizados entre 2004 e 2017 para o então PPSP – hoje PPSP-R, PPSP-R Pré-70, PPSP-NR e PPSP-NR Pré-70. O trabalho começou com a verificação de 200 amostras. Durante o trabalho, a auditoria externa identificou um problema. A Petros analisou toda a base para avaliar se outros benefícios apresentavam o mesmo problema e, neste levantamento, identificou que 2.580 benefícios necessitariam de uma avaliação mais minuciosa.

Entre junho de 1996 e junho de 2004, vigorava uma resolução da Fundação definindo que o valor do INSS a ser utilizado para o cálculo da suplementação Petros não deveria ser o efetivamente pago pela Previdência Social, mas o apurado no momento da concessão do benefício. Esta decisão foi revogada em 2004, com retroatividade a novembro de 1999. Esta retroatividade, no entanto, não foi aplicada em alguns casos. Por isso, a auditoria apontou a necessidade de revisar todos os benefícios concedidos entre 1999 e 2004.

Assim, 2.580 benefícios foram analisados. E 90% deles estavam corretos. Dez por cento sofreram algum tipo de ajuste – para cima ou para baixo. Ainda como parte desse trabalho, a alteração de valor foi ajustada pela Petros nas folhas de pagamento de setembro e novembro de 2019.

AUDITORIAS EXTERNAS
REALIZADAS NA
CONCESSÃO DE
BENEFÍCIOS E
NO CADASTRO
COMPROVARAM QUE
A FUNDAÇÃO ESTÁ
ALINHADA ÀS MELHORES
PRÁTICAS DO MERCADO.

PATROCINADORES ANTECIPAM MAIS DE R\$ 3 BILHÕES EM PAGAMENTO DE ACORDO

Em julho e agosto de 2019, o PPSP-R e o PPSP-NR receberam mais de R\$ 3,16 bilhões em antecipação pelos patrocinadores de pagamento de acordo firmado em 2006. Os contratos garantiam aos patrocinadores a possibilidade de antecipar esse pagamento.

Em julho, a BR Distribuidora pagou R\$ 423 milhões referentes a dois Termos de Compromissos Financeiros (TCFs) assumidos com a Fundação: um sobre a revisão de critérios de cálculo de pensões e o outro sobre o fator de reajuste inicial (FAT) e o fator de correção (FC). No mês seguinte, foi a vez de a Petrobras antecipar R\$ 2,738 bilhões em função do TCF do FAT e do FC.

O FAT e o FC são fatores de correção, criados na década de 1980, com o objetivo de amenizar os impactos causados pela hiperinflação nos benefícios pagos pela Petros. Trata-se de um dos TCFs que compõem o Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR) firmado, em 2006, entre a Fundação, os patrocinadores dos planos (Petrobras e BR Distribuidora) e entidades sindicais.

A antecipação de pagamento aumenta a liquidez dos dois planos de benefício definido, fazendo com que uma parte maior do patrimônio seja composta por ativos financeiros e não mais por dívidas a receber. O valor já estava incluído nos cálculos do patrimônio dos dois planos, com previsão de recebimento em 2028.

CAMPANHA BUSCA AQUELES QUE NÃO SE RECADASTRAM

Com grande sucesso, chegou ao fim, em 2019, a campanha de recadastramento obrigatório de sete planos – Petros do Sistema Petrobras – Repactuados (PPSP-R), Petros do Sistema Petrobras-Não Repactuados (PPSP-NR), Petros-2 (PP-2), Petros Nitriflex, Petros Ultrafertil, TapmePrev e Misto Sanasa. Dos 111.632 participantes ativos e assistidos que deveriam se recadastrar, 104.363, ou 93,48% do público-alvo, atualizaram seus dados na Fundação. Iniciado no segundo semestre de 2017, o recadastramento foi majoritariamente digital.

No ano passado, a Petros fez uma última ação para que os participantes do PPSP-R, do PPSP-NR, do PP-2 e do Plano Misto Sanasa que ainda não haviam atualizado seus dados deixassem seu cadastro em dia. A campanha residual conseguiu a participação de 24% dos ativos e de 54% dos assistidos que ainda não haviam atualizado o cadastro.

Como forma de facilitar a atualização de dados a qualquer tempo, a Fundação desenvolveu uma aplicação e, desde outubro de 2019, passou a disponibilizar a ferramenta de recadastramento digital de forma permanente no Portal Petros.

PETROS PRESENTE: FUNDAÇÃO SE APROXIMA DOS PARTICIPANTES

Também em 2019, a Petros realizou uma série de ações presenciais em edifícios da Petrobras, chamada “Petros Presente”, com o objetivo de estreitar os laços com os participantes e a principal empresa patrocinadora da Fundação.

Na primeira ação, em três prédios da Petrobras (Edise, Edisen e Edihb), a Fundação divulgou as eleições para os conselhos Deliberativo e Fiscal e ressaltou a importância de os participantes votarem e escolherem seus representantes.

Empregados da Petros orientaram os participantes sobre como baixar o aplicativo, o meio mais fácil de votar, indicaram onde havia mais informações sobre os candidatos e o processo eleitoral, além de tirarem dúvidas sobre como recuperar matrícula e senha Petros.

PEDIDO DE APOSENTADORIA PODE SER FEITO DIRETAMENTE PELO PORTAL

Como parte das ações de modernização dos processos da Fundação, o pedido de concessão de aposentadoria de PPSP-R, PPSP-R Pré-70, PPSP-NR, PPSP-NR Pré 70 e PP-2 passou a ser feito diretamente pelo Portal Petros. Assim, não há mais necessidade de envio da documentação pelos Correios. Agora, o participante precisa somente reunir os documentos e enviá-los digitalmente para a Petros. O envio digital da documentação agiliza o processo de concessão de aposentadoria, reduzindo em aproximadamente 20 dias o prazo para pagamento do primeiro benefício.



BENEFÍCIOS SÃO CONCEDIDOS EM CADA VEZ MENOS TEMPO

A missão da Petros é pagar benefícios aos participantes de forma eficiente, transparente e responsável, com base numa gestão de excelência. E, na busca por maximizar a eficiência, a Fundação tem reduzido o tempo médio de concessão de benefícios.

A automatização da etapa de cálculo nos planos de benefício definido, com a extração de dados do sistema via planilha, foi uma das mudanças que contribuiu para diminuir o tempo para conceder aposentadorias e outros benefícios. Além disso, um trabalho conjunto, que envolveu todas as gerências executivas da Diretoria de Seguridade, indicando a responsabilidade de cada uma no processo de concessão, também foi de suma importância para a redução deste prazo.

O ano de 2019 começou com um prazo médio de concessão de aproximadamente 23 dias. Em agosto de 2019, o prazo já estava em torno de 17 dias. No fim do ano, o prazo médio ficou em cerca de 16 dias.

CONTEÚDOS ESPECIAIS E DIDÁTICOS PARA PÚBLICO DO PDV

Para atender o público que entrou no Programa de Desligamento Voluntário (PDV) 2019 da Petrobras, com inscrições entre 2/5/2019 e 30/6/2020, a Petros preparou uma série de comunicações especiais. A Fundação também fez palestras presenciais e online para profissionais que aderiram ao Programa de Desligamento Optativo (PDO) da BR Distribuidora.

Uma nova área no portal é dedicada exclusivamente aos participantes do PDV da Petrobras. Ali, a Fundação reuniu em um só lugar, de forma simples e didática, as principais orientações para os participantes do PPSP-R, do PPSP-NR e do PP-2 pedirem sua aposentadoria na Petros.

E, para atender aqueles que não podem participar das palestras do Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA), da Petrobras, um trabalho conjunto entre a companhia e a Petros está sendo feito de modo a produzir uma série de vídeos e apostilas sobre o PPSP-R, o PPSP-NR e o PP-2. O objetivo é orientar os participantes sobre a Petros, seus direitos e deveres, como requerer a aposentadoria e outros benefícios na Fundação.

INFORMAÇÕES PERSONALIZADAS PARA OS PARTICIPANTES DO PP-2

A estratégia de ampliar cada vez mais a informação disponível aos participantes e aumentar a qualidade dos serviços prestados levou à criação de uma nova área no Portal Petros voltada para os participantes do Plano Petros-2. O ambiente foi batizado de “Meu plano” e, em uma só tela, é possível verificar as contribuições do participante e as da empresa patrocinadora, o percentual de contribuição regular (em relação ao salário) e a previsão para a aposentadoria, tanto do tempo que falta quanto do valor estimado para o benefício mensal. O participante também encontra o total acumulado desde a inscrição no plano e o histórico de rentabilidade.

CONTRACHEQUE DIGITAL: CONCLUSÃO DA TRANSIÇÃO

Em dezembro de 2019, a Petros concluiu a transição para o contracheque digital, com o envio do último documento impresso para os participantes. A adoção do contracheque digital faz parte de uma série de ações com o objetivo de garantir mais eficiência na gestão de recursos e está em linha com a modernização dos processos da Fundação. A Petros disponibiliza o contracheque digital no aplicativo, no Portal Petros e envia para o e-mail do participante. Por segurança, a versão que segue por e-mail é enviada com os números bloqueados, que só aparecem depois que o participante digita matrícula e senha Petros ou confirma alguns dados pessoais.

CAMPANHAS INÉDITAS COM GANHOS PARA PARTICIPANTES E PARA A PETROS

Com uso de inteligência de dados, a Petros deu início a campanhas inéditas que trouxeram ganhos tanto para os participantes, quanto para a Petros. Por um lado, os participantes passaram a ter mais conhecimento sobre seus planos e os benefícios estimados para a aposentadoria, permitindo um melhor planejamento do futuro. Por outro lado, a Fundação conquistou uma arrecadação maior com o resultado das iniciativas.

As campanhas buscaram estimular o aumento das contribuições dos participantes – tanto as mensais quanto as esporádicas, que podem ser feitas em qualquer momento do ano. O projeto engloba os planos de contribuição variável e contribuição definida e entrega conteúdo relevante aos participantes, com produção de dados personalizados.

A primeira ação desta nova estratégia foi realizada em junho, período de revisão anual das contribuições mensais de diversos planos, inclusive do PP-2, maior plano de contribuição variável do país.

Como resultado da campanha, 21,2% dos participantes-alvo (23.895) aumentaram a contribuição – estudos mostram que a taxa de conversão (relação entre o total do público e quem efetuou a compra) de campanhas de e-mail marketing é inferior a 3% na média do mercado. Outro indicador positivo foi o aumento da arrecadação do plano em cerca de R\$ 38 milhões por ano. Isso significa que, se a campanha fosse um plano, ela seria o 7º maior da Petros em receita previdenciária.

Em dezembro, a campanha se voltou para o planejamento tributário. O foco foi mostrar aos participantes o impacto positivo das contribuições esporádicas no saldo de aposentadoria e na declaração do Imposto de Renda. Estes aportes ajudam no planejamento do Imposto de Renda, já que podem ser deduzidos até o limite de 12% da renda bruta tributável na declaração do ano seguinte – no caso de quem usa o modelo completo.

As campanhas alavancaram o volume de contribuições esporádicas da Petros em dezembro e em 2019 como um todo, garantindo crescimento frente ao ano anterior. A Fundação arrecadou R\$ 8,301 milhões apenas em dezembro, o que representa uma alta de 137% frente a dezembro de 2018. Em todo o ano de 2019, o montante alcançou R\$ 13,7 milhões, valor 128% superior ao do ano anterior. O número de participantes com contribuições esporádicas quase dobrou de 2018 para 2019.

VALOR TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES ESPORÁDICAS

DEZEMBRO/2018	R\$ 3,50 MILHÕES
DEZEMBRO/2019	R\$ 8,30 MILHÕES
2018	R\$ 5,99 MILHÕES
2019	R\$ 13,70 MILHÕES

SUSTENTABILIDADE: CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS PLANOS

Em maio de 2019, a Petros celebrou com a Previc um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com o objetivo de promover a individualização do custeio administrativo dos planos de benefícios. Isto significa fazer com que as despesas e as receitas de cada plano sejam registradas separadamente. O documento determina ainda que eventuais débitos administrativos sejam regularizados em até 12 anos.

Desde a publicação do TAC no Diário Oficial da União, a Petros adotou medidas para promover esse equilíbrio e manter uma adequação periódica dos critérios de alocação de despesas de cada plano, conforme determina a legislação. As discussões ao longo de 2019 levaram à aprovação da revisão do custeio administrativo de 21 planos de benefícios da Petros. O TAC permitiu o ajuste nas taxas dos planos sem necessidade de mudanças nos regulamentos.



GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

POLÍTICA DE OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS E REDUÇÃO DE CUSTOS

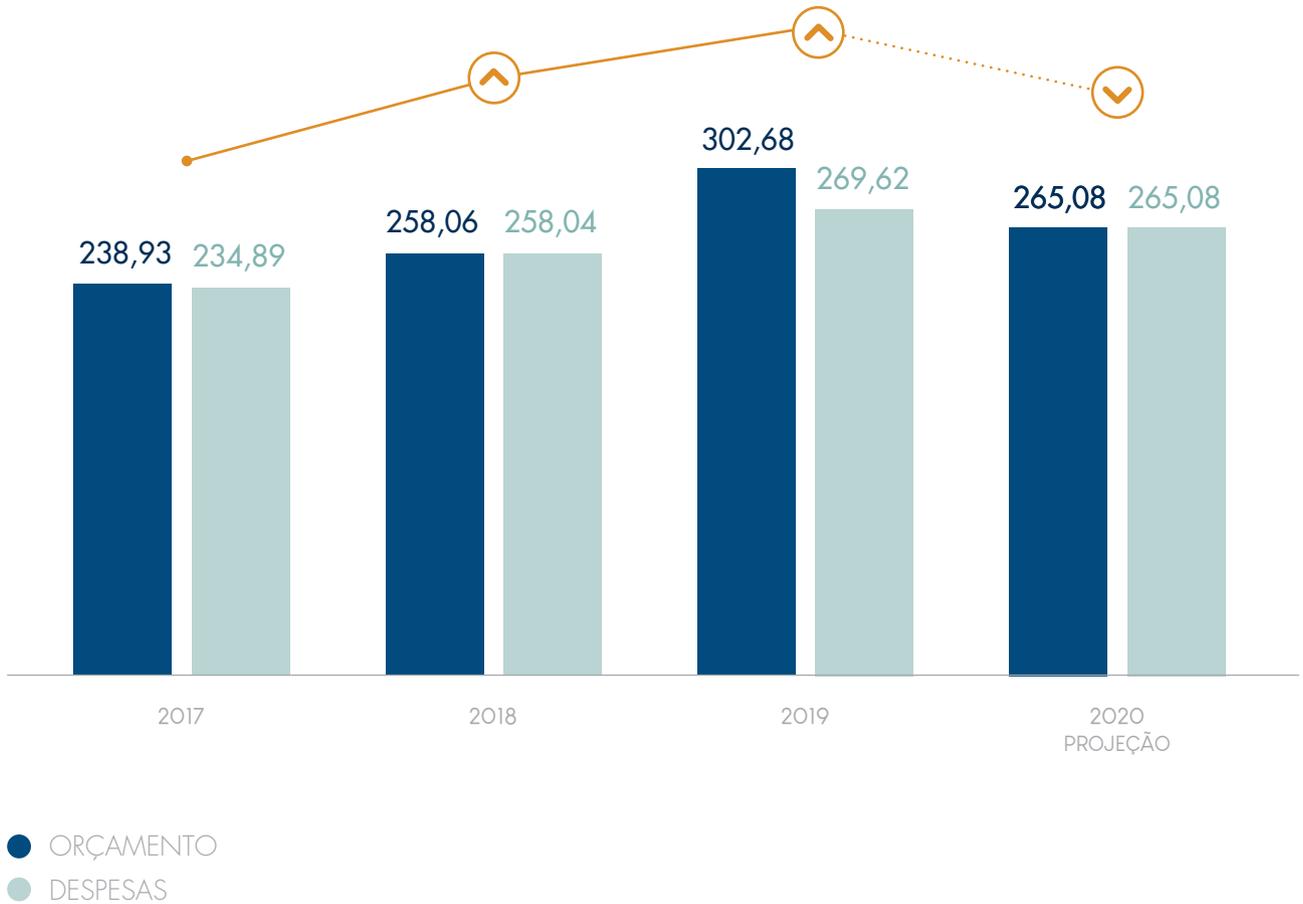
A política de otimização de recursos e de redução de custos da Petros foi intensificada em 2019. Ao fim do ano, as despesas administrativas ficaram em R\$ 269,62 milhões, o que representa uma redução de 11% frente aos R\$ 302,68 milhões que tinham sido estimados inicialmente para o orçamento de 2019. Para 2020, o orçamento está previsto em R\$ 265,08 milhões. O montante representa uma queda de 12,4% em relação ao orçamento projetado inicialmente para 2019 e, também, de 1,7% frente às despesas efetivamente realizadas, assegurando controle dos gastos.

A economia é fruto de uma série de ações para garantir mais eficiência na gestão de recursos, reduzir os custos da Petros e zelar pelo patrimônio dos participantes. Uma estratégia de sucesso tem sido uma negociação intensa de novos contratos de prestação de serviços, renovações e aditivos. Isso tem garantido, em média, redução de 5% no custo dos contratos. Além disso, há campanhas periódicas de renegociação contratual, em que são avaliadas novas oportunidades de cortes de custos.

Nos últimos anos, a Fundação aumentou o controle na utilização de seus recursos. Foram implementados mecanismos de controle orçamentário – criação de fundo de reserva, a partir de sobras orçamentárias, e estabelecimento de alçadas de valor e hierarquia para remanejamento de verbas – e também instituídas exigências para as contratações. Em 2019, a Petros também reduziu gastos que estavam previstos com viagens e treinamentos dos seus funcionários.

ECONOMIA É FRUTO DE
UMA SÉRIE DE AÇÕES
PARA GARANTIR MAIS
EFICIÊNCIA NA GESTÃO
DE RECURSOS E ZELAR
PELO PATRIMÔNIO DOS
PARTICIPANTES.

A EVOLUÇÃO
DAS DESPESAS
ADMINISTRATIVAS
DA PETROS
(MILHÕES)

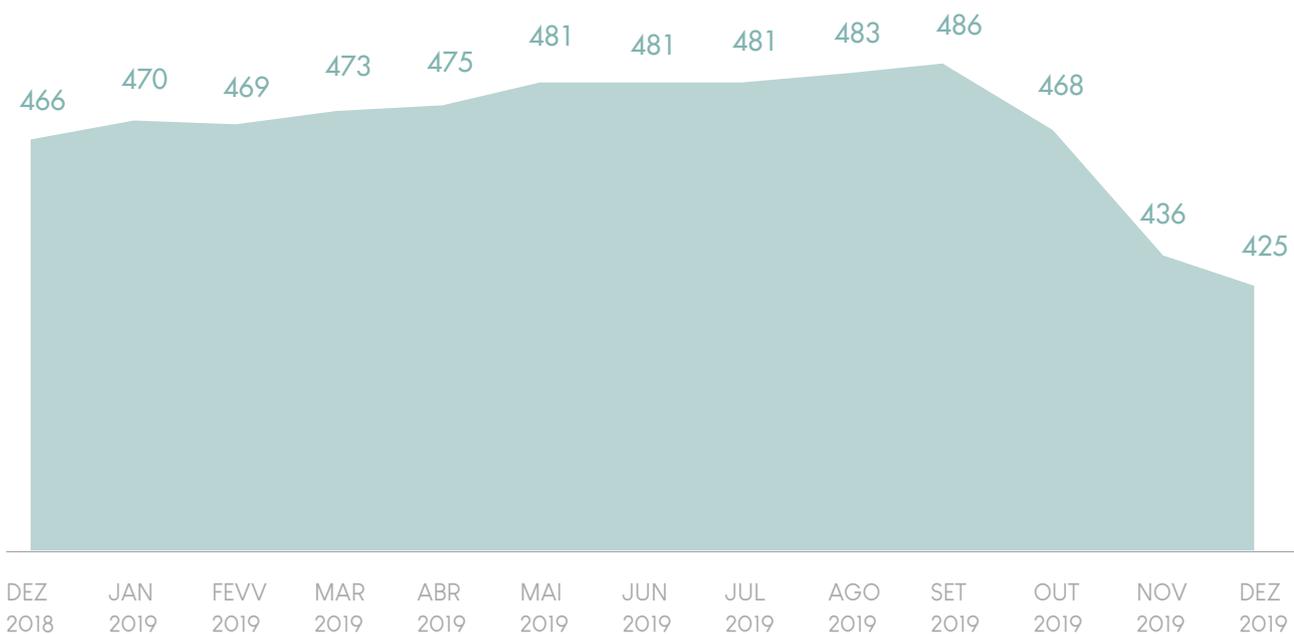


EFICIÊNCIA E SIMPLIFICAÇÃO DA ESTRUTURA

A busca por mais eficiência administrativa incluiu, ainda, uma reorganização da estrutura de algumas áreas e uma melhor gestão das equipes, com readequação de quadros e redução de custos fixos. A sustentabilidade da Petros requer diferentes esforços e é preciso dar o exemplo dentro de casa.

Em meio a uma readequação do quadro de profissionais – que passou de 486 em setembro de 2019 para 425 ao fim de 2019, uma queda de 13% –, houve uma preocupação da gestão também com o ganho em termos de qualificação técnica. Novos gestores que foram contratados passaram por processo de recrutamento feito com apoio de headhunters, para garantir a seleção de profissionais qualificados para as vagas. A estrutura da Petros também será revista em 2020, observando sempre ganhos de eficiência.

REDUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL



● NÚMERO DE EMPREGADOS

MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS

Como parte do trabalho para modernizar seus sistemas e elevar o nível de excelência na prestação de serviços aos participantes, a Fundação está promovendo uma profunda atualização dos seus sistemas previdenciários. O projeto consiste na implementação de uma nova ferramenta de tecnologia avançada e, também, em mudanças de processos na atividade-fim da entidade, em linha com as melhores práticas do mercado.

O objetivo é aumentar a segurança e a confiabilidade das informações, automatizar processos, proporcionando mais eficiência e maior oferta de serviços digitais. Na prática, quando o sistema estiver em operação, proporcionará melhor usabilidade e experiência aos usuários, simplificando e agilizando o acesso aos serviços oferecidos pela Fundação. O projeto proporcionará ganho de eficiência com redução de custos administrativos, além de aprimoramento na segurança das informações.

Entre as funcionalidades previstas na nova plataforma está a segmentação por perfil de investidor para os planos de contribuição variável e de contribuição definida, para que o participante possa escolher as classes de ativos para aplicação dos seus recursos, individualizando a exposição ao risco. Desta forma, o participante poderá analisar os produtos compatíveis com seus objetivos futuros, de acordo com a sua tolerância a risco e as suas expectativas de investimento.

O projeto está sendo implementado em fases e terá duração de três anos, considerando uma escala crescente de complexidade e as características dos planos administrados pela Petros, em linha com projetos de grandes fundações. Neste período, será incorporado na nova plataforma todo fluxo previdenciário dos planos, como cadastro, contribuição, folha de benefício, gestão atuarial, operações com participantes, entre outras informações.

A FUNDAÇÃO ESTÁ
PROMOVENDO
UMA PROFUNDA
ATUALIZAÇÃO DOS
SEUS SISTEMAS
PREVIDENCIÁRIOS.



ADOÇÃO DE NOVOS ROBÔS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Foi reforçada a adoção da solução de Robotic Process Automation (RPA) em atividades operacionais, permitindo maior agilidade, redução de custos e aumento da produtividade das equipes, que podem se dedicar a atividades mais estratégicas. No âmbito jurídico, os robôs atuam na interação com escritórios terceirizados para controlar pedidos de subsídios, prazos e cálculos de benefícios, de acordo com o tipo de processo. Também auxiliam na elaboração de cálculos judiciais, possibilitando resultados com maior qualidade para apoiar as defesas e subsidiar as petições dos escritórios contratados.

Na área de atendimento, os robôs cadastram manifestações de participantes e não participantes que interagem com a Petros por meio do Portal Petros e via chat, com automatização de 100% das demandas. Já no âmbito da seguridade, revisam as concessões de benefícios em tempos diferentes, com aplicação das regras de negócio de acordo com a data do atendimento, e atuam na solução de determinadas inconsistências.

Além disso, a Fundação começou a utilizar a tecnologia de inteligência artificial para tornar mais eficiente o serviço de chat e reforçar o atendimento aos participantes neste canal.

CRENCIAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO

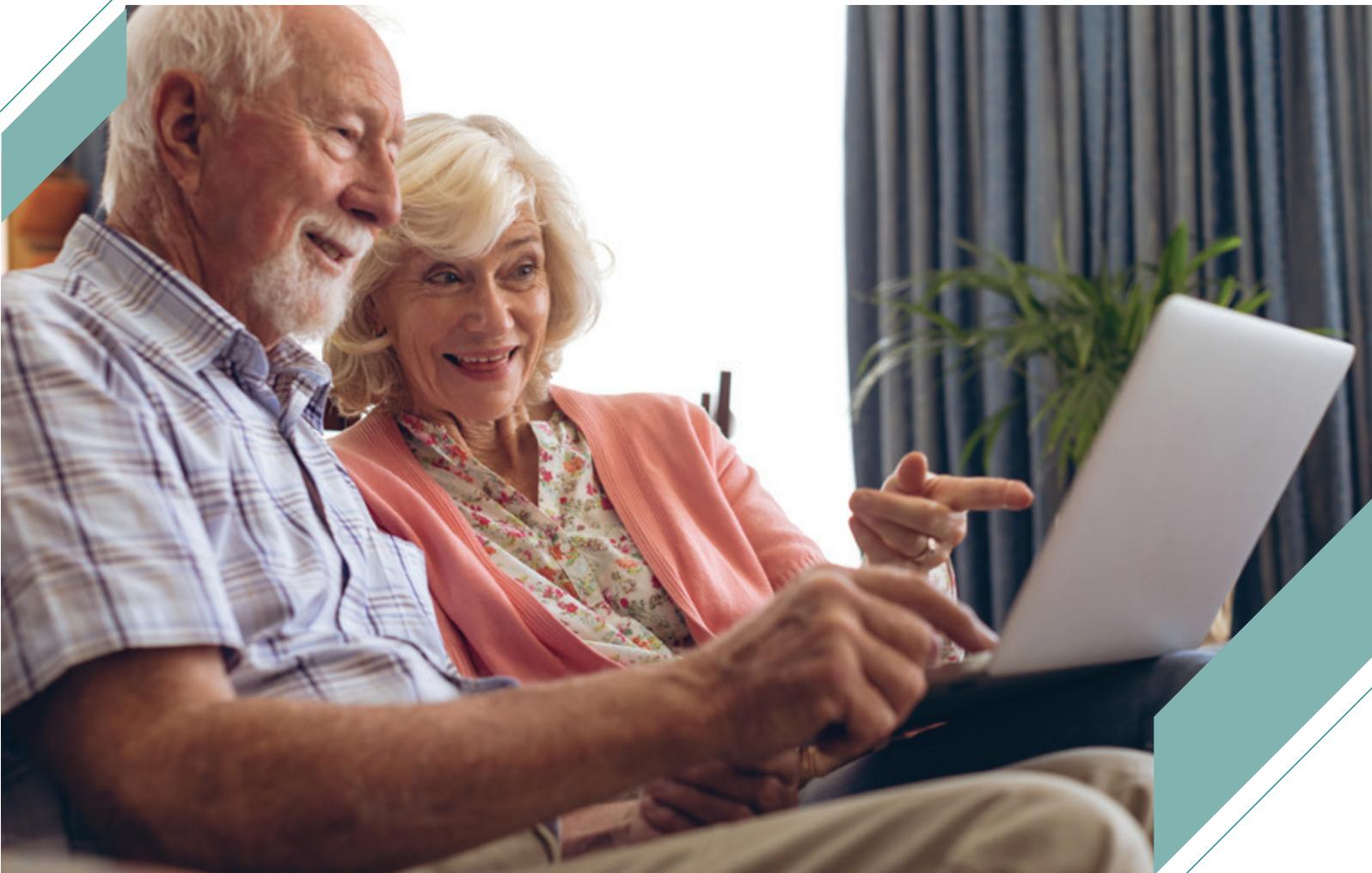
Como uma das importantes iniciativas de 2019, a Petros começou uma ampla negociação com bancos para o credenciamento da folha de pagamento de benefícios de seus participantes, como aposentadorias, pensões e auxílios-doença. A medida faz parte

de uma estratégia da Fundação para aumentar a receita administrativa e aprimorar a gestão dos recursos, sem gerar custo para os participantes.

A estimativa é que sejam arrecadados R\$ 137 milhões ao longo dos cinco anos de vigência dos contratos, uma média de R\$ 27,4 milhões por ano. O montante corresponde a um aumento de 16% da receita administrativa anual da Petros. O acordo prevê que as instituições financeiras remunerem a Fundação pelo pagamento de benefícios de participantes que sejam seus correntistas.

O credenciamento ou a venda da folha de pagamentos tem sido uma prática muito utilizada por empresas privadas e diferentes esferas de governo para levantar recursos que contribuem para a administração e permitem a redução de outros gastos.

Além do credenciamento da folha de pagamento de benefícios, a negociação com os bancos abre espaço para novas oportunidades de negócios para a Petros e que beneficiarão os participantes. Entre os projetos em estudo, está a parceria para o desconto de produtos e serviços oferecidos pelas instituições financeiras credenciadas na folha de pagamento dos participantes da Petros.



ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Conta	2019 Orçado (A)	Realizado (B)	% Participação no realizado	(B)/(A) Δ %
1. Receitas	6.707.577.009	11.858.941.033	100,0	76,8
1.1. Contribuições Previdenciais	6.541.831.652	11.685.694.637	98,5	78,6
1.2. Receitas Administrativas	165.745.357	173.246.395	1,5	4,5
2. Despesas	7.735.250.043	7.991.338.541	100,0	3,3
2.1. Pagamentos de Benefícios	7.432.569.472	7.721.717.225	96,6	3,9
2.2. Despesas Administrativas	302.680.571	269.621.316	3,4	(10,9)
3. Investimentos em Ativo Permanente	18.488.926	10.587.093	100,0	(42,7)
4. Resultado Líquido dos Investimentos	7.851.634.916	14.595.309.590	100,0	85,9

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADO 2019

COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

VALOR DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO - TOTAL GERAL DA FUNDAÇÃO

Segmento	Dezembro de 2018		Dezembro de 2019	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Renda Fixa	51.874.390.267,46	69,59%	60.920.414.975,22	67,39%
Renda Variável	13.267.521.642,68	17,80%	19.231.895.206,34	21,27%
Estruturado	1.451.325.202,70	1,95%	2.130.345.420,65	2,36%
Imobiliário	3.997.101.543,87	5,36%	4.168.046.949,23	4,61%
Operações com Participantes	3.060.042.505,17	4,11%	2.976.206.026,16	3,29%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS ¹	73.650.381.161,88	98,81%	89.426.908.577,60	98,92%
Disponível/Relacionados com o disponível	2.840.177,27	0,00%	5.299.215,41	0,01%
Valores a Pagar/Receber	885.518.914,19	1,19%	974.185.527,75	1,08%
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES ²	74.538.740.253,34	100,00%	90.406.393.320,76	100,00%

(1) O valor do investimento referente à Petros Administradora está incluído no valor total dos investimentos.

(2) Recursos Garantidores: Disponível + Realizável do Programa de Investimentos - Exigível Operacional do Programa de Investimentos.

MODALIDADES DE APLICAÇÕES CONSOLIDADO

Investimentos	Dezembro de 2018 - Valor		Dezembro de 2019 - Valor	
Renda Fixa	51.873.726.955,54	69,59%	60.908.329.818,69	67,37%
Títulos Públicos Federais	42.526.587.173,94		41.350.917.146,61	
Fundos de Renda Fixa	8.211.627.421,62		18.575.924.829,86	
Títulos Privados	842.412.166,58		746.779.319,14	
Títulos Públicos Estaduais	271.111.320,55		192.376.263,68	
Fdo de Invest. em Direitos Creditórios	22.652.184,77		54.417.415,93	
Contas a Pagar/Receber	-663.311,92		-12.085.156,53	
Renda Variável	13.247.998.713,01	17,77%	19.257.131.720,85	21,30%
Ações à Vista	8.418.534.668,78		9.804.560.670,02	
Fundos de Ações	4.297.220.792,13		8.710.901.058,97	
Outros Investimentos	551.766.181,77		716.433.477,35	
Contas a Pagar/Receber	-19.522.929,67		25.236.514,51	
Estruturado	1.227.963.558,18	1,65%	2.194.072.357,66	2,43%
Fundos de Investimento em Participação	1.153.981.767,36		601.810.317,47	
Fundos Multimercado	-		1.528.535.103,18	
Contas a Pagar/Receber	73.981.790,82		63.726.937,01	
Imobiliário	4.303.412.134,30	5,77%	4.178.139.870,86	4,62%
Imóveis	3.997.101.543,87		3.917.436.545,35	
Fundos Imobiliários	297.343.435,34		250.610.403,88	
Contas a Pagar/Receber	8.967.155,09		10.092.921,63	

Operações com Participantes	3.052.127.372,35	4,09%	2.975.067.346,65	3,29%
Empréstimos e Financiamentos	3.060.042.505,17		2.976.206.026,16	
Contas a Pagar/Receber	-7.915.132,82		-1.138.679,51	
Acordo de Leniência J & F	779.736.533,15	1,05%	842.260.721,41	0,93%
Acordo de Leniência Odebrecht	50.934.809,54	0,07%	46.092.269,23	0,05%
Disponível/Relacionados com o disponível	2.840.177,27	0,00%	5.299.215,41	0,01%
TOTAL	74.538.740.253,34	100,00%	90.406.393.320,76	100,00%

INVESTIMENTO CONSOLIDADO

SEGMENTO RENDA VARIÁVEL

Grupo	Valor	% s/Segmento
Mercado à Vista	9.804.560.670,02	50,91%
Financiamento de Projetos	716.433.477,35	3,72%
Fundos de Renda Variável	8.710.901.058,97	45,23%
TOTAL	19.231.895.206,34	

Valores a Pagar/Receber

Valores a Receber	25.236.514,51	0,13%
Valores a Pagar	-	0,00%
TOTAL	25.236.514,51	

TOTAL SEGMENTO RENDA VARIÁVEL	19.257.131.720,85	100,00%
--------------------------------------	--------------------------	----------------

SEGMENTO ESTRUTURADO

Fundos de Investimentos

Grupos	Valor de Mercado	% s/Segmento
Fundos Private Equity	576.040.878,69	26,25%
Fundos Venture Capital	25.769.438,78	1,17%
Fundos Mutimercado Estruturado	1.528.535.103,18	69,67%
TOTAL	2.130.345.420,65	

Valores a Pagar/Receber

Valores a Receber	63.726.937,01	2,90%
Valores a Pagar	-	0,00%
TOTAL	63.726.937,01	

TOTAL SEGMENTO ESTRUTURADO	2.194.072.357,66	100,00%
-----------------------------------	-------------------------	----------------

SEGMENTO RENDA FIXA

Grupo	Valor	% s/Segmento
Títulos Públicos Federais	41.350.917.146,61	66,91%
Títulos Públicos Estaduais	192.376.263,68	0,31%
Títulos Privados	746.779.319,14	1,21%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	54.417.415,93	0,09%
Fundos de Renda Fixa	18.575.924.829,86	30,06%
TOTAL	60.920.414.975,22	

Valores a Pagar/Receber

Contas a Pagar/Receber	876.267.834,11	1,42%
Disponível/Relacionados com o disponível	5.299.215,41	0,01%
TOTAL	881.567.049,52	

TOTAL SEGMENTO RENDA FIXA	61.801.982.024,74	100,00%
----------------------------------	--------------------------	----------------

SEGMENTO IMOBILIÁRIO		
Grupo	Valor	% s/Segmento
Imóveis	3.899.478.545,35	93,33%
Outros Investimentos	17.958.000,00	0,43%
Fundos Imobiliários	250.610.403,88	6,00%
TOTAL	4.168.046.949,23	
Valores a Pagar/Receber		
Valores a Receber	11.657.637,18	0,28%
Valores a Pagar	(1.564.715,55)	-0,04%
TOTAL	10.092.921,63	
TOTAL SEGMENTO IMOBILIÁRIO	4.178.139.870,86	100,00%

SEGMENTO OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			
Empréstimos			
Indexador	Atrasados	Valores não Atrasados	% s/Segmento
IPCA	-	2.965.614.106,34	99,68%
PRÉ-FIXADO	-	7.380.726,61	0,25%
CDI	-	-	0,00%
INPC	-	3.211.193,21	0,11%
Provisão para perda	(44.585.401,44)	-	
Retirada de Patrocínio	-	-	0,00%
IOF a compensar	-	268.675,49	0,00%
Financiamentos			
Indexador	Atrasados	Valores não Atrasados	% s/Segmento
-	-	-	0,00%
Valores a Pagar/Receber			
Valores a Receber	-	-	0,00%
Valores a Pagar	-	(1.138.679,51)	-0,04%
TOTAL		(1.138.679,51)	
TOTAL SEGMENTO OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES		2.975.067.346,65	100,00%

Provisão para Perda		
Grupo	Valor	% s/Segmento
FIF	26.131.712,36	
FIDC's	1.254.466,93	
Debêntures	64.729.957,14	
CDB	3.489.154,94	
CRI	95.000.979,83	
CCI	456.553.444,07	
CCB	680.432.861,36	
CCCB	82.991.013,90	
Ações	95.863.591,17	
FIP's	162.910.510,87	
TOTAL	1.669.357.692,57	

RESPONSÁVEIS

Nome	Tipo	Telefone	e-mail
Marcelo Faria Pereira – KPMG	Auditor Independente	(21) 2207-9400	mfpereira@kpmg.com.br
Alexandre Mathias	Administrador Qualificado (AETQ)	(21) 2506-0587	amathias@petros.com.br

Desenquadramentos e Inobservâncias à Resolução CMN nº 4.661/18

Os desenquadramentos atualmente existentes referem-se ao estabelecido no artigo 27 inciso III parágrafo primeiro da Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018, o qual prevê que a EFPC deve observar, em relação aos Recursos de cada plano, o limite de 10% para os demais emissores.

Os planos de benefícios Petros Lanxess, Nitriflex, Ultrafertil e PGA apresentaram desenquadramento para o investimento no Conglomerado Econômico/Financeiro da Vale S.A.

Os Planos Petros do Sistema Petrobras Repactuados e Não Repactuados apresentaram desenquadramento para o investimento no Conglomerado Econômico/Financeiro da Petrobras. Para fins de enquadramento, são considerados, além dos investimentos em Petrobras, o total de sua dívida contratada, total do déficit equacionado e o total do déficit acumulado junto à empresa patrocinadora.

Os desenquadramentos estão sendo monitorados pela Fundação, com plano de ação em execução.

Os demais planos de benefícios administrados pela Fundação estão em conformidade com os percentuais de enquadramento estabelecidos na Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018.

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS COM A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS

CUSTOS	1º SEMESTRE 2019	2º SEMESTRE 2019	ANO 2019
Gestão Interna	39.112.492,12	34.455.109,35	73.567.601,47
Pessoal / Encargos	11.179.688,39	12.549.346,35	23.729.034,74
Consultorias	2.313.864,38	1.261.326,93	3.575.191,31
Custódia	605.818,87	272.981,83	878.800,70
Taxa Cetip/Andima	5.502,64	5.110,61	10.613,25
Taxas de Bolsa (BM&F, CVM, CBLC)	475.284,65	891.269,74	1.366.554,39
Corretagens	2.013.130,96	5.710.106,26	7.723.237,22
Carteira de Imóveis	545.137,13	512.347,94	1.057.485,07
Despesas Judiciais	2.671.191,12	96.000,00	2.767.191,12
Outras Despesas ⁽¹⁾	19.302.873,98	13.156.619,69	32.459.493,67
Gestão Externa	30.831.825,21	59.020.575,00	89.852.400,22
Taxa de Administração	2.543.539,48	14.120.786,92	16.664.326,39
Taxa de Gestão	20.092.598,26	21.859.853,37	41.952.451,64
Taxa de Performance	948.898,61	15.246.506,21	16.195.404,82
Custódia	820.206,01	990.117,05	1.810.323,06
Taxa Cetip	594.380,72	700.531,53	1.294.912,25
Taxa Selic	166.168,56	259.559,37	425.727,93
Taxa ANBID/ANBIMA	37.554,92	86.831,47	124.386,39
Taxas de Bolsa (BM&F, CVM, CBLC)	739.596,11	928.854,39	1.668.450,50
Despesas Bancárias (CPMF, IOF, Taxas)	83.614,39	96.931,70	180.546,08
Auditorias	512.635,79	337.298,12	849.933,91
Corretagens	79.732,28	338.677,58	418.409,86
Consultoria	618.695,27	131.526,52	750.221,78
Despesas Jurídicas	2.676.351,28	3.138.720,10	5.815.071,38
Outras Despesas ⁽¹⁾	917.853,53	784.380,68	1.702.234,21
TOTAL	69.944.317,33	93.475.684,35	163.420.001,69

Observação:

(1) Na rubrica Despesas Gerais tivemos gastos da Gerência de Participações Imobiliárias tais como: Serviços de Despachantes, Lavratura de Escritura, Impostos, Taxa de Intermediação e Despesas de Certidões;
Fonte: Setor de Controladoria

DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM 2019

(EM R\$)

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	VALORES	
	(B)	
Pessoal e encargos	166.657.030,03	61,8
Treinamento/congressos e seminários	438.532,66	0,2
Viagens e estadias	956.486,52	0,4
Serviços de terceiros	73.038.533,36	27,1
Despesas gerais	12.335.704,81	4,6
Depreciação e amortização	8.554.352,23	3,2
Outras	258.043,40	0,10
Tributos	7.382.633,29	2,7
TOTAL (A)	269.621.316,30	100,0

DESPESAS ADMINISTRATIVAS RELEVANTES	
GRUPO DE CONTAS	VALORES (EM R\$)
SERVIÇOS DE TERCEIROS	73.038.533,36
Consultoria Jurídica	25.174.704,13
Serviços com Tecnologia da Informação	17.402.813,26
Remuneração Seguro Garantia Judicial	7.375.160,82
Outros serviços de consultoria	7.790.444,00
Atendimento/Cadastro Participante	4.481.955,04
Outros Serviços de Terceiros	3.641.871,93
Consultoria Atuarial	2.132.123,72
Recursos Humanos	1.715.189,27
Auditoria Contábil	1.241.831,98
Serviços Preservação e Segurança	579.866,79
Despesas Relacionadas ao Arquivo Central	577.845,21
Serviços Postais	398.993,99
Consultoria Contábil	225.235,24
Auditoria de Investimentos	191.369,16
Consultoria de Investimentos	109.128,82
TRIBUTOS	7.382.633,29
Taxa de Fiscalização e Controle - TAFIC	7.382.633,29
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	8.554.352,23
Depreciações	3.534.907,78
Amortizações	5.019.444,45

PESSOAL E ENCARGOS	
	VALORES (EM R\$)
Conselhos	1.216.078,03
- Conselho Deliberativo	906.352,89
- Conselho Fiscal	309.725,14
Diretoria	9.991.063,78
- Previdencial	6.870.683,58
- Investimentos	3.120.380,20
Pessoal Próprio	151.143.814,80
- Previdencial	103.936.824,33
- Investimentos	47.206.990,47
Pessoal Cedido	3.927.459,59
- Previdencial	2.700.786,50
- Investimentos	1.226.673,09
Estagiário	374.569,27
- Previdencial	257.580,27
- Investimentos	116.989,00
Outras	4.044,56
- Previdencial	2.781,44
- Investimentos	1.263,12
TOTAL	166.657.030,03

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(O texto a seguir é uma reprodução do relatório da KPMG)

Aos Conselheiros, Diretores, Patrocinadoras e Participantes da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros

Rio de Janeiro - RJ

OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros ("Fundação", "Entidade" ou "Petros"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 29) em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2019, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

Depósitos judiciais/recursais e Exigível contingencial

Conforme descrito nas notas explicativas nºs. 3.5 e 7, as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 apresentam nas rubricas de depósitos judiciais/recursais e exigível contingencial os montantes consolidados de R\$ 2.012 milhões (R\$ 2.670 milhões em 31 de dezembro de 2018) e de R\$ 2.879 milhões (R\$ 4.153 milhões em 31 de dezembro de 2018), respectivamente (os saldos individuais por planos de benefícios estão apresentados nas referidas notas explicativas). No decorrer do exercício de 2019, a Administração, no processo contínuo de conciliação dos depósitos judiciais/recursais junto às instituições financeiras depositárias, procedeu com o saneamento de suas bases de dados dos depósitos judiciais/recursais e do exigível contingencial, além de outras medidas, e reconheceu integralmente no exercício corrente um ajuste líquido de aproximadamente R\$ 77 milhões (R\$ 186 milhões em 2018), representado por: (i) aproximadamente R\$ 1.032 milhão (efeito devedor) de exercícios anteriores (R\$ 181 milhões em 31 de dezembro de 2018) referentes aos saldos de depósitos judiciais/recursais; e (ii) aproximadamente R\$ 1.109 milhão (efeito credor) de exercícios anteriores (R\$ 5 milhões em 31 de dezembro de 2018) referentes ao saldo do exigível contingencial. Como consequência desse assunto, o déficit técnico acumulado consolidado apresentado na Demonstração da Mutação

do Patrimônio Social está apresentado a maior em R\$ 77 milhões. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis do exercício corrente também inclui modificação em decorrência dos possíveis efeitos desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

ÊNFASES

Situação patrimonial do plano de benefícios Petros Ultrafértil

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 8.3.5, às demonstrações contábeis que descreve que o plano de benefícios Petros Ultrafértil apresenta déficits técnicos que, até a data de emissão destas demonstrações contábeis, estão sendo equacionados parcialmente, em função de decisões judiciais. Adicionalmente, estão ocorrendo discussões com todas as patrocinadoras, com o envolvimento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, acerca dos custos do Plano de Equacionamento de Déficit e cobrança da dívida decorrente da introdução dos novos índices de atualização e reajuste de benefício com determinadas patrocinadoras. No estágio atual, não é possível determinar o desfecho das medidas judiciais e demais assuntos em andamento. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Reflexos na Petros das investigações

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis que descreve que encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto das operações específicas que investigam, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos de empresas, nas quais a Fundação mantinha investimentos direto e ou indiretamente por meio de fundos de investimentos, assim como, possíveis ilícitudes em investimentos realizados pelos maiores Fundos de Pensão do país, entre eles a Fundação.

Como parte do processo de governança, diversas ações foram adotadas e, atualmente, a Fundação mantém comissões internas e externas de apuração ("CIAs" e "CEAs"), com intuito de monitorar os assuntos em andamento pelas entidades governamentais competentes.

No estágio atual dos trabalhos, não existem elementos para avaliar qual será o desfecho das investigações, bem como os potenciais efeitos sobre as demonstrações contábeis da Fundação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação e ou os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação e ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DOS AUDITORES PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano

de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO	NOTA	2019	2018
DISPONÍVEL		5.299	2.840
REALIZÁVEL		107.881.340	90.697.587
Gestão Previdencial	3	17.388.768	16.083.788
Gestão Administrativa	4	76.690	67.686
Investimentos	5	90.415.883	74.546.113
Títulos Públicos		41.543.294	42.797.698
Créditos Privados e Depósitos		746.779	842.412
Ações		10.546.231	8.950.845
Fundos de Investimento		29.785.926	14.056.807
Investimentos Imobiliários		3.929.094	4.007.703
Empréstimos e Financiamentos		2.976.206	3.060.043
Outros Realizáveis		888.353	830.605
PERMANENTE		86.007	79.526
Imobilizado		51.988	53.266
Intangível		34.019	26.260
TOTAL DO ATIVO		107.972.647	90.779.953

PASSIVO	NOTA	2019	2018
EXIGÍVEL OPERACIONAL	6	1.124.962	697.644
Gestão Previdencial		961.970	535.851
Gestão Administrativa		148.210	151.580
Investimentos		14.783	10.213
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	7	2.878.509	4.152.852
Gestão Previdencial		2.875.219	4.144.732
Gestão Administrativa		3.290	8.120
PATRIMÔNIO SOCIAL	8	103.969.175	85.929.457
Patrimônio de Cobertura do Plano		102.614.072	84.588.464
Provisões Matemáticas	8.1	105.845.970	92.807.166
Benefícios Concedidos		91.941.651	82.084.447
Benefícios a Conceder		46.725.342	40.781.410
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(32.821.023)	(30.058.691)
Equilíbrio Técnico		(3.231.898)	(8.218.702)
Resultados Realizados		(3.657.318)	(8.636.726)
(-) Déficit Técnico Acumulado		(3.657.318)	(8.636.726)
Resultados a Realizar	3.3	425.420	418.024
Fundos	8.2	1.355.103	1.340.993
Fundos Previdenciais		155.610	163.554
Fundos Administrativos		829.614	826.140
Fundos dos Investimentos		369.879	351.299
TOTAL DO PASSIVO		107.972.647	90.779.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)

	2019	2018	Δ%
(A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO	85.929.457	82.284.917	4%
1. Adições	27.980.155	13.470.353	108%
(+) Contribuições Previdenciais	13.209.057	7.174.617	84%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	14.466.161	5.959.662	143%
(+) Receitas Administrativas	177.827	170.594	4%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	99.335	65.244	52%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	1.800	33.528	-95%
(+) Constituição de Fundos de Investimento	18.580	66.708	-72%
(+) Resultados a Realizar	7.395	-	100%
2. Destinações	(9.940.435)	(9.825.813)	1%
(-) Benefícios	(9.554.180)	(9.151.869)	4%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(110.768)	(408.717)	-73%
(-) Despesas Administrativas	(275.487)	(258.941)	6%
(-) Resultados a Realizar	-	(6.286)	-100%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)	18.039.718	3.644.540	395%
(+/-) Provisões Matemáticas	13.038.804	7.934.317	64%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	4.979.408	(4.381.274)	-214%
(+/-) Resultados a Realizar	7.395	(6.286)	-218%
(+/-) Fundos Previdenciais	(7.943)	20.650	-138%
(+/-) Fundos Administrativos	3.474	10.425	-67%
(+/-) Fundos dos Investimentos	18.580	66.708	-72%
(B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL (A + 3 + 4)	103.969.175	85.929.457	21%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA)

	2019	2018	Δ%
	MÊS	MÊS	
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	826.140	815.715	1%
1. Custeio da Gestão Administrativa	277.161	235.838	18%
1.1. Receitas	277.161	235.838	18%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	162.551	158.211	3%
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.885	1.964	98%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	7.349	6.487	13%
Receitas Diretas	81	930	-91%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	99.335	65.244	52%
Outras Receitas	3.960	3.002	32%
2. Despesas Administrativas	(269.623)	(258.038)	4%
2.1. Administração Previdencial	(181.187)	(216.649)	-16%
Pessoal e encargos	(114.605)	(140.573)	-18%
Treinamentos/congressos e seminários	(302)	(670)	-55%
Viagens e estadias	(658)	(462)	42%
Serviços de terceiros	(46.002)	(50.930)	-10%
Despesas gerais	(8.483)	(10.559)	-20%
Depreciações e amortizações	(5.882)	(8.077)	-27%
Tributos	(5.077)	(5.357)	-5%
Outras Despesas	(178)	(21)	748%
2.2. Administração dos Investimentos (*)	(88.436)	(41.389)	114%
Pessoal e encargos	(52.052)	(23.945)	117%
Treinamentos/congressos e seminários	(137)	(6)	2183%
Viagens e estadias	(299)	(97)	208%
Serviços de terceiros	(27.036)	(2.190)	1135%
Despesas gerais	(3.853)	(13.401)	-71%
Depreciações e amortizações	(2.672)	(3)	88967%
Tributos	(2.306)	(1.747)	32%
Outras Despesas	(81)	-	100%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	1.800	33.528	-95%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(5.864)	(903)	549%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	3.474	10.425	-67%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	3.474	10.425	-67%
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7+8)	829.614	826.140	0%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros (“Fundação”) – constituída pela Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) em 1969 – é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, que, na qualidade de Entidade Fechada de Previdência Complementar (“EFPC”), tem por objetivos primordiais a instituição e administração de planos de benefícios, em conformidade com a legislação vigente no Brasil.

Para a realização de seus objetivos, a Fundação obtém recursos financeiros de contribuições dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados, bem como de rendimentos ganhos pela aplicação dessas contribuições em investimentos.

1.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELA PETROS

Abaixo, segue a relação dos planos de benefícios administrados pela Fundação no exercício de 2019, agrupados segundo a modalidade dos planos de benefício – benefício definido (BD), contribuição variável (CV) ou contribuição definida (CD) – acompanhados do respectivo número no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (“CNPB”), assim como discriminados por patrocinador ou instituidor:

BENEFICIO DEFINIDO (BD)		
PLANO	CNPB	PATROCINADOR/INSTITUIDOR (SITUAÇÃO)
Plano Petros do Sistema Petrobras Não-Repactuados (PPSP-NR)	1970.0001-47	Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)
		Petrobras Distribuidora S.A. (BR)
		Fundação Petrobras de Seguridade Social – (PETROS)
Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados (PPSP-R)	2018.0002-92	Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)
		Petrobras Distribuidora S.A. (BR)
		Fundação Petrobras de Seguridade Social – (PETROS)
Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP-NR Pré-70)	2019.0037-83	Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)
Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP-R Pré-70)	2019.0036-19	Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)
Plano Petros Ultrafertil	2003.0026-18	Ultrafertil S.A.
		Araucária Nitrogenados S.A.
		Vale Fertilizantes S/A
Plano Petros Braskem ⁽¹⁾	2003.0021-38	Braskem S.A.
Plano Petros Copesul ⁽¹⁾	2003.0022-19	Braskem S.A.
Plano Petros Lanxess ⁽²⁾	2003.0024-56	Arlanxeo Brasil S.A.
Plano Triunfo Vida ⁽¹⁾	2002.0008-83	Braskem S.A.
Plano CopesulPrev ⁽¹⁾	2004.0017-47	Braskem S.A.
Plano Transpetro ⁽¹⁾	2000.0073-92	Transporte Brasileiro S.A.
Plano Petros PQU ⁽¹⁾	2003.0025-29	Braskem Qpar S.A.
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	2003.0023-83	Nitriflex S.A. Indústria e Comércio
		Arlanxeo Brasil S.A.
CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL (CV)		
PLANO	CNPB	PATROCINADOR/INSTITUIDOR (SITUAÇÃO)
Plano Petros 2 (PP-2)	2007.0015-19	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
		Petrobras Distribuidora S.A. - BR
		Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS
		Stratura Asfaltos S.A
		Termomacaé Ltda.
		Termobahia S.A.
		Transporte Brasileiro S.A.
		Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG
		Araucária Nitrogenados S.A.
		Petrobras Biocombustíveis S.A.
Petrobras Logística S.A. – PB LOG		
Plano Misto Sanasa	2004.0026-38	Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. - Sanasa
Plano TapmePrev	2002.0038-74	TAP Manutenção e Engenharia Brasil S. A

CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD)

PLANO	CNPB	PATROCINADOR/INSTITUIDOR (SITUAÇÃO)
Plano Repsol	1999.0031-11	Repsol Sinopec Brasil S.A. YPF Brasil Comércio de Derivados de Petróleo
Plano Cachoeira Dourada	2000.0059-18	Cachoeira Dourada S.A.
Plano Alesat	2002.0004-92	Alesat Combustíveis S.A.
Plano IBPPrev Associados	2002.0019-11	Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - IBP Barra Energia Brasil Petróleo e Gás Ltda. Sindicato dos Médicos de São Paulo - Simesp Sindicato dos Médicos do Estado do Paraná - Simepar
Plano SIMEPREV	2004.0013-56	Sindicato dos Médicos do Estado do Rio Grande do Norte - SindMed/RN Sindicato dos Médicos do Estado do Pará - SindMepa ⁽⁴⁾ Sindicato dos Médicos do Pernambuco - Simepe
Plano IBAPrev	2004.0023-11	Instituto Brasileiro de Atuária. Associação Sergipana de Autores e Intérpretes Musicais - Assaim ⁽³⁾ Cooperativa Paulista de Teatro ⁽³⁾ Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Ceará - SATED/CE Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Pernambuco - SATED/PE Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Sergipe - SATED/SE ⁽⁴⁾ Sindicato dos Músicos Profissionais do Rio de Janeiro - SINDMUSI/RJ Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro - SATED/RJ Sindicato Nacional dos Artistas Plásticos – SINAP-ESP ⁽³⁾ Sindicato dos Músicos Profissionais do Estado da Bahia - Sindmúsicos ⁽³⁾ Associação Brasileira de Museologia - ABM ⁽³⁾ Associação Brasileira de Roteiristas Profissionais de Televisão e Outros Veículos de Comunicação - ABRTV ⁽³⁾ Associação Profissional de Técnicos Cinematográficos do Rio Grande do Sul e Brasileira de Documentaristas ⁽³⁾ - APTC-/RS
Plano CulturaPrev	2004.0025-65	IAI - Instituto Amazônia Imaginária ⁽³⁾ Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Bahia - SATED/BA SATED/RS - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul ⁽³⁾ Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de São Paulo - SATED/SP ⁽³⁾ Sindicato Interestadual dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual - STIC Associação Brasileira de Profissionais de Áudio - ABPÁudio - ABPA ⁽³⁾ Conselho Regional de Mato Grosso da Ordem dos Músicos do Brasil - OMB ⁽³⁾ Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão, Cabodifusão, DISTV, MMDS, TV a cabo, TV por assinatura, Similares do Estado do Rio de Janeiro - Sindicato dos Radialistas - RJ Sindicato dos músicos Profissionais do Estado de Pernambuco - SINDMUPE ⁽³⁾ Associação Profissional dos Trabalhadores no Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural Nacional - ASPHAN ⁽³⁾ União Brasileira de Escritores - UBE ⁽⁴⁾ Sindicato dos Profissionais de dança do Rio de Janeiro - SPDRJ
Plano SindMed/RJ	2005.0007-11	Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Norte - CRO/RN Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco - CRO/PE
Plano CROPrev	2005.0004-11	Conselho Regional de Odontologia de Paraná - CRO/PR Conselho Regional de Odontologia do Amazonas- CRO/AM Conselho Regional de Odontologia do Ceará - CRO/CE Associação Brasileira de Odontologia do Paraná - ABO/PR

CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD)

PLANO	CNPB	PATROCINADOR/INSTITUIDOR (SITUAÇÃO)
Plano FiepePrev ⁽²⁾	2005.0065-56	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - FIEPE
		Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi - IEL/PE
		Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Estado de Pernambuco - SENAI/PE
		Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Estado de Pernambuco - SESI/PE
Plano TermoPrev	2006.0005-11	Ibiritermo S.A.
Plano CRAPrev	2006.0012-56	Conselho Regional de Administração do Espírito Santo - CRA/ES
		CRA/SC - Conselho Regional de Administração de Santa Catarina
		Conselho Regional de Administração de Minas Gerais - CRA/MG
		Conselho Regional de Administração de Alagoas - CRA/AL
		Conselho Regional de Administração de Pernambuco - CRA/PE
		Conselho Regional de Administração da Bahia - CRA/BA
		Conselho Regional de Administração de Goiás - CRA/GO ⁽⁴⁾
		Conselho Regional de Administração do Distrito Federal - CRA/DF
		Conselho Regional de Administração do Paraná - CRA/PR
		Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Norte - CRA/RN ⁽⁴⁾
Conselho Regional de Administração do Piauí - CRA/PI		
Plano AduanaPrev	2007.0039-29	Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado de Minas Gerais.
Plano AnaparPrev	2008.0008-18	Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão - ANAPAR ⁽²⁾
		Sindicato dos Trabalhadores Portuários, Portuários Avulsos e com vínculo empregatício nos Portos do Estado do Espírito Santo - SINDPAES ⁽⁵⁾
		Sindicatos dos Portuários Avulsos de Capatazia, Arrumadores e dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em geral do Estado do Espírito Santo ⁽²⁾
		Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos do Espírito Santo ⁽²⁾
		Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estivas de Minérios do Espírito Santo ⁽²⁾
		Associação Beneficente dos Aposentados da COPENE-ABACO/POLO ⁽²⁾
Plano PTAPrev	2008.0027-56	Companhia Petroquímica de Pernambuco - Petroquímica Suape
Plano PrevFiepa ⁽²⁾	2008.0031-83	Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE
		Federação das Indústrias do Estado do Pará - FIEPA
		Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi - IEL/PA
		Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Estado do Pará - SESI/PA
Plano PreviContas	2009.0003-74	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Estado do Pará- SENAI/PA.
		Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro - ASTCERJ
Plano FenajPrev	2009.0006-92	Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Tocantins
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais ⁽³⁾
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás ⁽³⁾
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Pernambuco
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná
		Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul ⁽⁴⁾
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará		
Plano Prev-Estat	2009.0019-74	Conselho Regional de Estatística da 2ª Região
		Conselho Regional de Estatística da 3ª Região,
		Conselho Regional de Estatística da 5ª Região
		Conselho Regional de Estatística da 6ª Região
Plano CRCPrev	2009.0027-92	Sociedade Brasileira de Estatística - SBE
		Conselho Regional de Contabilidade do Ceará

Plano Previtália	2009.0030-47	Associação de Intercâmbio Cultural Ítalo-Brasileira Anita e Giuseppe Garibaldi Associação Beneficente Italiana - Abita ⁽⁴⁾ Associazione Lucana di Rio de Janeiro Brasil
Plano PrevFiea ⁽²⁾	2009.0033-65	Federação das Indústrias do Estado de Alagoas - FIEA Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi - IEL/AL Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Estado de Alagoas - SENAI/AL Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Estado de Alagoas - SESI/AL
Plano GasPrev	2010.0004-47	Gás de Alagoas S.A. - Algás Companhia de Gás da Bahia - Bahiagás Companhia Pernambucana de Gás - Copergás Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS Sergipe Gás S.A. - Sergás Companhia Paraibana de Gás - PBGás
Plano Petro RG	2010.0015-83	Refinaria de Petróleo Rio Grandense S.A.
Plano Liquigás	2010.0025-47	Liquigás Distribuidora S.A.
Plano SulgasPrev	2010.0040-19	Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás
Plano Eldorado Prev	2015.0008-11	Eldorado Brasil Celulose S/A

(1) Plano em encerramento por retirada de patrocínio

(2) Transferência de gerenciamento

(3) Denunciados por força do TAC, conforme nota 8.2.2

(4) Instituidores que solicitaram retirada

(5) Instituidor em retirada por iniciativa da Petros

1.2 QUANTIDADE DE PARTICIPANTES POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Abaixo, segue o número de participantes por planos de benefícios administrados pela Fundação no exercício de 2019, agrupados por tipo de benefício (benefício definido, contribuição variável ou contribuição definida) e discriminados por natureza do vínculo (ativo, aposentado, auxílio-doença, pensionista):

PLANO	CNPB	QUANTIDADE				TOTAL	
		ATIVO	APOSENTADO	AUXÍLIO-DOENÇA	PENSIONISTA	2019	2018
BENEFÍCIO DEFINIDO							
Petros Sistema Petrobras - NR	1970.0001-47	1.309	9.453	3	1.280	12.045	18.779
Petros Sistema Petrobras - NR Pré 70	2019.0037-83	6	3.440	0	2.910	6.356	0
Petros Sistema Petrobras - R	2018.0002-92	8.906	29.816	24	5.595	44.341	57.055
Petros Sistema Petrobras - R Pré 70	2019.0036-19	4	5.101	0	6.509	11.614	0
Plano Petros Ultrafértil	2003.0026-18	39	1.198	0	343	1.580	1.616
Plano Petros Copesul	2003.0022-19	0	1	0	0	1	1
Plano Petros Lanxess	2003.0024-56	48	1.165	0	492	1.705	1.764
Plano Petros PQU	2003.0025-29	0	1	0	0	1	2
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	2003.0023-83	2	153	0	51	206	216
TOTAL		10.314	50.328	27	17.180	77.849	79.433
CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL							
Plano Petros 2	2007.0015-19	46.929	3.308	82	329	50.648	50.336
Plano Misto Sanasa	2004.0026-38	1.461	232	0	35	1.728	1.706
Plano TAPMEPrev	2002.0038-74	389	810	0	45	1.244	1.509
TOTAL		48.779	4.350	82	409	53.620	53.551
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA							
Plano Repsol	1999.0031-11	161	11	0	0	172	174
Plano Cachoeira Dourada	2000.0059-18	43	5	0	2	50	50
Plano Transpetro	2000.0073-92	0	0	0	0	0	1
Plano ALESAT	2002.0004-92	793	8	0	0	801	887
Plano IBPprev Associados	2002.0019-11	99	11	0	0	110	104

Plano SIMEPREV	2004.0013-56	168	2	0	0	170	201
Plano IBAprev	2004.0023-11	353	12	0	0	365	311
Plano Culturaprev	2004.0025-65	128	3	0	1	132	159
Plano SindMed/RJ	2005.0007-11	26	2	0	0	28	30
Plano CROprev	2005.0004-11	335	1	0	0	336	385
Plano FIEPEprev	2005.0065-56	960	12	0	3	975	1.130
Plano TERMOprev	2006.0005-11	6	0	0	0	6	6
Plano CRAprev	2006.0012-56	98	3	0	0	101	114
Plano ADUANAPrev	2007.0039-29	1	1	0	0	2	5
Plano ANAPARprev	2008.0008-18	2.771	546	0	129	3446	3.023
Plano PTAPrev	2008.0027-56	343	4	0	0	347	339
Plano PrevFIEPA	2008.0031-83	411	2	0	2	415	408
Plano PreviContas	2009.0003-74	60	1	0	0	61	67
Plano FENAJprev	2009.0006-92	36	2	0	0	38	41
Plano PREV-ESTAT	2009.0019-74	17	0	0	0	17	18
Plano CRCprev	2009.0027-92	134	0	0	0	134	157
Plano Previtália	2009.0030-47	18	0	0	0	18	21
Plano PrevFIEA	2009.0033-65	337	0	0	0	337	377
Plano GasPrev	2010.0004-47	657	5	0	0	662	653
Plano PETRO_RG	2010.0015-83	316	3	0	0	319	310
Plano Liquigás	2010.0025-47	2.208	3	0	0	2211	2.326
Plano SulgasPrev	2010.0040-19	82	0	0	1	83	84
Plano Eldorado Prev	2015.0008-11	461	0	0	0	461	414
TOTAL		11.022	637	0	138	11.797	11.795

1.3 PLANO DE BENEFÍCIOS EM PROCESSO DE ENCERRAMENTO

No exercício de 2019, encontram-se em processo de encerramento seis planos de benefícios, conforme planilha abaixo:

PLANOS EM PROCESSO DE ENCERRAMENTO	CNPB
Plano Petros Braskem	2003.0021-38
Plano Triunfo Vida	2002.0008-83
Plano Petros PQU	2003.0025-29
Plano CopesulPrev	2004.0017-47
Plano Petros Copesul	2003.0002-19
Plano Transpetro	2000.0073-92

Também no ano de 2019 foram autorizadas, pela Previc, as seguintes retiradas de instituidores:

INSTITUIDOR	PLANO	CNPB
Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul - CRO/RS (*)	CROprev	2000.0062-56
Sindicatos dos Portuários Avulsos de Capatazia, Arrumadores e dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em geral do Estado do Espírito Santo	ANAPARprev	2008.0008-18

1.4 CISÃO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS PPSP-R E PPSP-NR – GRUPO PRÉ-70

Os planos Petros do do Sistema Petrobras – Repactuados (PPSP-P-R) e Não Repactuados (PPSP-NR), em conjunto denominados "planos de origem", foram cindidos para deles segregarem os participantes e assistidos do denominado grupo chamado Grupo Pré-70, resultando na criação de dois novos Planos – o Petros do Sistema Petrobras – Repactuados Pré-70 (PPSP-R Pré-70) e o Plano Petros do Sistema Petrobras – Não Repactuados Pré-70 (PPSP-NR Pré-70), permanecendo os planos de origem com os mesmos nomes e CNPBs anteriores à cisão e com os participantes e assistidos não pertencentes ao Grupo Pré-70.

Os processos de cisão foram aprovados pelo Conselho Deliberativo da Petros, Ata 657, de 13/11/2019, e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), Ofício SEI nº 105361/2019/ME, de 27/12/2019.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio das Portarias nº 1.119 e 1.120 de 27/12/2019, publicadas no Diário Oficial da União de 30/12/2019, autorizou as operações de cisão dos Planos PPSP-R e PPSP-NR e a correspondente criação dos novos Planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70, respectivamente.

Na Data Efetiva da cisão, 31/12/2019, foram segregados os registros contábeis, cujos os critérios para segregação dos ativos, exigíveis e fundos obedeceram ao disposto no Termo de Cisão assinado entre a Petros e as Patrocinadoras dos Planos, como se segue:

ATIVO	CRITÉRIOS
Disponível	100% mantido nos planos de origem
Realizável	
Gestão Previdencial	
TCF Pré-70	100% alocado nos Planos Petros do Sistema Petrobras Repactuado-Pré-70 e Não Repactuado Pré-70, pois o termo trata somente dos participantes classificados no Grupo Pré-70
Termo Diferença de Pensão	De acordo com a origem dos participantes
TCF – Compromisso Judicial	De acordo com a origem dos participantes
Depósitos Judiciais	De acordo com a origem dos participantes
Valores a Receber - Cisão	100% alocado nos Planos Petros do Sistema Petrobras Repactuado e Não Repactuado. O valor se refere ao montante a ser ressarcido aos "planos de origem", em função do recálculo do patrimônio Pré-70 (em decorrência do aditivo do TCF Pré-70) e do processo de cisão.
Demais Ativos	Na proporção das provisões matemáticas
Gestão Administrativa	Na proporção das provisões matemáticas
Gestão Investimentos	
Empréstimos e Financiamentos	De acordo com a origem dos participantes.
Demais Investimentos	100% alocado nos Planos Petros do Sistema Petrobras Repactuado e Não Repactuado. Os planos Pré-70 possuem somente investimentos em "Empréstimos e Financiamentos" compondo a carteira de investimentos
PASSIVO	CRITÉRIOS
Exigível Operacional	
Gestão Previdencial	
Valores a Pagar - Cisão	100% alocado nos Planos Petros do Sistema Petrobras Repactuado-Pré-70 e Não Repactuado Pré-70. O valor se refere ao montante a ser ressarcido aos "planos de origem", em função do recálculo do patrimônio Pré-70 (em decorrência do aditivo do TCF Pré-70) e do processo de cisão
Outros	Na proporção das provisões matemáticas
Investimentos	
Empréstimos e Financiamentos	De acordo com a origem dos participantes
Demais Investimentos	100% alocado nos Planos Petros do Sistema Petrobras Repactuado e Não Repactuado
Exigível Contingencial	De acordo com a origem dos participantes
Patrimônio Social	
Patrimônio de Cobertura do Plano	
Provisões Matemáticas	De acordo com a origem dos participantes
Equilíbrio Técnico	
Resultados Realizados	Resultado apurado
(-) Déficit Técnico Acumulado	Resultado apurado
Resultados a Realizar	100% alocado nos Planos Petros do Sistema Petrobras Repactuado e Não Repactuado
Fundos	
Fundos Administrativos	Na proporção das provisões matemáticas
Fundos dos Investimentos	De acordo com a origem dos participantes

Os efeitos contábeis da cisão constam abaixo:

BALANÇO PATRIMONIAL GERENCIAL PPSP-NÃO REPACTUADOS	PPSP-NR (ANTES DA CISÃO)	PPSP-NR PRÉ-70	PPSP-NR (APÓS CISÃO)
ATIVO	31.12.2019	31.12.2019	31.12.2019
DISPONÍVEL	103	-	103
REALIZÁVEL	18.155.178	5.401.642	13.105.364
Gestão Previdencial(*)	5.972.862	5.285.246	1.039.445
Gestão Administrativa	97.389	24.445	72.943
Investimentos	12.084.927	91.951	11.992.976
Títulos Públicos	5.366.064	-	5.366.064
Créditos Privados e Depósitos	96.195	-	96.195
Ações	2.006.450	-	2.006.450
Fundos de Investimento	3.304.082	-	3.304.082
Investimentos Imobiliários	812.357	-	812.357
Empréstimos e Financiamentos	297.498	91.951	205.547
Outros Realizáveis	202.281	-	202.281
TOTAL DO ATIVO	18.155.281	5.401.642	13.105.467

(*) Diferença de R\$ 351.828 refere-se ao valor registrado após a cisão em virtude do ajuste único e transitório entre os planos, conforme Nota Explicativa 3.6.

PASSIVO	31.12.2019	31.12.2019	31.12.2019
EXIGÍVEL OPERACIONAL	193.351	371.575	173.604
Gestão Previdencial (*)	191.136	371.535	171.429
Investimentos	2.215	40	2.175
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	1.274.357	564.631	709.726
Gestão Previdencial	1.274.357	564.631	709.726
PATRIMÔNIO SOCIAL	16.687.573	4.465.436	12.222.137
Patrimônio de Cobertura do Plano	16.549.005	4.428.261	12.120.745
Provisões Matemáticas	17.641.777	4.428.261	13.213.517
Benefícios Concedidos	21.971.847	4.420.019	17.551.829
Benefícios a Conceder	2.999.258	8.242	2.991.016
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(7.329.328)	-	(7.329.328)
Equilíbrio Técnico	(1.092.772)	-	(1.092.772)
Resultados Realizados	(1.179.475)	-	(1.179.475)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(1.179.475)	-	(1.179.475)
Resultados a Realizar	86.703	-	86.703
Fundos	138.568	37.175	101.392
Fundos Administrativos	97.389	24.445	72.943
Fundos dos Investimentos	41.179	12.730	28.449
TOTAL DO PASSIVO	18.155.281	5.401.642	13.105.467

(*) Diferença de R\$ 351.828 refere-se ao valor registrado após a cisão em virtude do ajuste único e transitório entre os planos, conforme Nota Explicativa 3.6.

BALANÇO PATRIMONIAL GERENCIAL PPSP-REPACTUADOS	PPSP-R (ANTES DA CISÃO)	PPSP-R PRÉ-70	PPSP-R NÃO PRÉ-70
ATIVO	31.12.2019	31.12.2019	31.12.2019
DISPONÍVEL	4	-	4
REALIZÁVEL	57.638.505	7.386.824	50.388.241
Gestão Previdencial (*)	10.795.762	7.031.376	3.900.946
Gestão Administrativa	429.233	49.303	379.930
Investimentos	46.413.510	306.145	46.107.365
Títulos Públicos	21.142.201	-	21.142.201
Créditos Privados e Depósitos	326.281	-	326.281
Ações	6.894.664	-	6.894.664
Fundos de Investimento	12.809.651	-	12.809.651
Investimentos Imobiliários	2.755.249	-	2.755.249
Empréstimos e Financiamentos	1.799.392	306.145	1.493.247
Outros Realizáveis	686.072	-	686.072
TOTAL DO ATIVO	57.638.509	7.386.824	50.388.245

(*) Diferença de R\$ 136.560 refere-se ao valor registrado após a cisão em virtude do ajuste único e transitório entre os planos, conforme Nota Explicativa 3.6.

PASSIVO	31.12.2019	31.12.2019	31.12.2019
EXIGÍVEL OPERACIONAL	145.025	147.853	133.732
Gestão Previdencial (*)	136.767	147.730	125.597
Investimentos	8.258	123	8.135
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	1.474.535	524.310	950.225
Gestão Previdencial	1.474.535	524.310	950.225
PATRIMÔNIO SOCIAL	56.018.949	6.714.661	49.304.288
Patrimônio de Cobertura do Plano	55.320.133	6.619.479	48.700.654
Provisões Matemáticas	57.629.133	6.619.479	51.009.654
Benefícios Concedidos	64.075.485	6.611.596	57.463.889
Benefícios a Conceder	18.378.028	7.883	18.370.145
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(24.824.380)	-	(24.824.380)
Equilíbrio Técnico	(2.309.000)	-	(2.309.000)
Resultados Realizados	(2.603.064)	-	(2.603.064)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(2.603.064)	-	(2.603.064)
Resultados a Realizar	294.064	-	294.064
Fundos	698.816	95.182	603.634
Fundos Administrativos	429.233	49.303	379.930
Fundos dos Investimentos	269.583	45.879	223.704
TOTAL DO PASSIVO	57.638.509	7.386.824	50.388.245

(*) Diferença de R\$ 136.560 refere-se ao valor registrado após a cisão em virtude do ajuste único e transitório entre os planos, conforme Nota Explicativa 3.6.

1.5 REESTRUTURAÇÃO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS PPSP-R E PPSP-NR

A Fundação elaborou no exercício de 2019 proposta de reequilíbrio dos planos PPSP-R e PPSP-NR, contemplando o equacionamento dos déficits de 2015 e 2018. O Novo Plano de Equacionamento do Déficit (PED) inclui a segregação da massa do Grupo Pré-70, aprovada em 27/12/2019, e alterações nos planos de benefícios destinados aos participantes ativos e assistidos não pertencentes ao Grupo Pré-70.

A proposta traz mudanças no PED-2015 em vigor: alíquota única de contribuição extra contemplando os déficits técnicos de 2015 e 2018, com variação segundo a situação no plano (ativo ou assistido), em vez de alíquotas escalonadas de acordo com faixas salariais; extensão do tempo do equacionamento, passando de 18 anos para cobrança vitalícia, conforme possibilidade prevista na resolução 30 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNP) e contribuição extra mais elevada sobre o abono anual. Estas mudanças se unem a alterações de regulamento, como o estabelecimento de um teto de pecúlio e contribuição normal ajustada de acordo com os resultados da avaliação atuarial. O objetivo da Fundação é implementar o Novo PED a partir de abril de 2020, prazo aprovado pela Previc nos termos do Ofício nº199/2019/ERRJ/DIFIS/PREVIC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas e as demonstrações individuais por plano de benefício e do plano de gestão administrativa – PGA, são de responsabilidade da Fundação e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às EFPC, reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (“CNP”), especificamente a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010 (que aprova a NBC TE 11 e as práticas contábeis brasileiras) e nº 1.055, de 06 de abril de 2018 (que aprova o CPC nº 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria).

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPC. Os registros contábeis são

efetuados de forma segregada, respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios previdenciais e do plano de gestão administrativa, de modo a identificá-los separadamente: (a) por plano de benefício, (b) consolidado e (c) plano de gestão administrativa consolidado.

Em atendimento à Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Anexo A – Normas Complementares, item 30f, os ajustes de exercícios anteriores decorrentes de retificações de erros de períodos anteriores, não atribuíveis a eventos subsequentes, estão apresentados nas Notas Explicativas 3.5, 3.6 e 7.1, contendo a descrição da natureza e dos seus respectivos efeitos.

2.1 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas pela Fundação para elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.1.1. Moeda de Apresentação

A moeda funcional da Fundação é o real (R\$) e todos os saldos apresentados nestas demonstrações contábeis estão em milhares de reais, arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2. Registro do Resultado das Operações

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. Entretanto, conforme o § 2º do art. 10 da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, os registros relativos às contribuições e aos pagamentos de benefícios de planos estruturados nas modalidades de contribuição definida e de contribuição variável são efetuados com base no regime de caixa, respeitando o prazo previsto no regulamento de cada plano de benefícios.

2.1.3. Uso de Estimativas

As estimativas contábeis foram elaboradas com base em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Fundação. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas de investimentos, o exigível contingencial, as provisões matemáticas e os fundos previdenciais. Sua liquidação poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Essas estimativas e premissas são revisadas anualmente.

2.1.4. Investimentos

A gestão de investimentos é feita de forma individualizada (segregação real) e de forma compartilhada (unifundo). A gestão de investimentos compartilhada implica na existência de solidariedade na aplicação dos recursos. A segregação do ativo e a apuração da rentabilidade dos planos são realizadas pelo método de cota patrimonial, considerando a proporção dos aportes e dos resgates realizados por cada plano.

Planos com gestão individualizada: 1) Plano Petros do Sistema Petrobras-R¹; 2) Plano Petros do Sistema Petrobras-NR¹; 3) Plano Petros-2; 4) Plano Petros Ultrafértil; 5) Plano Petros Lanxess; 6) Plano Petros Nitriflex/Lanxess; 7) Plano TapmePrev; 8) Plano Mistó Sanasa; 9) Plano Petros PQU; 10) Plano Petros Copesul; 11) Plano Petros Braskem; e 12) Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Planos com gestão compartilhada: Demais planos de benefícios (planos CD) exceto a carteira de empréstimos a participantes, que é feita de forma individualizada.

2.1.4.1. PRECIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

De acordo com o Capítulo III da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, os títulos e valores mobiliários estão classificados em duas categorias:

Títulos para negociação – títulos registrados com o propósito de negociação, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de mercado; e

Títulos mantidos até o vencimento – títulos com vencimentos que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 meses a contar da data de aquisição. Além disso, deve-se considerar que a entidade permaneça com o interesse e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Também devem ser classificados como de baixo risco por agência de risco do país e devem ser avaliados com base em metodologia de apuração do valor de mercado e em consonância com as normas do Banco Central do Brasil (BC) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.1.4.2. TÍTULOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Os títulos públicos e privados são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos apropriados, com base na taxa de remuneração apurada na data da aquisição, deduzidos das amortizações e juros recebidos e ajustado a valor de mercado, quando aplicável.

O ágio e o deságio na aquisição de títulos são apropriados pela taxa de negociação do título na data de aquisição até seu vencimento.

2.1.4.3. AÇÕES

As ações são registradas pelo custo de aquisição, acrescidas as despesas e abatidas as devoluções de corretagem e outras taxas incidentes provenientes das operações de compras, sendo avaliadas pelo valor de mercado. Para as ações negociadas em Bolsa, utiliza-se para avaliação a cotação de fechamento na data mais próxima à do balanço, na Bolsa de Valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre capital próprio são reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor, caracterizando assim, regime de competência.

Para os investimentos em ações sem um mercado ativo, o valor justo foi atribuído por meio de modelos de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e técnicas similares de precificação.

2.1.4.4. Fundos de Investimento

As aplicações em fundos de investimento são registradas pelo custo de aquisição, atualizado pela variação nos valores das cotas informados pelos administradores dos respectivos fundos.

¹ No caso dos planos PPSP-R e PPSP-NR, existe um compartilhamento de gestão da carteira de imóveis, realizado a partir da cisão do plano PPSP, que ocorreu em 1º de abril de 2018.

2.1.4.5. Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou construção e ajustados, anualmente, pelo valor justo apurado por laudo de avaliação. O resultado da avaliação – positivo ou negativo – é contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas”, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

2.1.4.6. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos concedidos aos participantes estão demonstrados pelo valor do principal, acrescidos dos rendimentos obtidos até a data do balanço.

2.1.5. Depósitos Judiciais/Recursais

Os depósitos judiciais e recursais são registrados pelo valor histórico. Em decorrência do processo de saneamento das bases jurídicas, pela indisponibilidade das informações de forma segregada pelos bancos, uma parte dos depósitos foi registrada considerando a atualização monetária.

2.1.6. Permanente

O ativo permanente está registrado no Plano de Gestão Administrativa e é composto pelo imobilizado e intangível. O imobilizado refere-se aos bens necessários ao funcionamento da entidade e está registrado pelo custo de aquisição. Estes bens são depreciados pelo método linear, utilizando-se de taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens. Os gastos registrados no intangível são apresentados pelo valor aplicado e amortizados no prazo estabelecido pela área técnica tomando como base premissas razoáveis e comprováveis que representem a melhor estimativa da administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

2.1.7. Exigível Contingencial

Registram as ações contra a Fundação nas áreas trabalhista e previdencial, que serão objeto de decisão futura e poderão ter ou não impacto na situação econômico-financeira da entidade. O exigível contingencial é contabilizado pelo montante de perda considerada provável, observada a sua natureza, e atualizado até a data do balanço. Para aqueles processos com risco de perda classificado como possível, a Fundação não realiza a constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa.

2.1.8. Critérios de Alocação de Custos e Despesas do Plano

A metodologia para alocação dos gastos administrativos prevê a segregação dos registros contábeis por tipo de gasto, conforme a seguir:

Custo direto – São gastos específicos dos Planos (pagamento de consultoria atuarial, despesas jurídicas, taxa de fiscalização da PREVIC, entre outros).

Custo indireto – São os gastos realizados pelos setores e gerências com envolvimento direto na gestão dos planos de benefícios (áreas de negócio: arrecadação, atendimento, investimento, entre outras).

Despesas administrativas – São os gastos realizados pelos setores e gerências de apoio ao negócio (áreas de apoio: infraestrutura, RH, entre outros). Posteriormente, os valores segregados por tipos de gastos são rateados aos Planos de Benefícios utilizando o percentual de apropriação calculado para cada um dos Planos de Benefícios.

2.1.9. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas representam os compromissos líquidos futuros assumidos com os benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários, com base em dados cadastrais e financeiros relativos à massa de participantes.

São constituídas com base em cálculos atuariais, utilizando premissas biométricas, econômicas e financeiras feitas por atuários independentes, contratados pela Petros, ou indicado pelo instituidor, ou por atuário interno, conforme relacionados a seguir:

ATUÁRIO EXTERNO	PLANOS
Mirador Assessoria Atuarial Ltda	AnaparPrev GasPrev Liquigás Petro_RG Petros do Sistema Petrobras-Não Repactuados (PPSP-NR) Petros do Sistema Petrobras-Repactuados (PPSP-R) Petros do Sistema Petrobras-Não Repactuados Pré-70 (PPSP-NR Pré-70) Petros do Sistema Petrobras-Repactuados Pré-70 (PPSP-R Pré-70) Petros Lanxess Petros Nitriflex/Lanxess Petros Ultrafértil Misto Sanasa SulgasPrev TapmePrev
Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda. – EPP	Cachoeira Dourada FiepePrev IBPPrev Associados Petros-2 (PP-2) PrevFiea PrevFiepa Repsol
José Roberto Montello	IBAPrev

ATUÁRIO INTERNO DA FUNDAÇÃO	PLANOS
	AduanaPrev Alesat CRAPrev CRCPrev CROPrev CulturaPrev Eldorado Prev FenajPrev Prev-Estat PreviContas Prevtália PTAPrev Simeprev SinMed/RJ TermoPrev

As provisões matemáticas são segregadas em:

Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – registram o valor atual dos compromissos futuros líquidos correspondentes aos benefícios concedidos a serem pagos pelo plano de benefícios aos aposentados e beneficiários em gozo de benefícios.

Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – registram o valor atual dos compromissos futuros líquidos correspondentes aos benefícios a conceder pelo plano de benefícios aos participantes ativos e aos seus beneficiários.

Provisões Matemáticas a Constituir – registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras líquidas a serem efetuadas por um período certo de tempo, referentes aos planos de equacionamento ou à amortização de dívida do patrocinador com o plano de benefícios.

2.1.10. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Registra o excedente (superávit) ou a insuficiência (déficit) patrimonial dos planos de benefícios em relação aos seus compromissos totais.

2.1.11. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

O ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços, classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses mesmos títulos.

2.1.12. FUNDOS PREVIDENCIAIS

Os fundos previdenciais devem guardar relação com um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado. Os fundos previdenciais possuem regras de constituição e reversão específicas por plano de benefícios.

2.2 GESTÃO DE RISCOS

Os planos de benefícios administrados e geridos pela Fundação estão sujeitos aos seguintes riscos:

Risco de crédito – possibilidade de ocorrência de perdas associadas a fatores como: (i) não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) desvalorização do valor de um ativo decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte. O excesso de concentração em um investimento específico pode levar a níveis acima desejado de exposição de crédito a uma contraparte específica a patamares.

Risco atuarial – impactos na liquidez ou na solvência dos planos administrados pela Petros decorrentes de variações nas hipóteses biométricas e demográficas utilizadas nas avaliações atuariais. O risco biométrico relaciona-se com a ocorrência de desvios entre as premissas e hipóteses demográficas utilizadas nas avaliações atuariais, como, por exemplo, probabilidades para os eventos de mortalidade, de invalidez e de morbidez, e as ocorrências efetivamente observadas no âmbito dos planos de benefícios;

Risco de mercado – impactos na solvência dos planos administrados pela Petros decorrentes de variações no valor dos ativos e/ou dos passivos derivados de mudanças nos patamares dos fatores de risco de mercado, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e oscilações no mercado de ações;

Risco de solvência – está relacionado à possibilidade de que o valor dos ativos seja insuficiente para cobertura do passivo e é gerido a partir dos estudos de ALM (gestão de ativo e passivo);

Risco de liquidez – está relacionado à velocidade de conversão dos ativos investidos em moeda corrente no caso de uma necessidade imediata ou quase imediata de caixa. Assim, refere-se ao risco de não ser possível converter ativos ilíquidos em caixa para cumprir com as obrigações dos planos;

Riscos socioambientais, de reputação e de imagem – riscos ligados a fatores socioambientais, de reputação e imagem derivados dos investimentos administrados pela Fundação;

Riscos operacionais – riscos ligados à possibilidade de perdas financeiras devido a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos; e

Risco legal – riscos ligados à possibilidade de perdas financeiras decorrentes do descumprimento de dispositivos legais que importem em: (i) sanções impostas por órgãos de supervisão e controle; (ii) indenizações por danos a terceiros; ou (iii) criação de tributos ou nova interpretação quanto à sua incidência.

Os riscos acima mencionados são geridos pela Fundação através de seus órgãos internos e continuamente submetidos ao Comitê de Risco e ALM, ao Comitê de Controles Internos e ao Comitê de Precificação, seguindo as melhores práticas e em plena observância da legislação em vigor.

3. REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Os valores a receber referentes aos planos de benefícios administrados pela Petros estão compostos da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	NOTAS	2019	2018
Recursos a Receber		14.239.985	12.773.326
Contribuições Normais		118.053	106.188
Contribuições em Atraso		-	76.071
Patrocinadoras		1.264.413	471.665
Participantes		1.311.955	492.820
(-) Provisão para perdas		(2.576.368)	(888.414)
Contribuições Contratadas	3.1	14.121.880	12.667.041
Outros Recursos a Receber		52	97
Patrocinadoras Liquidadas	3.2	981.986	888.414
(-) Provisão para perdas	3.2	(981.986)	(888.414)
Saldo Insuficiente - Retirada de Patrocínio		-	-
Demais Rubricas		52	97
Adiantamentos		6.307	8.857
Resultados a Realizar	3.3	425.420	418.025
Depósitos Judiciais/Recursais	3.4	1.951.143	2.648.129
Outros Realizáveis		767.913	235.451
TOTAL		17.388.768	16.083.788

3.1 CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO

As contribuições em atraso têm sua origem em medidas liminares suspendendo a cobrança de contribuições extraordinárias de participantes e assistidos do PPSP-R e do PPSP-NR, no âmbito do Plano de Equacionamento do Déficit Técnico acumulado de 2015 ("PED").

Em setembro de 2019, foi concedida decisão liminar do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendendo os efeitos de todas as liminares vigentes e contrárias à cobrança de contribuição extraordinária de que trata o PED.

Desta forma, foi reinstituída, em outubro de 2019, a cobrança de contribuição extraordinária para todo o público atingido pelo PED. A cobrança dos valores em atraso daqueles participantes ativos e assistidos que contavam com liminar suspensiva, assim como da parcela devida pelos patrocinadores, será realizada de forma parcelada, conforme decisão da Diretoria da Petros, com início previsto para o mesmo mês da reestruturação dos planos PPSP-R e PPSP-NR.

As provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) relativas ao período de suspensão das contribuições acima mencionadas vêm sendo constituídas de acordo com os itens 10 e 11 do Anexo A "Normas Complementares", da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

3.2 CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

As contribuições contratadas têm sua origem em três Termos de Compromissos Financeiro (TCF) celebrados no âmbito do Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR), onde são partes os patrocinadores dos planos Petros do Sistema Petrobras, a Fundação e entidades representativas de seus participantes: Termo de Compromisso Financeiro FAT-FC, Termo de Compromisso Financeiro Pré-70 e Termo de Compromisso Financeiro Diferença de Pensão. As contribuições contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) pro-rata die, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano.

Após as cisões ocorridas em 2018 e 2019, os Termos de Compromissos Financeiros foram alocados aos respectivos Planos conforme abaixo:

Termo de Compromisso Financeiro Pré-70: compromisso atuarial com o Grupo Pré-70, no valor de R\$ 1.463.862, posicionado em 31 de dezembro de 2006, correspondente à diferença resultante da revisão atuarial dos compromissos com esse grupo específico, com base na Tábua de Mortalidade AT-2000, na Tábua de Mortalidade de Inválidos AT-49 e na Tábua de entrada em invalidez Zimmermann ajustada, tábuas diversas daquelas utilizadas quando da liquidação dessa rubrica no ano de 2001.

TERMO DE COMPROMISSO FINANCEIRO PRÉ-70					
PLANOS	2018	RECEBIMENTOS	ATUALIZAÇÃO	IMPACTO ATUARIAL	2019
Plano PPSP-R PRÉ-70	3.837.934	(556.224)	392.419	1.660.205	5.334.334
Petrobras	3.837.934	(556.224)	392.419	1.660.205	5.334.334
Plano PPSP-NR PRÉ-70	3.014.124	(398.665)	308.134	1.354.056	4.277.649
Petrobras	3.014.124	(398.665)	308.134	1.354.056	4.277.649
TOTAL	6.852.058	-954.889	700.553	3.014.261	9.611.983

No segundo semestre de 2019, a empresa patrocinadora Petrobras antecipou o valor de R\$ 545.069, sendo R\$ 220.961 para o plano PPSP NR e R\$ 324.108 para o plano PPSP R, referente a liquidação parcial do TCF Pré-70.

No exercício de 2019, foi assinado entre a Petrobras e a Petros o aditivo do Termo de Compromisso Financeiro Pré-70, o qual ajusta a metodologia adotada pelo TCF ao estabelecido no Termo de Transação Judicial que implementou o compromisso da Petrobras com o Grupo Pré-70. Além disso, o aditivo contemplou a criação de um ativo realizável da gestão previdencial no montante de R\$ 1.088.941, sendo R\$ 564.631 para o Pré-70 Não Repactuado e R\$ 524.310 para o Pré-70 Repactuado.

ADITIVO TERMO DE COMPROMISSO FINANCEIRO PRÉ-70	
PLANOS	2019
Plano PPSP-R PRÉ-70	524.310
Petrobras	524.310
Plano PPSP-NR PRÉ-70	564.631
Petrobras	564.631
TOTAL	

Termo de Compromisso Financeiro Diferença de Pensão: compromisso atuarial com as pensões, no valor de R\$ 682.463, posicionado em 31 de dezembro de 2006, correspondente à diferença resultante da revisão dos critérios de cálculo das pensões dos participantes ativos e assistidos e pensionistas que repactuaram.

TERMO DE COMPROMISSO FINANCEIRO DIFERENÇA DE PENSÃO						
PLANOS	2018	RECEBIMENTOS	ATUALIZAÇÃO	IMPACTO ATUARIAL	CISÃO	2019
Plano PPSP-R	2.898.771	-328.310	281.531	568.964	-778.167	2.642.789
Petrobras	2.739.275	-165.687	272.622	541.158	-778.167	2.609.201
BR	153.927	-162.276	8.349	26.612	-	26.612
Petros	5.569	-347	560	1.194	-	6.976
Plano PPSP-R PRÉ-70	-	-	-	-	778.167	778.167
Petrobras	-	-	-	-	778.167	778.167
TOTAL	2.898.771	-328.310	281.531	568.964	-	3.420.956

No segundo semestre de 2019, a empresa patrocinadora BR Distribuidora liquidou antecipadamente o montante de R\$ 157.562 referente ao Termo Diferença de Pensão. Cabe informar que o TCF Diferença de Pensão será avaliado anualmente em função da sua natureza atuarial.

Termo de Compromisso Financeiro FAT-FC: compromisso financeiro com o FAT-FC, no valor de R\$ 2.619.827, posicionado em 31 de dezembro de 2006, correspondente ao impacto causado no passivo do plano Petros do Sistema Petrobras, pela introdução desses fatores para correção dos benefícios.

PLANOS	2018	RECEBIMENTOS	ATUALIZAÇÃO	2019
Plano PPSP-R	2.215.585	(2.348.662)	133.077	-
Petrobras	2.017.938	(2.140.622)	122.684	-
BR	197.647	(208.040)	10.393	-
Plano PPSP-NR	700.626	(742.709)	42.083	-
Petrobras	638.125	(676.921)	38.796	-
BR	62.501	(65.788)	3.287	-
TOTAL	2.916.211	-3.091.371	175.160	-

No segundo semestre de 2019, a empresa patrocinadora BR Distribuidora liquidou antecipadamente o montante de R\$ 266.090, sendo R\$ 63.929 para o plano PPSP-NR e R\$ 202.162 para o plano PPSP-R, referente aos Termos FAT-FC. Igualmente, a empresa patrocinadora Petrobras liquidou antecipadamente o montante de R\$ 2.738.538, sendo R\$ 657.940 para o plano PPSP-NR e R\$ 2.080.598 para o plano PPSP-R, referente aos Termos FAT-FC.

O saldo relativo as contribuições contratadas permanece no realizável da gestão previdencial, pois, além de proporcionar benefícios

econômicos futuros, tem-se o controle por meio do acordo firmado com um cronograma de pagamento preestabelecido, que vem sendo honrado pelas empresas patrocinadoras, não cabendo seu registro na conta de provisões matemáticas a constituir, embora tais contratos possuam cláusula de reajuste calculado atuarialmente.

Cabe ressaltar, que além dos aspectos acima apontados, o recebimento de juros semestrais previstos no contrato, ao contribuir para a ocorrência de fluxos de caixa para a entidade, é mais um elemento que visa corroborar com o entendimento da manutenção dos Termos no ativo.

Não obstante, considerando a observação contida na IN SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a Administração da Petros está discutindo com o regulador uma melhor forma de evidenciar, se aplicável, o patrimônio desse grupo de participantes. Neste sentido, em dezembro de 2019, a Fundação informou à Previc o interesse de incluir este assunto no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), estabelecendo o compromisso de concluir os estudos acerca da matéria em 2020.

3.3 PATROCINADORES LIQUIDADOS / (-) PROVISÃO PARA PERDAS

Os créditos a receber dos patrocinadores liquidados (Petrobras Mineração S.A. – PETROMISA e Petrobras Comércio Internacional S.A. – INTERBRAS), referentes ao Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados (PPSP-NR), estão totalmente provisionados para perda e são objeto de ação judicial de cobrança contra a União Federal.

Em relação à ação da Petromisa, a União foi condenada a pagar à Petros mais de R\$ 9 milhões em razão da extinção da estatal e da consequente retirada do plano de previdência complementar de seus empregados e assistidos. A União interpôs recurso especial, que foi negado seguimento. Está em curso o prazo para agravo.

Em relação à ação da Interbras, a União foi condenada a pagar à Petros mais de R\$ 84 milhões, atualizados até 1997, em razão da extinção da estatal e da consequente retirada do plano de previdência complementar de seus empregados e participantes assistidos. A União interpôs recurso especial, que foi negado seguimento. Iniciamos a execução do julgado no valor de R\$ 752.670 milhões.

3.4 RESULTADOS A REALIZAR

Os resultados a realizar têm sua origem em títulos, classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento - Resultados a realizar" nos seguintes planos de benefícios: os planos Petros Sistema Petrobras – Repactuados (PPSP-R) e Não Repactuados (PPSP-NR), Plano Petros Ultrafertil, Plano Petros Lanxess e Plano Petros Nitriflex/Lanxess. O controle e acompanhamento desses títulos são realizados considerando as taxas de aquisição e as características específicas de cada título, com a devida anuência do órgão fiscalizador, conforme ofício nº 1702/GAB/SPC, de 19 de setembro de 2002, aprovado pela antiga SPC (atual Previc). Os valores estão compostos da seguinte forma:

	2019			2018		
	VALOR CONTÁBIL	FLUXO DESCONTADO	RESULTADOS A REALIZAR	VALOR CONTÁBIL	FLUXO DESCONTADO	RESULTADOS A REALIZAR
	(A)	(B)	(B) - (A)	(A)	(B)	(B) - (A)
Plano Petros Sistema Petrobras NR	384.851	471.554	86.702	352.524	437.720	85.196
Letras Hipotecária	3.283	3.464	181	3.163	3.478	315
NTNC	194.204	206.703	12.499	173.981	192.434	18.453
NTNC	187.365	261.387	74.022	175.380	241.808	66.428
Plano Petros Sistema Petrobras R	1.305.298	1.599.362	294.064	1.195.653	1.484.609	288.957
Letras Hipotecária	11.138	11.754	616	10.732	11.802	1.070
NTNC	658.687	701.080	42.392	590.095	652.684	62.589
NTNC	635.472	886.529	251.057	594.826	820.123	225.298
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	14.037	17.192	3.155	12.858	16.517	3.659
Letras Hipotecária	119	126	7	115	128	13
NTNC	7.085	7.540	455	6.347	7.119	772
NTNC	6.833	9.526	2.693	6.396	9.269	2.874
Plano Petros Lanxess	94.572	117.118	22.546	86.628	108.081	21.453
Letras Hipotecária	808	855	47	779	858	79
NTNC	47.720	50.937	3.216	42.751	47.380	4.629
NTNC	46.043	65.326	19.283	43.098	59.843	16.745
Plano Petros Ultrafertil	77.930	96.883	18.952	71.384	90.145	18.760
Letras Hipotecária	664	703	39	640	708	68
NTNC	39.326	42.020	2.694	35.231	39.241	4.010
NTNC	37.940	54.160	16.219	35.514	50.196	14.682
TOTAL	1.876.687	2.302.110	425.420	1.719.048	2.137.071	418.025

3.5 DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS

Os depósitos judiciais e recursais têm sua origem na necessidade da Petros oferecer garantia monetária no âmbito das demandas judiciais em que a própria Fundação figura em polo passivo.

Durante o exercício de 2019, a Fundação executou trabalho de saneamento de sua base de dados de depósitos judiciais e do contencioso (exigível contingencial), trabalho este que gerou como produto a identificação e regularização dos depósitos judiciais e recursais. Em função da indisponibilidade das informações de forma segregada pelos bancos, uma parte dos depósitos foi registrada considerando a atualização monetária e outra parte mantida pelo valor histórico.

Uma vez que não foi possível identificar os depósitos judiciais de forma segregada, foram aplicados estudos para avaliar o potencial

impacto da atualização monetária nas demonstrações contábeis, como segue:

- Grupo sem efeito de atualização monetária – representa 40% da base de depósitos judiciais – valor mantido pelo histórico;
- Grupo com efeito parcial de atualização monetária - representa 16% da base de depósitos judiciais – neste grupo constatou-se que se referem a depósitos de instituições financeiras que não disponibilizam o saldo de depósito original. Observamos que R\$ 25.307, 8% do saldo classificado neste grupo, tem potencial de atualização monetária estimado em R\$ 9.117, se comparada ao depósito original cadastrado no sistema jurídico, e que de R\$ 278.853, equivalente a 92% deste grupo, pelas dificuldades inerentes ao processo, não consegue estimar o efeito das atualizações monetárias.

• Grupo com efeito – representa 44% da base de depósitos judiciais – com a metodologia aplicada para atingir o potencial valor de atualização monetária, foi estimado uma possível atualização monetária de R\$ 246.557. Contudo, importante destacar que R\$ 227.170 deste valor também está registrado no Exigível Contingencial e R\$ 19.387 tem potencial impacto no resultado da entidade, ou seja, 8%.

O reflexo dos depósitos judiciais no exigível contingencial se dá em função da norma da Fundação (NR-105), a qual estabelece as regras para o provisionamento das contingências. Nos processos com decisão de mérito transitada em julgado e em fase de execução, havendo depósito ou bloqueio judicial, o valor da contingência observará o saldo de depósitos judiciais, conforme detalhado na nota 7.1.

Em função do que preconiza a NR-105, a grande maioria dos depósitos judiciais estão contingenciados. Logo, o reconhecimento da

atualização monetária não gerou impacto relevante nas demonstrações contábeis, não trazendo nenhum prejuízo para os participantes e para o usuário da informação.

A Fundação, ao longo de 2020, continuará dando foco nas constantes melhorias e controles presentes e futuros, de acordo com as recomendações da Auditoria e em linha com a diretrizes contábeis vigentes.

Como resultado deste trabalho foi identificada a necessidade de regularização, em função dos valores levantados pelo autor, gerando uma baixa de R\$ 1.031.688. No exercício de 2019, considerando a entrada de novos processos e baixas, da gestão previdencial, a movimentação representou um aumento no saldo de R\$ 335.071. Em 31 de dezembro de 2019 encerramos com o saldo de R\$ 2.011.673 (R\$ 2.669.909 em 2018), conforme planilha consolidada abaixo:

	NOTA	2019	CISÃO PRÉ-70	ENTRADAS	BAIXAS	REGULARIZAÇÕES EXERCÍCIOS ANTERIORES	2018
Gestão Previdencial	3	1.951.143	-	866.776	(531.178)	(1.032.584)	2.648.129
Plano PPSP Repactuado		562.474	(386.382)	406.548	(241.512)	(440.286)	1.224.106
Plano PPSP Repactuado Pré-70		386.382	386.382	-	-	-	-
Plano PPSP Não Repactuado		495.841	(427.496)	423.525	(276.554)	(539.941)	1.316.306
Plano PPSP Não Repactuado Pré-70		427.496	427.496	-	-	-	-
Plano Petros Copesul		15.984	-	4.984	(4.420)	(38.242)	53.663
Plano Petros Ultrafértil		21.193	-	17.361	(9.978)	(19.591)	33.401
Plano Petros Petroflex		14.068	-	7.501	(1.750)	(2.154)	10.472
Plano Petros Nitriflex		206	-	200	(11)	(340)	357
Plano Petros Braskem		16.499	-	877	75	7.417	8.130
Plano Petros PQU		6.955	-	4.449	3.353	(1.174)	326
Plano Petros-2		2.714	-	753	(390)	1.567	784
Plano TapmePrev		977	-	542	9	31	395
Plano Transpetro		150	-	1	-	1	148
Plano Trinfo Vida		194	-	1	-	172	21
Plano CopesulPrev		4	-	1	-	3	-
Plano AnaparPrev		1	-	34	-	(53)	20
Plano Eldorado Prev		6	-	-	-	6	-
Gestão Administrativa	4	60.531	-	9.403	(1.549)	896	51.780
Depósito Judicial		13.613	-	1.022	(1.549)	896	13.243
PIS/COFINS		46.918	-	8.381	-	-	38.537
TOTAL		2.011.673	-	876.179	(532.727)	(1.031.688)	2.699.909

3.6 OUTROS REALIZÁVEIS / VALORES A RECEBER CISÃO

Em decorrência da cisão dos planos Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados e Repactuados, para deles segregar os participantes e assistidos do chamado Grupo Pré-70, conforme mencionado na nota explicativa 1.4, os ativos com liquidez não foram suficientes para honrar com os fluxos financeiros dos planos cindidos no próximo trimestre. O Termo de Compromisso Financeiro prevê que, mediante comprovação pela Petros da necessidade de liquidez para cumprir com os compromissos de pagamento de benefícios do Grupo Pré-70, a Petrobras, desde que haja concordância, poderá antecipar ou liquidar o contrato.

A Petros, em dezembro de 2019, solicitou antecipação de aporte para a Petrobras, porém o valor ainda não foi suficiente para cobrir toda a necessidade de caixa na data do balanço. Diante de tal resultado, o Conselho Deliberativo da Fundação, observando os critérios descritos nos incisos I e II, nos termos do art. 36, §4º da Resolução nº 4.661/2018, considerando a aprovação da Diretoria Executiva, Ata DE 2420/2019, após a anuência e considerações do Conselho Fiscal, carta CF 118/2019, aprovou, conforme Ata 661/2019, a operação de transferência de ativos entre os planos PPSP-NR e PPSP-NR Pré-70, bem como entre os planos PPSP-R e PPSP-R

Pré-70, através de um ajuste único e transitório entre os planos, nos valores de R\$351.828 e R\$136.560, respectivamente, com restituição dos valores transferidos acrescidos de custo de oportunidade. Em contrapartida, essa operação foi registrada no grupo outras exigibilidades da gestão previdencial, nos planos PPSP-NR Pré-70 e PPSP-R Pré-70, conforme nota explicativa 6.1.

3.7 OUTROS REALIZÁVEIS / CRÉDITOS A RECEBER DE PLANOS EM RETIRADA DE PATROCÍNIO

Nas circunstâncias previstas nos Termos de Retirada de patrocínio das patrocinadoras dos planos Copesul, Braskem, PQU e Triunfo Vida, foram constituídas contas a receber referentes às condenações e aos honorários judiciais incorridos pelos planos, que deveriam ser reembolsados pelas patrocinadoras, bem como foi constituído contas a pagar para as patrocinadoras do plano Transpetro. Durante o exercício de 2018, iniciaram-se discussões relativas à revisão de tais valores, entre as patrocinadoras e a Petros. Considerando este contexto e a não expectativa de conclusão acerca do assunto no curto prazo, constitui-se uma provisão para perda integral do contas a receber, como forma de evidenciar que existe uma obrigação ainda não cumprida.

4. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Valores a receber inerentes às atividades da Gestão Administrativa e valores depositados em juízo relativo aos processos judiciais.

DESCRIÇÃO		2019	2018
Contas a Receber		13.020	13.262
Contribuições para Custeio		1.489	2.990
Responsabilidade de Empregados		5.150	2.034
Responsabilidade de Terceiros		259	268
Outros Recursos a Receber		6.122	7.970
Despesas Antecipadas		1.153	680
Depósitos Judiciais e Recursais	3.4	60.531	51.781
Tributos a Compensar		3	3
Outros Realizáveis		1.983	1.960
TOTAL		76.690	67.686

5. INVESTIMENTOS

5.1 COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS – CONSOLIDADO

A carteira de investimentos consolidada é composta por títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimento, derivativos, investimentos imobiliários e empréstimos e financiamentos. A carteira alcançou o montante de R\$ 90.415.883 (R\$ 74.546.113 em 2018) no fechamento do exercício. Os títulos, valores mobiliários e cotas de fundos de investimentos estão sob custódia do Banco Bradesco S.A.

INVESTIMENTOS	NOTA	2019	2018
Títulos Públicos	5.1.1	41.543.294	42.797.698
Títulos Públicos Federais		41.350.918	42.526.587
Notas do Tesouro Nacional		41.249.062	42.391.970
Letras Financeiras do Tesouro		101.856	134.617
Títulos Públicos Estaduais		192.376	271.111
Letras Financeiras do Tesouro Santa Catarina		192.376	271.111
Créditos Privados e Depósitos	5.1.2	746.779	842.412
Instituições Financeiras		17.573	16.933
Certificado de Depósito Bancário		1.329	1.329
(-) Provisão para Perda		(1.329)	(1.329)
Letras Hipotecárias		17.573	16.933
Companhias Abertas		676.080	668.643
Debêntures não-Convertíveis		676.080	668.643
Companhias Fechadas		-	96.214
Debêntures Convertíveis		13.581	13.581
(-) Provisão para Perda		(13.581)	(13.581)
Debêntures não-Convertíveis		4.575	100.789
(-) Provisão para Perda		(4.575)	(4.575)
Cédulas de Crédito Imobiliário		107.374	107.374
(-) Provisão para Perda		(107.374)	(107.374)
Sociedades de Propósito Específico		53.126	60.622
Debêntures não-Convertíveis		53.126	60.622
Ações	5.1.3	10.546.231	8.950.845
Instituições Financeiras		421	356
Companhias Abertas		9.828.191	8.397.537
Sociedades de Propósito Específico		716.433	551.766
Patrocinador(es)		1.186	1.186
Fundos de Investimentos	5.1.4	29.785.926	14.056.807
Renda Fixa		12.068.415	6.373.991
(-) Provisão para Perda		(2.160)	(2.160)
Ações		8.710.901	4.297.221
Multimercado		8.038.205	1.839.796

INVESTIMENTOS	NOTA	2019	2018
Direito Creditórios		54.418	22.652
Empresas Emergentes		25.770	35.814
Participações		639.767	1.192.150
Imobiliário		250.610	297.343
Investimentos Imobiliários	5.1.5	3.929.094	4.007.703
Terrenos		17.958	11.767
Aluguéis e Renda		3.891.908	3.976.349
Locadas a Patrocinador(es)		1.386.462	1.337.518
Locadas a Terceiros		2.041.858	2.199.480
Rendas de Participações		463.588	439.351
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários		19.228	19.587
Empréstimos e Financiamentos	5.1.6	2.976.206	3.060.043
Empréstimos		2.976.206	3.060.043
Outros Realizáveis	5.1.7	888.353	830.605
TOTAL DO REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS		90.415.883	74.546.113

(a) Letra Financeira do Tesouro de Santa Catarina – trata-se de precatório judicial. Ao longo de 2019 foram pagas 12 parcelas no montante de R\$ 91.074.

O quadro a seguir mostra o resultado líquido da carteira de investimentos (saldo consolidado):

RESULTADO DOS INVESTIMENTOS PLANOS DE BENEFÍCIOS	2019	2018
Rendas/Variações Líquidas	14.466.161	5.959.662
Títulos Públicos	8.393.649	5.423.955
Créditos Privados e Depósitos	186.641	124.056
Ações	2.248.990	(1.204.111)
Fundos de Investimento	3.089.764	1.154.497
Derivativos	(104.925)	66.845
Investimentos Imobiliários	290.737	23.261
Empréstimos e Financiamento	291.412	377.733
Exigível Contingencial - Investimentos	-	16
Outros Realizáveis	88.468	60.118
Constituição/Reversão Fundo dos Investimentos	(18.580)	(66.708)
RESULTADO DOS INVESTIMENTOS - PGA	2019	2018
Rendas/Variações Líquidas	99.334	65.244
Títulos Públicos	54.955	40.264
Créditos Privados e Depósitos	2.338	1.020
Ações	16.303	(1.531)
Fundos de Investimento	26.796	25.253
Derivativos	(872)	-
Investimentos Imobiliários	1.039	295
Outros Realizáveis	(1.225)	(57)
TOTAL	14.565.495	6.024.906

5.1.1. TÍTULOS PÚBLICOS

	PPSP-NR	PPSPR	LANXESS	UIITRAFÉRTIL	NITRIFLEX	PGA	PP-2	TAPMEPREV	SANASA	PLANOS CDS	2019	2018	Δ%
Títulos Públicos Federais	5.330.553	21.021.760	539.612	241.481	70.634	354.357	13.379.921	203.105	200.076	9.417	41.350.917	2.526.587	-2,76%
Letra Financieira do Tesouro	-	-	-	-	4.050	51.190	33.984	73	3.140	9.417	101.855	134.618	-24,34%
Notas do Tesouro Nacional B	4.948.985	19.727.600	445.849	164.214	49.551	264.269	13.203.415	203.032	196.936	-	39.203.851	38.604.747	1,55%
Nota do Tesouro Nacional C	381.569	1.294.160	93.764	77.266	13.917	38.898	142.522	-	-	-	2.042.096	1.869.725	9,22%
Notas do Tesouro Nacional F	-	-	-	-	3.115	-	-	-	-	-	3.115	1.917.498	-99,84%
Títulos Públicos Estaduais	35.511	120.441	8.859	7.575	1.316	5.416	13.259	-	-	-	192.376	271.111	-29,04%
Valores a Receber (LFT-SC)	35.511	120.441	8.859	7.575	1.316	5.416	13.259	-	-	-	192.376	271.111	-29,04%
TOTAL	5.366.064	21.142.201	548.471	249.056	71.950	359.772	13.393.181	203.105	200.076	9.417	41.543.293	42.797.698	-2,93%

5.1.1.1. TÍTULOS DE RENDA FIXA MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Em observância à Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, estão indicados a seguir os “Títulos para Negociação” ou “Títulos Mantidos Até o Vencimento”, comparado ao custo amortizado:

PLANO/TÍTULOS	CUSTO AMORTIZADO					2019	2018
	0 - 1 ANO	1 - 5 ANOS	5 - 10 ANOS	10 - 15 ANOS	> 15 ANOS		
PGA	-	21.588	-	19.100	-	40.688	37.609
NTN-C	-	19.798	-	19.100	-	38.898	35.615
LH	-	334	-	-	-	334	322
Debêntures	-	1.456	-	-	-	1.456	1.672
Plano Misto Sanasa	-	46.990	32.614	3.331	86.633	169.567	163.476
Debêntures	-	755	-	-	-	755	974
NTN-B	-	46.234	32.614	3.331	86.633	168.812	162.502
Plano Petros 2	619.056	1.537.243	1.054.804	500.261	8.532.965	12.244.330	11.933.789
NTN-C	-	72.539	-	69.983	-	142.522	130.492
LH	-	1.227	-	-	-	1.227	1.182
Debêntures	-	114.876	-	-	-	114.876	236.153
NTN-B	619.056	1.348.602	1.054.804	430.278	8.532.965	11.985.705	11.565.962
Plano Petros Lanxess	-	56.751	-	46.043	-	102.794	97.795
NTN-C	-	47.720	-	46.043	-	93.764	85.849
LH	-	808	-	-	-	808	779
Debêntures	-	8.222	-	-	-	8.222	11.167
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	-	8.419	-	6.833	-	15.251	14.507
NTN-C	-	7.085	-	6.833	-	13.917	12.743
LH	-	119	-	-	-	119	115
Debêntures	-	1.214	-	-	-	1.214	1.649
Plano Petros Sistema Petrobras NR	-	247.647	-	187.365	-	435.012	415.610
NTN-C	-	194.204	-	187.365	-	381.569	349.361
LH	-	3.283	-	-	-	3.283	3.163
Debêntures	-	50.161	-	-	-	50.161	63.086
Plano Petros Sistema Petrobras R	-	839.973	-	635.472	-	1.475.445	1.409.634
NTN-C	-	658.687	-	635.472	-	1.294.160	1.184.921
LH	-	11.138	-	-	-	11.138	10.732
Debêntures	-	170.147	-	-	-	170.147	213.981
Plano Petros Ultrafertil	-	47.060	-	37.940	-	85.001	80.992
NTN-C	-	39.326	-	37.940	-	77.266	70.744
LH	-	664	-	-	-	664	640
Debêntures	-	7.070	-	-	-	7.070	9.608
Plano TAPMEprev	-	112.149	16.613	-	50.299	179.061	173.371
Debêntures	-	622	-	-	-	622	1.877
NTN-B	-	111.527	16.613	-	50.299	178.439	171.495

PLANO/TÍTULOS	MERCADO					2019	2018
	0 - 1 ANO	1 - 5 ANOS	5 - 10 ANOS	10 - 15 ANOS	> 15 ANOS		
PGA	-	22.747	-	31.039	-	53.786	49.841
NTN-C	-	22.303	-	31.039	-	53.343	47.847
LH	-	334	-	-	-	334	322
Debêntures	-	110	-	-	-	110	1.672
Plano Misto Sanasa	-	65.550	39.540	4.278	115.150	224.517	180.474
Debêntures	-	13.441	-	-	-	13.441	1.057
NTN-B	-	52.109	39.540	4.278	115.150	211.076	179.416
Plano Petros 2	-	1.644.324	1.250.105	659.438	12.252.173	15.806.040	13.480.198
NTN-C	-	81.719	-	113.729	-	195.448	175.312
LH	-	1.227	-	-	-	1.227	1.182
Debêntures	-	67.244	-	-	-	67.244	194.978
NTN-B	-	1.494.134	1.250.105	545.708	12.252.173	15.542.120	13.108.727

PLANO/TÍTULOS	MERCADO					2019	2018
	0 - 1 ANO	1 - 5 ANOS	5 - 10 ANOS	10 - 15 ANOS	> 15 ANOS		
Plano Petros Lanxess	-	64.839	-	74.824	-	139.664	127.282
NTN-C	-	53.760	-	74.824	-	128.584	115.336
LH	-	808	-	-	-	808	779
Debêntures	-	10.271	-	-	-	10.271	11.167
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	-	18.372	-	11.104	-	29.476	18.883
NTN-C	-	7.981	-	11.104	-	19.085	17.119
LH	-	119	-	-	-	119	115
Debêntures	-	10.271	-	-	-	10.271	1.649
Plano Petros Sistema Petrobras NR	-	271.960	-	304.485	-	576.445	537.304
NTN-C	-	218.781	-	304.485	-	523.266	469.355
LH	-	3.283	-	-	-	3.283	3.163
Debêntures	-	49.896	-	-	-	49.896	64.786
Plano Petros Sistema Petrobras R	-	803.080	-	1.032.702	-	1.835.782	1.822.374
NTN-C	-	742.046	-	1.032.702	-	1.774.748	1.591.898
LH	-	11.138	-	-	-	11.138	10.732
Debêntures	-	49.896	-	-	-	49.896	219.743
Plano Petros Ultrafertil	-	55.238	-	61.657	-	116.895	105.290
NTN-C	-	44.303	-	61.657	-	105.959	95.042
LH	-	664	-	-	-	664	640
Debêntures	-	10.271	-	-	-	10.271	9.608
Plano TAPMEprev	-	152.302	19.970	-	65.553	237.825	188.894
Debêntures	-	25.652	-	-	-	25.652	1.966
NTN-B	-	126.650	19.970	-	65.553	212.173	186.928

A administração da Fundação manifesta a intenção de manter estes títulos até seus respectivos vencimentos, dispondo, para tanto, os planos de benefícios, de capacidade financeira, como tem sido atestado por ocasião da elaboração de suas políticas de investimentos. Anualmente, são elaborados estudos gerenciais internos com software de “gestão de ativos e passivos” (ALM), que simulam cenários confrontando os fluxos esperados de receitas (financeiras e previdenciais) e de despesas previdenciais, com as necessidades de liquidez dos planos administrados pela Petros, no curto, médio e longo prazos.

5.1.1.2. NEGOCIAÇÃO DOS TÍTULOS PRIVADOS CLASSIFICADOS NA CATEGORIA “TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO” ALIENADOS NO EXERCÍCIO

“A operação de venda das debêntures, já contabilizada pelo custo amortizado, foi realizada em plataforma eletrônica e cursada no mercado secundário, pois verificou-se que a situação dos ativos em relação ao momento de compra modificou-se, a partir do momento em que os parâmetros de risco e retorno não eram mais aderentes às necessidades da EFPC. Desta forma, embora a intenção da Petros no momento da aquisição e marcação como “títulos mantidos até o vencimento” fosse levar o ativo até o vencimento, diante do aumento do risco da manutenção destes títulos, a Administração da Petros decidiu pela venda destes ativos.”

No exercício de 2019, houve alienação das debêntures pertencentes às carteiras dos planos de benefícios, conforme indicado abaixo:

PLANO PETROS 2								
PAPEL	EMPRESA	TIPO	VENCIMENTO	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	FINANCEIRO (R\$ MIL)	RESULTADO (R\$ MIL)
PETR45	Petrobras	Debênture	15/08/2024	Venda	16/09/2019	-25.107	29.638	2.414
PETR45	Petrobras	Debênture	16/08/2024	Venda	18/09/2019	-21.323	25.200	2.067
STEN23	Santo Antonio	Debênture	15/04/2024	Venda	07/01/2019	-100	1.386	57
STEN23	Santo Antonio	Debênture	15/04/2024	Venda	08/01/2019	-100	1.393	65
STEN23	Santo Antonio	Debênture	15/04/2024	Venda	14/01/2019	-100	1.398	67
STEN23	Santo Antonio	Debênture	15/04/2024	Venda	15/01/2019	-50	700	35
STEN23	Santo Antonio	Debênture	15/04/2024	Venda	16/01/2019	-8	113	6
STEN23	Santo Antonio	Debênture	15/04/2024	Venda	21/01/2019	-33	463	23
STEN23	Santo Antonio	Debênture	15/04/2024	Venda	23/01/2019	-100	1.409	73
STEN13	Santo Antonio	Debênture	15/04/2022	Venda	26/02/2019	-145	2.030	76
STEN13	Santo Antonio	Debênture	15/04/2022	Venda	28/02/2019	-300	4.202	156
STEN13	Santo Antonio	Debênture	15/04/2022	Venda	20/03/2019	-85	1.197	43
STEN13	Santo Antonio	Debênture	15/04/2022	Venda	22/03/2019	-9	127	5
STEN13	Santo Antonio	Debênture	15/04/2022	Venda	27/03/2019	-94	1.325	45
STEN13	Santo Antonio	Debênture	15/04/2022	Venda	23/04/2019	-403	5.483	116
RESA31	Raizen	Debênture	15/10/2020	Venda	23/09/2019	-3.299	5.001	111
RESA31	Raizen	Debênture	15/10/2020	Venda	30/09/2019	-31.562	47.825	985

PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS NÃO REPACTUADO								
PAPEL	EMPRESA	TIPO	VENCIMENTO	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	FINANCEIRO (R\$ MIL)	RESULTADO (R\$ MIL)
RESA31	Raizen	Debênture	15/10/2020	Venda	23/09/2019	-751	1.138	25
RESA31	Raizen	Debênture	15/10/2020	Venda	30/09/2019	-7.187	10.890	224

PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS REPACTUADO								
PAPEL	EMPRESA	TIPO	VENCIMENTO	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	FINANCEIRO (R\$ MIL)	RESULTADO (R\$ MIL)
RESA31	Raizen	Debênture	15/10/2020	Venda	23/09/2019	-2.547	3.861	86
RESA31	Raizen	Debênture	15/10/2020	Venda	30/09/2019	-24.376	36.936	760

PLANO PETROS TAP								
PAPEL	EMPRESA	TIPO	VENCIMENTO	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	FINANCEIRO (R\$ MIL)	RESULTADO (R\$ MIL)
PETR45	Petrobras	Debênture	15/08/2024	Venda	16/09/2019	-184	217	18
PETR45	Petrobras	Debênture	15/08/2024	Venda	18/09/2019	-156	184	15
STEN13	Santo Antonio	Debênture	15/04/2022	Venda	26/02/2019	-10	140	5
STEN13	Santo Antonio	Debênture	15/04/2022	Venda	08/03/2019	-10	140	5
STEN13	Santo Antonio	Debênture	15/04/2022	Venda	20/03/2019	-15	211	8
STEN13	Santo Antonio	Debênture	15/04/2022	Venda	22/03/2019	-1	14	1
STEN13	Santo Antonio	Debênture	15/04/2022	Venda	27/03/2019	-6	85	3
STEN13	Santo Antonio	Debênture	15/04/2022	Venda	23/04/2019	-27	367	8

PLANO PETROS SANASA								
PAPEL	EMPRESA	TIPO	VENCIMENTO	OPERAÇÃO	DATA	QUANTIDADE	FINANCEIRO (R\$ MIL)	RESULTADO (R\$ MIL)
PETR45	Petrobras	Debênture	15/08/2024	Venda	16/09/2019	-124	146	12
PETR45	Petrobras	Debênture	15/08/2024	Venda	18/09/2019	-106	125	10

5.1.2. CRÉDITOS E DEPÓSITOS

	PPSP-NR	PPSPR	PP-2	LANXESS	ULTRAFÉRTIL	PGA	TAPMEPREV	NITRIFLEX	SANASA	2019	2018	Δ%
Créditos Privados e Depósitos	96.195	326.281	282.758	16.184	13.630	7.295	1.036	2.396	1.004	746.779	842.412	-11%
Letras Hipotecárias	3.283	11.138	1.227	808	664	334	-	119	-	17.573	16.933	4%
LH	3.283	11.138	1.227	808	664	334	-	119	-	17.573	16.933	4%
Debêntures	92.912	315.143	281.532	15.376	12.966	6.961	1.036	2.276	1.004	729.206	825.479	-12%
TERMOPERNAMBUCO	-	-	42.064	-	-	-	-	-	-	42.064	40.521	4%
MRV	5.257	17.846	10.437	-	-	-	67	-	-	33.606	32.362	4%
CIA VALE DO RIO DOCE	29.113	98.741	10.875	7.154	5.895	2.968	-	1.062	-	155.808	81.267	92%
SONAE SIERRA	-	-	34.406	-	-	-	290	-	456	35.151	33.843	4%
TERMOBAHIA	9.791	33.208	3.571	2.390	2.039	1.456	-	355	-	52.810	60.648	-13%
INVEPAR	25.484	86.462	6.447	-	-	-	-	-	-	118.393	116.391	2%
LJS AMERICANAS	3.116	10.560	13.677	5.832	5.031	-	-	860	-	39.076	56.432	-31%
LJS AMERICANAS	6.512	22.071	4.276	-	-	-	265	-	300	33.423	32.187	4%
CCR	8.136	27.592	16.306	-	-	704	112	-	-	52.850	45.819	15%
ECORODOVIAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.113	-100%
SABESP	5.503	18.663	12.516	-	-	434	62	-	-	37.179	32.695	14%
RIO PARANAPANEMA	-	-	47.416	-	-	1.399	110	-	160	49.085	43.158	14%
COMGÁS	-	-	53.986	-	-	-	-	-	-	53.986	47.594	13%
LOCALIZA	-	-	25.557	-	-	-	129	-	89	25.775	26.667	-3%
Santo Antônio 1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.619	-100%
Santo Antônio 2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.497	-100%
Petrobras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50.452	-100%
Raizen	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	96.214	-100%

5.1.3. AÇÕES

	PPSPNR	PPSPR	NITRIFEX/ LANXESS	LANXESS	ULTRAFÉRTIL	PP2	TAPMEPREV	PGA	SANASA	2019	2018	Δ%
Ações	2.006.450	6.894.664	35.383	237.271	198.925	1.015.172	1.151	156.409	805	10.546.231	8.950.845	-45%
Ações Mercado à Vista	2.023.648	6.949.796	35.354	237.170	198.838	1.013.855	1.151	156.241	805	10.616.858	9.271.691	15%
VALE ON	87.677	297.373	-	-	-	31.974	-	-	-	417.025	115.744	260%
NEO ENERGIA ON	18.457	46.632	292	-	-	43.469	1.151	1.154	805	111.960	-	100%
BR FOODS ON	660.326	2.239.613	9.549	65.305	52.352	203.387	-	33.080	-	3.263.613	2.033.268	61%
LITEL ON	49.708	168.595	1.801	12.132	10.353	18.128	-	7.393	-	268.110	3.596.433	-93%
LITEL PNA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-100%
LITELA ON	621.030	2.106.334	22.503	151.569	129.346	226.476	-	92.367	-	3.349.626	-	100%
INVEPAR ON	66.292	224.841	-	-	-	15.965	-	5.948	-	313.046	391.005	-20%
INVEPAR PN	132.584	449.682	-	-	-	31.931	-	11.896	-	626.093	782.009	-20%
NORTE ENERGIA ON	184.963	627.334	-	-	-	-	-	-	-	812.297	853.156	-5%
TOTVS ON	65.973	246.099	-	-	-	-	-	-	-	312.072	435.550	-28%
BRASKEM ON	11.280	38.259	412	2.772	2.284	4.214	-	1.150	-	60.371	87.111	-31%
TERMOBAHIA ON	1.164	3.948	42	291	239	436	-	114	-	6.234	1.186	426%
NEWTEL ON	78	265	3	19	16	29	-	8	-	419	454	-8%
BONAIRE ON	2.636	8.941	96	643	549	961	-	392	-	14.218	-	100%
IRBRASIL ON	-	-	-	-	-	404.310	-	-	-	404.310	283.581	43%
INVITEL ON	1	3	-	-	-	-	-	-	-	4	-	100%
MARCOPOLO PN	85.345	289.465	-	-	-	-	-	-	-	374.810	339.828	10%
SPRINGS GLOBAL PARTICIP. ON	5.659	19.192	205	1.381	1.179	2.064	-	842	-	30.521	-	100%
FRAS-LE ON	10.835	36.748	400	2.696	2.222	4.098	-	1.118	-	58.118	46.902	24%
INDS. ROMI ON	-	75.961	-	-	-	-	-	-	-	75.961	43.316	75%
RECIBO TELES	1.420	4.818	52	349	288	531	-	145	-	7.602	7.602	0%
DIMED ON	13.526	45.876	-	-	-	17.760	-	631	-	77.793	40.942	90%
TELEFÔNICA PN	33	111	1	8	7	12	-	3	-	174	139	25%
KEPLER WEBER	4.648	19.663	-	-	-	8.105	-	-	-	32.415	19.516	66%
COELCE PNA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	142.698	-	-100%
PARANAPANEMA ON	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.464	-	-100%
TELEBRAS PN	12	42	-	3	3	5	-	1	-	66	51	29%
DIR. SUBSC. MARCOPOLO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.705	-100%
Provisão para perda	-21.828	-74.035	-	-	-	-	-	-	-	-95.864	-602.334	-84%
INVEPAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-300.944	-100%
NORTE ENERGIA ON	-21.828	-74.035	-	-	-	-	-	-	-	-95.864	-301.390	-68%
Proventos a receber	4.631	18.903	29	102	87	1.317	-	167	-	25.237	280.332	-91%
Valores a receber/Ordem de Venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.156	-100%

5.1.4. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

	TOTAL 2019	PIANOS BD'S + PGA 2019	PIANOS BD'S + PGA 2018	PIANOS CV'S 2019	PIANOS CV'S 2018	PIANOS CD'S 2019	PIANOS CD'S 2018	Δ%	Δ%	Δ%
Fundos de Investimentos	29.785.926	17.002.103	7.893.548	11.548.585	5.003.281	1.235.238	1.140.576	131%	131%	8%
Renda Fixa	12.437.425	7.436.532	4.332.680	4.229.272	1.766.223	771.621	134.306	139%	139%	475%
FP Carteira Ativa Fundo de Investimento Multimercado	5.256.814	2.710.901	1.598.511	1.848.265	1.009.216	697.648	100.466	83%	83%	594%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Liquidez	7.157.937	4.704.621	2.697.664	2.379.343	754.193	73.973	33.841	215%	215%	119%
Fator Sinergia Fundo de Renda Fixa	1.762	1.640	1.483	121	110	-	-	11%	11%	-
BNP Paribas Match DI FIRF	-	-	1.091	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Investimento Caixa Petros Habitacional Renda Fixa	18.727	17.345	16.590	1.382	1.322	-	-	5%	5%	-
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado Recuperação BR	1.381	1.279	13.007	102	1.036	-	-	-90%	-90%	-
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado de Recuperação	804	745	4.333	59	345	-	-	-83%	-83%	-
Multimercado	6.138.500	4.475.606	772.127	1.460.644	237.163	202.249	969.128	516%	516%	-79%
FP Excellence Fundo de Investimento Multimercado	1.328	1.025	1.012	303	299	-	-	1%	1%	-
FP Atlantis Fundo de Investimento Multimercado	1.266	981	971	286	283	-	-	1%	1%	-
Fundo de Investimento Multimercado Júpiter	-	-	298	-	-	-	-	-100%	-100%	-
FP Plural Caixa ARB Petros Fundo de Investimento Multimercado	1.317	-	-	1.317	-	-	-	-	-	-
Fundo de Investimento Multimercado Moderado Carantinga	281.707	173.303	288.495	218	59.603	108.187	969.128	-100%	-100%	-89%
Western Asset Prev Structured Credit II FIRF Crédito Privado	39.457	-	-	39.457	37.101	-	-	-	-	-
Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Cronos	34.857	-	-	34.857	101.521	-	-	-	-	-
Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado	60.148	55.715	472.029	4.433	37.613	-	-	-88%	-88%	-
Brasil Plural Recup de Crédito Petros Fdo de Invest Multimercado CP	2.114	1.958	1.747	156	139	-	-	12%	12%	-
Canvas Recuperação de Crédito Petros Fdo de Invest. Multimercado CP	2.955	2.737	2.361	218	188	-	-	16%	16%	-
Polo Recuperação de Crédito Petros Fundo de Investimento Multimercado CP	6.098	5.648	5.214	450	415	-	-	8%	8%	-
FP FOF Crédito Privado FIC FIM	1.627	984	-	643	-	-	-	100%	100%	100%
FP Inflação Longa Fundo de Investimento Multimercado	3.092.829	2.519.933	-	536.026	-	36.870	-	100%	100%	100%
FP Inflação Curta Fundo de Investimento Multimercado	2.571.517	1.691.560	-	822.764	-	57.192	-	100%	100%	100%
FP FOF Alta Liquidez FIC FIM CP	41.279	21.762	-	19.517	-	-	-	100%	100%	100%
Direitos Creditórios	54.417	12.612	14.446	41.805	8.206	-	-	-13%	409%	-
FIDC Vinci Capital Gestora de Recursos LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-100%	-100%	-
Vinci Energia Sustentável FIDC	41.142	-	-	41.142	7.089	-	-	-	-	-
FIDC Brasil Plural Recuperação de Crédito FIDC NP	6.514	6.514	1.633	-	-	-	-	299%	-	-
FIDC Brasil Plural Recuperação de Crédito FIDC NP II	1.040	968	1.405	73	105	-	-	-31%	-31%	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Itália	933	933	146	-	-	-	-	539%	-	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master	1.354	1.259	1.392	94	104	-	-	-10%	-10%	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master II	138	138	144	-	-	-	-	-4%	-	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Master III	284	284	114	-	-	-	-	149%	-	-
Trendbank Multicredit - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	21	20	127	1	10	-	-	-85%	-85%	-
FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	1.132	1.132	1.447	-	-	-	-	-22%	-	-
II FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	1.012	941	7.720	71	579	-	-	-88%	-88%	-
III FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	848	424	319	424	319	-	-	33%	33%	-

	TOTAL 2019	PIANOS BD'S + PGA 2019	PIANOS BD'S + PGA 2018	PIANOS CV'S 2019	PIANOS CV'S 2018	PIANOS CD'S 2019	PIANOS CD'S 2018	Δ%	Δ%	Δ%
Ações	8.710.901	4.226.570	1.622.192	4.285.088	2.618.484	199.243	37.142	64%	64%	436%
Fundo de Investimento em Ações IP SELEÇÃO	804.114	561.659	520.081	8%	242.455	169.782	-	43%	-	-
Brasil Plural Petros - Fundo de Investimento em Ações	-	-	-	-	12.740	-	-	-100%	-	-100%
Fundo de Investimento em Ações Petros Ativo	1.115.569	781.187	-	100%	322.402	11.980	-	100%	-	100%
FP Ibovespa Fundo de Investimento em Ações	3.837.645	1.681.222	164	1023435%	2.021.807	1.244.468	-	62%	62%	-
FP Franklin Templeton Total Return Fundo de Investimento em Ações	703.501	277.295	263.179	5%	412.563	301.052	-	37%	37%	36%
FP NEO Total Return Fundo de Investimento em Ações	344.821	134.825	118.716	14%	203.218	137.546	-	48%	48%	47%
FP XP Total Return Fundo de Investimento em Ações	363.973	138.237	117.672	17%	218.787	143.257	-	53%	53%	51%
FP Studio Total Return Fundo de Investimento em Ações	354.220	139.034	126.539	10%	208.193	145.673	-	43%	43%	42%
FP Bahia AM Total Return Fundo de Investimento em Ações	214.583	122.637	118.450	4%	91.945	67.619	-	36%	36%	-
FP Santander Total Return Fundo de Investimento em Ações	191.357	77.279	74.075	4%	110.537	81.421	-	36%	36%	35%
FP Western Total Return Fundo de Investimento em Ações	178.488	71.489	69.087	3%	103.637	76.982	-	35%	35%	34%
FP Indie Total Return Fundo de Investimento em Ações	215.029	85.492	69.883	22%	125.414	78.790	-	59%	59%	58%
FP ARX Total Return Fundo de Investimento em Ações	196.622	79.196	74.328	7%	113.732	82.032	-	39%	39%	37%
FP BNP Paribas Total Return Fundo de Investimento em Ações	190.981	77.019	70.019	10%	110.397	77.122	-	43%	43%	42%
Empresas Emergentes	25.769	25.769	35.762	-28%	-	52	-	-100%	-	-
Empreendedor Brasil Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes	22.445	22.445	31.484	-29%	-	0	-	-	-	-
FIPAC Fdo Mútuo de Invest em Empresas Emergentes	-	-	701	-100%	-	52	-	-100%	-	-
Jardim Botânico VC I - Fdo de Invest em Empresas Emergentes Inovadoras	3.325	3.325	3.577	-7%	-	0	-	-	-	-
Participações	576.041	544.109	866.071	-37%	31.932	252.097	-	-87%	-	-
Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia Multiestratégia	172.005	160.150	179.001	-11%	11.855	13.251	-	-11%	-	-
InfraBrasil Fundo de Investimento em Participações	-	-	61.080	-100%	-	4.522	-	-100%	-	-
Logística Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	97.884	91.137	135.029	-33%	6.747	9.996	-	-33%	-	-
Energia PCH Fundo de Investimento em Participações	119.898	111.634	104.948	6%	8.264	7.769	-	6%	6%	-
Investidores Institucionais II Fundo de Investimento em Participações	-	-	-84	-100%	-	-6	-	-100%	-	-
Angra Infra Multiestratégia Fundo de Investimento em Participações	-	-	135.887	-100%	-	10.059	-	-100%	-	-
Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona	5.065	-	-	-	5.065	-	-	-	-	-
DGF FIPAC 2 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	-	-	-	-	-	195.454	-	-	-	-
Polo Real Estate II Fundo de Investimento em Participações	-	-	-	-	-	11.007	-	-	-	-
Brasil Mezanino Infra-Estrutura Fundo de Investimento em Participações	837	837	762	10%	-	65	-	-	-	-
Investidores Institucionais III Fundo de Investimentos em Participações	-	-	18.792	-100%	-	-	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental	-	-	6.656	-100%	-	-	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações Brasil de Governança Corporativa	57.946	57.946	54.486	6%	-	-	-	-	-	-
Brasil Equity Properties Fundo de Investimento em Participações	-12.029	-12.029	-10.025	20%	-	-	-	-	-	-
Terra Viva Fundo de Investimento em Participações	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Brasil Agronegócio Fundo de Investimento em Participações	80.051	80.051	120.988	-34%	-	-	-	-	-	-
CRP VII - Fundo de Investimento em Participações	10.189	10.189	13.805	-26%	-	-	-	-	-	-

	TOTAL 2019	PIANOS BD'S + PGA 2019	PIANOS BD'S + PGA 2018	PIANOS CV'S 2019	PIANOS CV'S 2018	PIANOS CD'S 2019	PIANOS CD'S 2018	Δ%	Δ%
Brasil Sustentabilidade Fundo de Investimento em Participações	25.200	25.200	24.693	-	-	-	-	2%	-
Óleo e Gás Fundo de Investimento em Participações	-	-	-2.082	-	-	-	-	-100%	-
Multiner Fundo de Investimento em Participações	-97	-97	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Investimentos em Participações Sondas	1	1	-253	-	-18	-	-	-100%	-100%
Brasil Óleo & Gás Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	32	32	440	-	-	-	-	-93%	-
Fundo de Investimento em Participações Brasil Petróleo I	-	-	2.685	-	-	-	-	-100%	-
Industrial Parks Fundo de Investimento em Participações	38.456	38.456	38.993	-	-	-	-	-1%	-
Canabava Bioenergia Fundo de Investimento em Participações	-19.401	-19.401	-19.749	-	-	-	-	-2%	-
Fundos Multimercado Estruturado	1.528.535	82.841	-	1.383.569	-	62.125	-	100%	100%
FP FOF Multimercado Fdo de Invest. em Cotas de Fdos de Invest. Multim.	1.528.533	82.839	-	1.383.569	-	62.125	-	100%	100%
Absolute EP Alpha Global Fdo de Invest. em Cotas de Fdos de Invest. Multim.	3	3	-	-	-	-	-	100%	100%
Imobiliário	250.610	134.336	176.288	116.274	121.056	-	-	-24%	-4%
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby	-1.302	-1.212	40.559	-90	3.002	-	-	-103%	-103%
Fundo de Investimento Imobiliário Continental Square Faria Lima	22.252	20.718	19.089	1.534	1.413	-	-	9%	9%
RB Capital Petros Fundo de Investimento Imobiliário	229.661	114.830	116.640	114.830	116.640	-	-	-2%	-2%
Outros valores a receber	63.727	63.727	73.982	-	-	-	-	-14%	-
Vale Florestar	63.727	63.727	73.982	-	-	-	-	-14%	-
Provisão para perda Fundos de Investimentos em Participações	-156.576	-148.469	-82.462	-8.107	-1.802	-	-	80%	350%

5.1.4.1. FUNDOS DE INVESTIMENTOS PLANOS BD'S E PGA

	PPSP-NR	PPSP-R	LANXESS	ULTRAFÉRTIL	PGA	COPELUL	NITRIFLEX	PGU	BRASKEM	PLANOS BD'S + PGA 2019	PLANOS BD'S + PGA 2018	Δ%
Fundos de Investimentos	3.304.082	12.809.651	349.302	161.510	294.712	4.685	49.976	20.296	7.889	17.002.103	7.893.548	115%
Renda Fixa	1.745.685	5.383.277	128.738	98.640	33.630	4.685	13.692	20.296	7.889	7.436.532	4.332.680	72%
FP Carteira Ativa Fundo de Investimento Multimercado	271.462	2.393.171	12.655	7.951	19.374	-	6.288	-	-	2.710.901	1.598.511	70%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Liquidez	1.469.666	2.974.649	116.002	90.619	13.577	4.685	7.238	20.296	7.889	4.704.621	2.697.664	74%
Fator Sinergia Fundo de Renda Fixa	325	1.103	81	69	50	-	12	-	-	1.640	1.483	11%
BNP Paribas Match DI FIRF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.091	-100%
Fundo de Invest Caixa Petros Habitacional Renda Fixa	3.790	12.854	-	-	564	-	138	-	-	17.345	16.590	5%
Fdo de Invest Renda Fixa Petros Crédito Privado Recuperação BR	279	948	-	-	42	-	10	-	-	1.279	13.007	-90%
Fdo de Invest Renda Fixa Petros Crédito Privado de Recuperação	163	552	-	-	24	-	6	-	-	745	4.333	-83%
Multimercado	897.581	3.182.314	201.492	46.567	136.617	-	11.035	-	-	4.475.606	772.127	480%
FP Excellence Fundo de Investimento Multimercado	231	783	-	-	11	-	-	-	-	1.025	1.012	1%
FP Atlantis Fundo de Investimento Multimercado	221	749	-	-	10	-	-	-	-	981	971	1%
Fundo de Investimento Multimercado Jupiter	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	298	-100%
Fundo de Investimento Multimercado Moderado Caratinga	-	-	106.690	-	66.612	-	1	-	-	173.303	288.495	-40%
Fdo de Invest Multimercado Petros Crédito Privado	12.154	41.312	-	-	1.808	-	441	-	-	55.715	472.029	-88%
Brasil Plural Recup de Crédito Petros Fdo de Invest Multimercado CP	428	1.451	-	-	64	-	16	-	-	1.958	1.747	12%
Canvas Recup de Crédito Petros Fdo de Invest Multimercado CP	598	2.028	-	-	89	-	22	-	-	2.737	2.361	16%
Polo Recup de Crédito Petros Fdo de Invest Multimercado CP	1.234	4.186	-	-	184	-	45	-	-	5.648	5.214	8%
FP FOF Crédito Privado FIC FIM	152	577	153	89	11	-	2	-	-	984	-	100%
FP Inflação Longa Fundo de Investimento Multimercado	494.536	1.925.722	42.479	25.027	26.366	-	5.803	-	-	2.519.933	-	100%
FP Inflação Curta Fundo de Investimento Multimercado	383.753	1.189.138	51.708	21.186	41.137	-	4.639	-	-	1.691.560	-	100%
FP FOF Alta Liquidez FIC FIM CP	4.274	16.367	462	265	327	-	67	-	-	21.762	-	100%
Direitos Creditórios	2.786	9.450	157	130	65	-	23	-	-	12.612	14.446	-13%

	PPSP-NIR	PPSP-R	LANXESS	ULTRAFÉRTIL	PGA	COPESUL	NITRIFLEX	PQU	BRASKEM	PLANOS BD'S + PGA 2019	PLANOS BD'S + PGA 2018	Δ%
FIDC Vinci Capital Gestora de Recursos LTDA.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-100%
FIDC Brasil Plural Recuperação de Crédito FIDC NP	1.483	5.031	-	-	-	-	-	-	-	6.514	1.633	299%
FIDC Brasil Plural Recuperação de Crédito FIDC NP II	194	659	48	39	20	-	7	-	-	968	1.405	-31%
Fundo de Invest em Direitos Creditórios Multisetorial Itália	212	720	-	-	-	-	-	-	-	933	146	539%
Fundo de Invest em Direitos Creditórios Multisetoria BVA Master	253	858	62	51	26	-	9	-	-	1.259	1.392	-10%
Fundo de Invest em Direitos Creditórios Multisetoria BVA Master II	31	107	-	-	-	-	-	-	-	138	144	-4%
Fdo de Invest em Direitos Creditórios Multisetoria BVA Master III	65	219	-	-	-	-	-	-	-	284	114	149%
Trendbank Multicredit - Fdo de Invest em Direitos Creditórios	4	13	1	1	0	-	0	-	-	20	127	-85%
FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	258	874	-	-	-	-	-	-	-	1.132	1.447	-22%
II FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	189	641	46	38	19	-	7	-	-	941	7.720	-88%
III FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	97	327	-	-	-	-	-	-	-	424	319	33%
Ações	494.429	3.679.729	-	-	43.955	-	8.456	-	-	4.226.570	1.622.192	161%
Fundo de Investimento em Ações IP SELEÇÃO	-	548.727	-	-	12.932	-	-	-	-	561.659	520.081	8%
Fundo de Investimento em Ações Petros Ativo	148.119	624.040	-	-	6.289	-	2.740	-	-	781.187	-	100%
FP Ibovespa Fundo de Investimento em Ações	346.310	1.324.983	-	-	4.213	-	5.717	-	-	1.681.222	164	1023435%
FP Franklin Templeton Total Return Fdo de Invest em Ações	-	272.602	-	-	4.693	-	-	-	-	277.295	263.179	5%
FP NEO Total Return Fundo de Investimento em Ações	-	132.532	-	-	2.293	-	-	-	-	134.825	118.716	14%
FP XP Total Return Fundo de Investimento em Ações	-	135.648	-	-	2.589	-	-	-	-	138.237	117.672	17%
FP Studio Total Return Fundo de Investimento em Ações	-	136.701	-	-	2.333	-	-	-	-	139.034	126.539	10%
FP Bahia AM Total Return Fundo de Investimento em Ações	-	120.557	-	-	2.080	-	-	-	-	122.637	118.450	4%
FP Santander Total Return Fundo de Investimento em Ações	-	75.982	-	-	1.297	-	-	-	-	77.279	74.075	4%
FP Western Total Return Fundo de Investimento em Ações	-	70.288	-	-	1.201	-	-	-	-	71.489	69.087	3%
FP India Total Return Fundo de Investimento em Ações	-	84.057	-	-	1.435	-	-	-	-	85.492	69.883	22%
FP ARX Total Return Fundo de Investimento em Ações	-	77.879	-	-	1.316	-	-	-	-	79.196	74.328	7%

	PPSP-NR	PPSP-R	LANXESS	ULTRAFÉRTIL	PGA	COPEL	NITRIFLEX	PQU	BRASKEM	PLANOS BD'S + PGA 2019	PLANOS BD'S + PGA 2018	Δ%
FP BNP Paribas Total Return Fundo de Investimento em Ações	-	75.733	-	-	1.285	-	-	-	-	77.019	70.019	10%
Empresas Emergentes	5.868	19.902	-	-	-	-	-	-	-	25.769	35.762	-28%
Empreendedor Brasil Fdo Mútuo de Invest em Emp Emergentes	5.111	17.334	-	-	-	-	-	-	-	22.445	31.484	-29%
FIPAC Fdo Mútuo de Invest em Empresas Emergentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	701	-100%
Jardim Botânico VC I - Fdo de Invest em Emp Emerg Inovadoras	757	2.568	-	-	-	-	-	-	-	3.325	3.577	-7%
Participações	113.208	383.965	17.950	15.348	10.973	-	2.666	-	-	544.109	866.071	-37%
Fundo de Invest em Participações Brasil Energia Multiestratégia	31.750	107.687	7.921	6.773	4.842	-	1.176	-	-	160.150	179.001	-11%
InfraBrasil Fundo de Investimento em Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61.080	-100%
Logística Brasil Fundo de Invest em Participações Multiestratégia	18.068	61.282	4.508	3.854	2.755	-	670	-	-	91.137	135.029	-33%
Energia PCH Fundo de Investimento em Participações	22.132	75.065	5.521	4.721	3.375	-	820	-	-	111.634	104.948	6%
Investidores Institucionais II Fundo de Invest em Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-84	-100%
Angra Infra Multiestratégia Fundo de Invest em Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	135.887	-100%
Brasil Mezanino Infra-Estrutura Fdo de Invest em Participações	191	647	-	-	-	-	-	-	-	837	762	10%
Investidores Institucionais III Fdo de Invest em Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.792	-100%
Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.656	-100%
Fdo de Invest em Participações Brasil de Governança Corporativa	13.195	44.752	-	-	-	-	-	-	-	57.946	54.486	6%
Brasil Equity Properties Fundo de Investimento em Participações	-2.739	-9.290	-	-	-	-	-	-	-	-12.029	-10.025	20%
Terra Viva Fundo de Investimento em Participações	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
Brasil Agronegócio Fundo de Investimento em Participações	18.228	61.823	-	-	-	-	-	-	-	80.051	120.988	-34%
CRP VII - Fundo de Investimento em Participações	2.320	7.869	-	-	-	-	-	-	-	10.189	13.805	-26%
Brasil Sustentabilidade Fundo de Investimento em Participações	5.738	19.462	-	-	-	-	-	-	-	25.200	24.693	2%
Óleo e Gás Fundo de Investimento em Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-2.082	-100%
Multiner Fundo de Investimento em Participações	-22	-75	-	-	-	-	-	-	-	-97	-	-

	PPSP-NIR	PPSP-R	LANXESS	ULTRAFÉRTIL	PGA	COPESUL	NITRIFLEX	PQU	BRASKEM	PLANOS BD'S + PGA 2019	PLANOS BD'S + PGA 2018	Δ%
Fundo de Investimentos em Participações Sondas	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-253	-100%
Brasil Óleo & Gás Fdo de Invest em Participações Multiestratégia	7	25	-	-	-	-	-	-	-	32	440	-93%
Fundo de Investimento em Participações Brasil Petróleo I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.685	-100%
Industrial Parks Fundo de Investimento em Participações	8.757	29.699	-	-	-	-	-	-	-	38.456	38.993	-1%
Canabrava Bioenergia Fundo de Investimento em Participações	-4.418	-14.983	-	-	-	-	-	-	-	-19.401	-19.749	-2%
Fundos Multimercado Estruturado	-	-	-	-	68.882	-	13.959	-	-	82.841	-	100%
FP FOF Multim Fdo de Invest. em Cotas de Fdos de Invest. Multim	-	-	-	-	68.879	-	13.959	-	-	82.839	-	100%
Absolute EP Alpha Global Fdo de Invest. em Cotas de Fdos de Invest. Multim	-	-	-	-	3	-	-	-	-	3	-	100%
Imobiliário	30.014	101.799	965	825	590	-	143	-	-	134.336	176.288	-24%
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby	-240	-815	-60	-51	-37	-	-9	-	-	-1.212	40.559	-103%
Fundo de Investimento Imobiliário Continental Square Faria Lima	4.107	13.931	1.025	876	626	-	152	-	-	20.718	19.089	9%
RB Capital Petros Fundo de Investimento Imobiliário	26.147	88.683	-	-	-	-	-	-	-	114.830	116.640	-2%
Outros valores a receber	14.511	49.216	-	-	-	-	-	-	-	63.727	73.982	-14%
Vale Florestar	14.511	49.216	-	-	-	-	-	-	-	63.727	73.982	-14%
Provisão para perda Fundos de Investimentos em Participações	-32.121	-108.943	-2.831	-2.422	-1.732	-	-420	-	-	-148.469	-82.462	80%

5.1.4.2. FUNDOS DE INVESTIMENTOS PLANOS CVs E CDs

	PP-2	TAPMEPREV	SANASA	PLANOS CV'S 2019	PLANOS CV'S 2018	PLANOS CD'S 2019	PLANOS CD'S 2018	Δ%	Δ%
Fundos de Investimentos	11.299.006	137.932	111.647	1.548.585	5.003.281	1.235.238	1.140.576	131%	8%
Renda Fixa	4.161.583	28.049	39.641	4.229.272	1.766.223	771.621	134.306	139%	475%
FP Carteira Ativa Fundo de Investimento Multimercado	1.810.499	7.823	29.943	1.848.265	1.009.216	697.648	100.466	83%	594%
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Liquidez	2.349.419	20.226	9.698	2.379.343	754.193	73.973	33.841	215%	119%
Fator Sinergia Fundo de Renda Fixa	121	-	-	121	110	-	-	11%	-
Fundo de Investimento Caixa Petros Habitacional Renda Fixa	1.382	-	-	1.382	1.322	-	-	5%	-
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado Recuperação BR	102	-	-	102	1.036	-	-	-90%	-
Fundo de Investimento Renda Fixa Petros Crédito Privado de Recuperação	59	-	-	59	345	-	-	-83%	-
Multimercado	1.430.269	20.292	10.083	1.460.644	237.163	202.249	969.128	516%	-79%
FP Excellence Fundo de Investimento Multimercado	303	-	-	303	299	-	-	1%	-
FP Atlantis Fundo de Investimento Multimercado	286	-	-	286	283	-	-	1%	-
FP Plural Caixa ARB Petros Fundo de Investimento Multimercado	1.317	-	-	1.317	-	-	-	-	-
Fundo de Investimento Multimercado Moderado Carantinga	-	-	218	218	59.603	108.187	969.128	-100%	-89%
Western Asset Prev Structured Credit II FIRF Crédito Privado	39.338	-	118	39.457	37.101	-	-	-	-
Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Cronos	34.857	-	-	34.857	101.521	-	-	-	-
Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado	4.433	-	-	4.433	37.613	-	-	-88%	-
Brasil Plural Recuperação de Crédito Petros Fdo de Invest Multimercado CP	156	-	-	156	139	-	-	12%	-
Canvas Recuperação de Crédito Petros Fdo de Invest Multimercado CP	218	-	-	218	188	-	-	16%	-
Polo Recuperação de Crédito Petros Fdo de Invest Multimercado CP	450	-	-	450	415	-	-	8%	-
FP FOF Crédito Privado FIC FIM	643	-	-	643	-	-	-	100%	100%
FP Inflação Longa Fundo de Investimento Multimercado	519.184	13.096	3.746	536.026	-	36.870	-	100%	100%
FP Inflação Curta Fundo de Investimento Multimercado	809.567	7.196	6.001	822.764	-	57.192	-	100%	100%
FP FOF Alta Liquidez FIC FIM CP	19.517	-	-	19.517	-	-	-	100%	100%
Direitos Creditórios	41.805	-	-	41.805	8.206	-	-	409%	-
Vinci Energia Sustentável FIDC	41.142	-	-	41.142	7.089	-	-	-	-
FIDC Brasil Plural Recuperação de Crédito FIDC NP II	73	-	-	73	105	-	-	-31%	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetoria BVA Master	94	-	-	94	104	-	-	-10%	-
Trendbank Multicredit - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	1	-	-	1	10	-	-	-85%	-
II FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	71	-	-	71	579	-	-	-88%	-
III FIDC Polo Recuperação de Crédito NP	424	-	-	424	319	-	-	33%	-
Ações	4.184.089	54.486	46.513	4.285.088	2.618.484	199.243	37.142	64%	436%
Fundo de Investimento em Ações IP SELEÇÃO	236.163	-	6.292	242.455	169.782	-	-	43%	-
Brasil Plural Petros - Fundo de Investimento em Ações	-	-	-	-	12.740	-	-	-100%	-100%
Fundo de Investimento em Ações Petros Ativo	316.357	3.360	2.685	322.402	-	11.980	-	100%	100%
FP Ibovespa Fundo de Investimento em Ações	1.956.079	51.126	14.603	2.021.807	1.244.468	134.616	-	62%	-
FP Franklin Templeton Total Return Fundo de Investimento em Ações	407.102	-	5.461	412.563	301.052	13.643	10.037	37%	36%
FP NEO Total Return Fundo de Investimento em Ações	200.503	-	2.715	203.218	137.546	6.778	4.626	48%	47%
FP XP Total Return Fundo de Investimento em Ações	215.956	-	2.831	218.787	143.257	6.949	4.587	53%	51%

	PP-2	TARMEPREV	SANASA	PIANOS CV'S 2019	PIANOS CV'S 2018	Δ%	PIANOS CD'S 2019	PIANOS CD'S 2018	Δ%
FP Studio Total Return Fundo de Investimento em Ações	205.441	-	2.752	208.193	145.673	43%	6.993	4.933	42%
FP Bahia AM Total Return Fundo de Investimento em Ações	90.322	-	1.623	91.945	67.619	36%	-	-	-
FP Santander Total Return Fundo de Investimento em Ações	109.054	-	1.483	110.537	81.421	36%	3.541	2.631	35%
FP Western Total Return Fundo de Investimento em Ações	102.258	-	1.379	103.637	76.982	35%	3.362	2.518	34%
FP Indie Total Return Fundo de Investimento em Ações	123.736	-	1.678	125.414	78.790	59%	4.123	2.612	58%
FP ARX Total Return Fundo de Investimento em Ações	112.206	-	1.525	113.732	82.032	39%	3.694	2.687	37%
FP BNP Paribas Total Return Fundo de Investimento em Ações	108.912	-	1.485	110.397	77.122	43%	3.565	2.512	42%
Empresas Emergentes	-	-	-	-	52	-100%	-	-	-
FIPAC Fdo Mútuo de Invest em Empresas Emergentes	-	-	-	-	52	-100%	-	-	-
Participações	31.932	-	-	31.932	252.097	-87%	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia Multiestratégia	11.855	-	-	11.855	13.251	-11%	-	-	-
InfraBrasil Fundo de Investimento em Participações	-	-	-	-	4.522	-100%	-	-	-
Logística Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	6.747	-	-	6.747	9.996	-33%	-	-	-
Energia PCH Fundo de Investimento em Participações	8.264	-	-	8.264	7.769	6%	-	-	-
Investidores Institucionais II Fundo de Investimento em Participações	-	-	-	-	-6	-100%	-	-	-
Angra Infra Multiestratégia Fundo de Investimento em Participações	-	-	-	-	10.059	-100%	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona	-	-	-	-	195.454	-	-	-	-
DGF FIPAC 2 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	5.065	-	-	5.065	11.007	-	-	-	-
Polo Real Estate II Fundo de Investimento em Participações	-	-	-	-	65	-	-	-	-
Fundo de Investimentos em Participações Sondas	-	-	-	-	-18	-100%	-	-	-
Fundos Multimercado Estruturado	1.333.054	35.105	15.410	1.383.569	-	100%	62.125	-	100%
FP FOF Multim Fdo de Invest. em Cotas de Fundos de Invest. Multim	1.333.054	35.105	15.410	1.383.569	-	100%	62.125	-	100%
Absolute EP Alpha Global Fdo de Invest.em Cotas de Fdos de Invest. Multim	-	-	-	-	-	100%	-	-	100%
Imobiliário	116.274	-	-	116.274	121.056	-4%	-	-	-
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby	-90	-	-	-90	3.002	-103%	-	-	-
Fundo de Investimento Imobiliário Continental Square Faria Lima	1.534	-	-	1.534	1.413	9%	-	-	-
RB Capital Petros Fundo de Investimento Imobiliário	114.830	-	-	114.830	116.640	-2%	-	-	-
Provisão para perda Fundos de Investimentos em Participações	-8.107	-	-	-8.107	-1.802	350%	-	-	-

5.1.5. ativos sem cotação em mercado ativo

A Fundação investe, direta e indiretamente, em ações de empresas que não possuem cotação em Bolsa de Valores e negociação frequente em mercado ativo, assim como em fundos de investimentos estruturados. Tais investimentos são avaliados por meio de modelos de precificação com a finalidade de apresentar seu valor justo, podendo ser marcados pelo valor da cota do administrador ou ajustado por imparidade, após deliberação do Comitê de Precificação que avalia o relatório de análise crítica da Fundação. Dadas a metodologia e as premissas utilizadas nesses modelos, o valor de tais investimentos poderá vir a ser diferente quando da sua efetiva realização financeira. Eventuais ajustes são reconhecidos diretamente, com o consequente efeito no resultado dos planos atrelados a esses investimentos ou por meio do ajuste no valor da cota do fundo de investimento.

PLANOS	SALDO 2018	SALDO 2019	VARIAÇÃO (R\$)	VARIAÇÃO (%)
INVEPAR				
PGA	16.569	17.844	1.274	7,69%
PP-2	44.476	47.896	3.421	7,69%
PPSP-NR	184.673	198.876	14.203	7,69%
PPSP-R	626.352	674.524	48.171	7,69%
TOTAL	872.071	939.139	67.069	7,69%
NORTE ENERGIA S.A. (UHE BELO MONTE)				
PPSP-NR	125.639	163.134	37.495	29,84%
PPSP-R	426.127	553.299	127.172	29,84%
TOTAL	551.766	716.433	164.667	29,84%
LITEL PARTICIPAÇÕES S.A. / LITELA PARTICIPAÇÕES S.A.				
PGA	99.173	99.760	587	0,59%
Ultrafértil	138.878	139.700	821	0,59%
Lanxess	162.739	163.701	963	0,59%
Nitriflex	24.161	24.304	143	0,59%
PP-2	243.166	244.604	1.438	0,59%
PPSP-NR	666.794	670.738	3.944	0,59%
PPSP-R	2.261.552	2.274.929	13.376	0,59%
TOTAL	3.596.464	3.617.736	21.272	0,59%
MULTINER S.A. (FIP MULTINER)				
PPSP-NR	-	-22	-22	-
PPSP-R	-	-75	-75	-
TOTAL	-	-97	-97	0%
FIP SONDAS				
PP-2	-18	-	18	-
PPSP-NR	-53	-	53	-
PPSP-R	-181	1	182	-
TOTAL	-253	1	254	-100%
FIP BARCELONA				
PP-2	195.454	-	-195.454	-100%
TOTAL	195.454	-	-195.454	-100%

5.1.5.1. INVEPAR

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR (Invepar), atua no setor de infraestrutura de transportes no Brasil, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos.

A participação da Fundação na Invepar foi avaliada pelo método de fluxo de dividendos descontados (Metodologia DDM), conforme Laudo de Avaliação emitido pelo avaliador independente LCA Consultores em 15 de janeiro de 2020.

Premissas 2019:

- Foi utilizado o modelo de fluxo de dividendos descontados (DDM) para os ativos do Grupo Invepar, com data base no Balanço Patrimonial de 30 de setembro de 2019 da empresa, sendo projetado o

valor econômico total para 31 de dezembro de 2019.

- Para as projeções financeiras e operacionais, foram consideradas as informações contidas do orçamento plurianual (PAN19) apresentado pela administração da companhia.

- Os fluxos foram projetados até o fim de todas as concessões, em reais e em base nominal, descontados pelo *Capital Asset Pricing Model* (CAPM) de cada negócio, sem perpetuidade.

- Taxa de desconto foi baseada na metodologia do *Capital Asset Pricing Model* (CAPM). Devido à alavancagem dos projetos, foi utilizada uma taxa de desconto ano a ano, alterando-se a estrutura de capital em cada período, refletindo o setor de atuação.

- O valor da Invepar considera a soma das partes de sua

participação societária em cada negócio.

Em 30 de dezembro de 2019, a Invepar informou que obteve as aprovações societárias necessárias para venda de 100% da sua participação na CART para o Infraestrutura Brasil Holding II S.A., controlado pelo Pátria Infraestrutura III Coinvestimento – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações assinado no dia 19 de dezembro de 2019.

A companhia ressaltou que a conclusão desta operação permanece sujeita ao cumprimento das demais condições precedentes, tais como as aprovações de órgãos reguladores e credores. Portanto, a conclusão do negócio pode ou não se efetivar.

5.1.5.2. NORTE ENERGIA S.A. (UHE BELO MONTE)

A Norte Energia S.A. (Norte Energia) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital fechado, e tem como propósito específico conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), localizada no Estado do Pará, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

A participação da Fundação na Norte Energia foi avaliada pelo método de fluxo de dividendos descontados (metodologia DDM), conforme Laudo de Avaliação emitido pela LCA Consultores em 23 de dezembro de 2019.

Premissas 2019:

- Foi utilizada a metodologia de Fluxo de Dividendos Descontados (DDM) para obter o valor econômico financeiro da Norte Energia, com data-base do balanço patrimonial de 30 de setembro de 2019, sendo projetado o valor econômico da empresa para 31 de dezembro de 2019.

- Para as projeções operacionais, foram consideradas as informações contidas no orçamento apresentado pela administração da Norte Energia:

- PLD – curva de preço disponibilizada pela Norte Energia. O Preço de Liquidação das Diferenças é utilizado para valorar os volumes de energia liquidados na CCEE (diferença entre energia contratada e consumida ou gerada). O PLD tem como base o CMO (custo marginal de operação), calculado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema). Ele é calculado de forma a otimizar o custo de energia visando a segurança no fornecimento. São utilizados modelos matemáticos e estatísticos, como o Newave e o Decomp.GSF – com base no orçamento da Norte Energia. Cronograma de Motorização: considerada a entrada em operação de todas as unidades geradoras no ano de 2019, tornando a UHE plenamente operacional. Entraram em operação a 17ª. e a 18ª. unidades geradoras em outubro e novembro de 2019, respectivamente.

- Endividamento: considerados os financiamentos do BNDES (direto e indireto), PSI (linha de financiamento do BNDES), além das captações realizadas durante o ano de 2019, que foram a operação “Confirme” (R\$ 135 milhões) e a emissão de Notas Promissórias (R\$ 300 milhões). Adicionalmente, no fluxo de caixa projetado foi considerada a emissão de debêntures, no montante de R\$ 700 milhões, no ano de 2020, com a consequente quitação das citadas Notas Promissórias.

- A avaliação foi realizada com projeções até o término da concessão (agosto/2045), sem utilização do valor de perpetuidade.

- Foi considerado todo o planejamento tributário, com base no estudo da Ernst & Young e premissas internas da Norte Energia.

- A Norte Energia goza do benefício da SUDAM atualmente. O benefício resulta em uma redução de 75% das alíquotas de IR/CSLL. O benefício foi considerado até o fim da concessão da UHE Belo Monte, em linha com as premissas da administração da Norte Energia.

- Para os dividendos, foi considerada a distribuição (efeito caixa), apenas no mês de junho, dos dividendos já declarados. Foi utilizado

25% do valor mínimo entre (i) o caixa final do período e (ii) os lucros acumulados, respeitando um mínimo de 20 milhões em caixa pós-distribuição. Tal percentual de 25% foi considerado até o vencimento do contrato de financiamento firmado com o BNDES, tendo em vista a limitação, prevista no referido contrato, para a distribuição de dividendos. A partir de 2042, o modelo econômico-financeiro da LCA considerou um percentual de distribuição de dividendos em percentual correspondente a 100% do lucro líquido.

- Ainda no tocante aos dividendos, há que se destacar que o modelo econômico-financeiro da LCA expurgou, da base de cálculo, os montantes relativos ao benefício fiscal SUDAM.

- Taxa de desconto baseada na metodologia do *Capital Asset Pricing Model* (CAPM), calculada ano a ano, que, por sua vez variou em função da alavancagem do projeto e da curva de amortização da dívida ao longo do período de concessão.

5.1.5.3. LITEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Em 8 de maio de 2019, foi firmado o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Litel e Incorporação da versão da parcela cindida de seu patrimônio líquido pela Litela. Esta operação é parte do processo de reorganização societária das sociedades envolvidas, para uma maior simplificação e independência operacional e propiciar melhores condições para traçar seus objetivos, de modo a atender, portanto, aos seus respectivos interesses patrimoniais.

A operação teve como uma de suas consequências a versão da parcela de patrimônio de Litel para Litela, com a transferência, entre essas companhias, do acervo líquido contábil da parcela cindida.

O critério utilizado para a avaliação do patrimônio da Litel, com vistas à cisão parcial e consequente versão de parcela do mesmo à Litela, foi o valor do patrimônio líquido contábil cindido, apurado com base no balanço patrimonial da Litel, levantado em 31 de dezembro de 2018 e relacionado no Laudo de Avaliação e Verificação. As mutações patrimoniais ocorridas na Litel no período compreendido entre a data do balanço que serviu de base para a determinação do acervo líquido cindido e a data da aprovação da operação pelos quotistas das partes, em 9 de setembro de 2019, foram apropriadas pela Litel, exceto a equivalência patrimonial do mencionado período, que foi apropriada pela Litela, conforme Protocolo e Justificação.

Em virtude da cisão parcial, a Litel transferiu 808.746.864 ações da Vale para a Litela. Após isso, o investimento da Litel na Vale passou a corresponder a 74.832.355 ações ordinárias, representativas de 1,46% do capital social total da Vale, excluídas as ações em tesouraria, ao passo que o investimento da Litela na Vale passou a corresponder a 905.773.534 ações ordinárias, representativas de 17,66% do capital social total da Vale, excluídas as ações em tesouraria.

Abaixo segue o quadro com a posição de Litel e Litela em Vale após a operação:

ACIONISTAS	QTD. TOTAL DE AÇÕES ON	%	AÇÕES VINCULADAS AO ACORDO DE ACIONISTA
Litel	74.832.355	1,46	10.000
Litela	905.773.534	17,66	519.733.209

A cisão parcial da Litel com versão da parcela cindida para a Litela acarretou a diminuição do patrimônio líquido contábil da Litel nos montantes que foram vertidos à Litel. Ao fim da reorganização societária, Litel e Litela passaram a ser empresas independentes, tendo em comum os mesmo acionistas e a participação em Vale.

Para fins de avaliação do valor justo do investimento na Litel e Litela Participações S.A. para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, foi considerado o preço de fechamento das ações ON da Vale, no último dia útil de cada mês, e quando aplicável, eventuais ajustes patrimoniais, com base nas demonstrações financeiras.

5.1.5.4. MULTINER S.A. (FIP MULTINER)

A Multiner S.A. é uma *holding*, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, principal ativo da carteira do FIP Multiner, que tem por objetivo a participação em (i) usinas de geração de energia termoeletrica, óleo combustível e/ou gás natural (UTE), (ii) comércio atacadista de energia elétrica e (iii) usina de geração de energia elétrica de fonte eólica.

O valor econômico das cotas do fundo e, conseqüentemente, da participação da Petros no fundo, foi influenciado pela remarcação, operacionalizada pelo administrador (Planner Corretora) no primeiro semestre de 2019, do valor econômico de seus ativos, tomando como base o laudo de avaliação econômico-financeira independente, elaborado pelo avaliador independente Thymos Energia.

Como resultado do trabalho, o avaliador independente Thymos Energia alcançou valor nulo para os investimentos do FIP Multiner, indicativo que coincide com o resultado de estudo interno (Relatório de Crítica) apresentado ao Comitê de Precificação neste exercício.

5.1.5.5. FIP SONDAS

Na posição de 31 de dezembro de 2019, o administrador do fundo (Caixa Econômica Federal) manteve a provisão de perdas de 100% do valor do investimento realizado, já observada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Internamente, tomando as características do plano de recuperação judicial da Sete Brasil Participações S.A., investimento único do FIP Sondas, foi realizado *valuation* interno pela Petros, sendo alcançado valor econômico nulo para aquele ativo, em linha com o valor

contabilizado na carteira do fundo.

Com relação à contingência do ativo, o investimento realizado no FIP Sondas é objeto de arbitragem instaurada pela Fundação e que corre em sigilo.

5.1.5.6. FIP BARCELONA

O FIP Barcelona era um veículo de investimentos em que a Petros e demais cotistas investiam, indiretamente, nas ações do IRB-Brasil Resseguros S.A. Tal companhia é uma sociedade anônima privada de capital aberto, com atividades concentradas nas operações de resseguros no país e no exterior.

Em relação à precificação das ações do IRB detidas pelo FIP Caixa Barcelona, a partir do IPO da companhia, realizado em julho de 2017, era utilizado o critério de marcação a mercado com base no valor de fechamento das ações ordinárias da companhia na B3, uma vez que as mesmas possuem cotação diária.

Em 2019, com a transição do *status* do IRB para a categoria de *corporation*, ou seja, sem um bloco de controle definido (do qual o FIP Barcelona era parte), foi aprovada a liquidação do fundo (concretizada no segundo semestre de 2019) mediante amortização das cotas com a entrega das ações do IRB diretamente aos cotistas. Com tal liquidação, a Petros recebeu o equivalente a 0,75% do capital total da companhia.

5.1.6. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Ao fim do exercício de 2019, a carteira imobiliária da Fundação

alcançou R\$ 3.929.094 (R\$ 4.007.703 em 2018), conforme o quadro a seguir:

	NOTAS	PPSP-R	PPSP-NR	NITRIFLEX	ULTRAFÉRTIL	LANXESS	PP-2	PGA	TOTAL 2019
Terrenos		13.869	4.089	-	-	-	-	-	17.958
Iguatemi Fortaleza T		13.869	4.089	-	-	-	-	-	17.958
Aluguéis e Rendas		2.741.380	808.267	12.506	36.488	19.470	292.799	225	3.911.136
Locadas a Patrocinador(es)		1.070.760	315.702	-	-	-	-	-	1.386.462
Conjunto Pituba		55.592	16.391	-	-	-	-	-	71.983
Conjunto Pituba - Ampliação		748.935	220.815	-	-	-	-	-	969.750
Edifício Ouro Negro		38.665	11.400	-	-	-	-	-	50.065
Edifício Paulista 500		10.004	2.949	-	-	-	-	-	12.953
Horta Barbosa		190.061	56.037	-	-	-	-	-	246.098
Porto Brasilis - 2º E 3º andares		20.427	6.023	-	-	-	-	-	26.450
Lavradio 162 - Loja *		1.532	452	-	-	-	-	-	1.984
Contas a Receber		5.544	1635	-	-	-	-	-	7.179
Locadas a Terceiros		1.308.104	385.682	12.506	26.010	16.711	292.709	135	2.041.858
Business Park Jundiá - Itupeva		290.994	85.796	-	-	-	-	-	376.790
Centro Comercial e Empresarial Jubran		-	-	-	-	-	97.966	-	97.966
Centro Empresarial S.P.		27.972	8.247	-	-	-	-	-	36.219
Centro Empresarial VARIG	6	7.865	2.319	-	9.020	8.871	-	-	28.076
Centro Empresarial Araguaia II		67.516	19.906	-	-	-	-	-	87.422
Centro Século XXI	7 e 8	-	-	-	-	-	-	-	-
Cond. Indl Log Alfredo Braz		-	-	-	-	-	34.000	-	34.000
Condomínio Centro Logístico Raposo		280.612	82.737	-	-	-	-	-	363.348
Condomínio Empresarial Rodoanel		-	-	-	-	-	76.220	-	76.220
Continental Square	1	-	-	-	-	-	-	-	-
ED. Petros-Loja		-	-	-	16.000	-	-	-	16.000
Edifício Ouro Negro Terc.		24.165	7.125	-	-	-	-	-	31.290
Hiper Bompreço Bahia		36.731	10.830	-	-	-	-	-	47.561
Hiper Bompreço Natal		-	-	-	-	-	48.752	-	48.752
Hiper Bom Marche		-	-	12.206	-	-	-	-	12.206
Hiper Casa Forte		63.548	18.736	-	-	-	-	-	82.285
Lavradio 162		52.966	15.616	-	-	-	-	-	68.582
OAB		-	-	-	-	7.431	-	-	7.431

	NOTAS	PPSP-R	PPSP-NR	NITRIFLEX	ULTRAFÉRTIL	LANXESS	PP-2	PGA	TOTAL 2019
Park Avenue	5	-	-	-	-	-	-	-	-
Paulista 500		68.811	20.288	-	-	-	-	-	89.100
Porto Brasilis		131.986	38.915	-	-	-	-	-	170.901
Rio Office Park - 4	2	214	63	254	281	394	944	135	2.284
Rio Office Park - 5	3	9.332	2.751	-	484	-	2.913	-	15.480
São Paulo Headquarters I		242.884	71.612	-	-	-	-	-	314.496
Tentudo		-	-	-	-	-	30.970	-	30.970
Contas a Receber		2.508	741	46	225	15	944	-	4.479
Renda de Participações		358.027	105.560	-	-	-	-	-	463.588
Iguatemi Fortaleza + Expansão		223.812	65.988	-	-	-	-	-	289.800
Shopping Del Rey	4	-	-	-	-	-	-	-	0
Shopping Vitória + Expansão		134.215	39.572	-	-	-	-	-	173.788
Contas a Receber		-	-	-	-	-	-	-	0
Direitos em Alienações Imobiliárias		4.489	1.323	0	10.478	2.759	90	90	19.228
Park Avenue - Unidades Alienadas		810	239	-	-	-	-	-	1.049
C.Empresarial VARIG - Unidades Alienadas		3.678	1.085	-	-	2.577	-	-	7.340
Centro Século XXI - Unidades Alienadas		-	-	-	10.324	-	-	-	10.324
ROP 4 - Unidades Alienadas		-	-	-	-	182	90	-	271
ROP 5 - Unidade Alienada		-	-	-	154	-	-	90	244
TOTAL GERAL		2.755.249	812.356	12.506	36.488	19.470	292.799	225	3.929.094

* Unidades transferidas de Locadas a Patrocinadoras para Locadas a Terceiro no Exercício 2018

IMÓVEL	DATA ALIENAÇÃO	VALOR	VARIAÇÃO IMPACTO NO RESULTADO
1 Ed. Continental Square	28/02/2019	86.100	9.597
2 Lojas 323, 324 e 325 do Rio Office Park 4	12/03/2019	453	14
3 Unidade 115 do Rio Office Park 5	11/04/2019	181	16
4 Participação Shopping Del Rey	24/05/2019	72.500	11.588
5 Salas 801, 905 e 906 do Ed. Park Avenue	05/06/2019	436	42
6 Sala 1202 do Centro Empresarial Varig	05/06/2019	4.695	-60
7 Lojas 02, 03 e 05 do Centro Século XXI	05/06/2019	471	53
8 Unidades 304, 404 e 504 do Centro Século XXI	15/07/2019	201	-4

Em cumprimento à Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a Fundação efetuou a reavaliação dos investimentos imobiliários demonstrados abaixo:

DESCRIÇÃO	2019	2018	IMPACTO RESULTADO (REAVALIAÇÃO) (1)	EMPRESA AVALIADORA	DATA DA AVALIAÇÃO
Terrenos	17.958	11.767	6.191		
Iguatemi Fortaleza T	17.958	11.767	6.191	B	22/08/2019
Aluguéis e Rendas					
Locadas a Patrocinador (es)	1.379.283	1.334.320	44.962		
Conjunto Pituba	71.982	79.657	(7.675)	A	15/07/2019
Edifício Ouro Negro	50.064	50.934	(870)	A	27/07/2019
Edifício Paulista 500	12.953	13.213	(260)	A	31/07/2019
Horta Barbosa	246.098	247.441	(1.343)	A	28/05/2019
Porto Brasilis - 2º e 3º andares	26.450	26.905	(455)	A	17/05/2019
Conjunto Pituba - Ampliação	969.751	914.000	55.751	A	29/11/2019
Lavradio 162 *	1.984	2.170	(186)	A	03/04/2019
Locadas a Terceiros	2.037.380	2.192.085	(71.827)		
Business Park Jundiá - Itupeva	376.790	377.180	(390)	B	21/10/2019
Centro Comercial e Empresarial Jubran	97.966	102.835	(4.869)	A	21/11/2019
Centro Empresarial S.P.	36.219	38.940	(2.721)	D	15/04/2019
Centro Empresarial VARIG	28.076	29.333	(1.257)	E	01/04/2019
Centro Empresarial Araguaia II	87.422	82.133	5.289	A	12/04/2019
Cond. Indl Log Alfredo Braz	34.000	37.974	(3.974)	C	22/11/2019
Condomínio Centro Logístico Raposo	363.348	386.391	(23.043)	A	11/07/2019
Condomínio Empresarial Rodoanel	76.220	77.910	(1.690)	B	21/10/2019

DESCRIÇÃO	2019	2018	IMPACTO RESULTADO (REAVALIÇÃO) (1)	EMPRESA AVALIADORA	DATA DA AVALIAÇÃO
Ed. Petros-Loja	16.000	15.620	380	A	15/04/2019
Edifício Ouro Negro Terc.	31.290	31.834	(544)	A	27/07/2019
Hiper Bompreço Bahia	47.562	49.000	(1.438)	A	19/07/2019
Hiper Bompreço Natal	48.752	63.735	(14.983)	A	28/05/2019
Hiper Bon Marche	12.206	11.700	506	A	18/04/2019
Hiper Casa Forte	82.285	87.890	(5.605)	A	03/10/2019
Lavradio 162	68.582	79.935	(11.353)	A	03/04/2019
OAB	7.431	7.642	(211)	A	01/04/2019
Paulista 500	37.288	38.073	(785)	A	31/07/2019
Paulista 500 - Unidades 31,32,33 e 34	12.953	13.213	(260)	A	31/07/2019
Paulista 500 - Unidades 51,52,53 e 54	12.953	13.213	(260)	A	31/07/2019
Paulista 500 - Unidades 81, 82, 83 e 84	12.953	13.213	(260)	A	31/07/2019
Paulista 500 - Unidades 91, 92, 93 e 94	12.953	13.213	(260)	A	31/07/2019
Porto Brasilis	170.901	173.851	(2.950)	A	17/05/2019
Rio Office Park 4	2.284	2.418	(133)	A	25/03/2019
Rio Office Park 5	15.480	16.321	(841)	A	25/03/2019
São Paulo Headquarters I	314.496	321.462	(6.966)	A	18/04/2019
Tentudo	30.970	24.178	6.792	C	22/10/2019
Renda de Participações	463.588	439.342	85.158		
Iguatemi Fortaleza	120.358	130.147	(9.790)	B	22/08/2019
Iguatemi Fortaleza Expansão	22.925	24.790	(1.865)	B	22/08/2019
Shopping Vitoria	120.269	92.490	27.779	A	28/10/2019
Shopping Vitoria -Exp	53.519	46.310	7.209	A	28/10/2019
Iguatemi Fortaleza Expansão II	146.517	84.693	61.824	B	22/08/2019

* Unidade transferida de Locadas a Terceiro para Locadas a Patrocinadora no Exercício 2018

Avaliadores: A – Câmara de Consultores Associados S/A Ltda / B – Gaiga Engenharia e Consultoria Ltda / C – UrbanoMétrica Ltda / D – Embrap & Praxis Avaliação Patrimonial Ltda / E – UON Consulting Ltda

5.1.7. Carteira de EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

A carteira de empréstimos da Fundação encerrou o ano de 2019 administrando 68.114 contratos, totalizando pouco mais de R\$ 3 bilhões em patrimônio. Desse total, o Plano Petros Sistema Petrobras (PPSP – BD) responde por 63% do número total de contratos, o Plano Petros 2 responde por 33% e os 4% restantes estão distribuídos pelas demais patrocinadoras que possuem empréstimos administrados pela Petros.

	2019	2018
Petros Sistema Petrobras (PPSP-NR)	205.547	323.654
Petros Sistema Petrobras (PPSP-R)	1.493.247	1.906.367
Petros Sistema Petrobras (PPSP-NR Pré-70)	91.951	-
Petros Sistema Petrobras (PPSP-R Pré-70)	306.145	-
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	2.577	2.878
Plano Petros Lanxess	20.247	20.769
Plano Petros Ultrafertil	11.515	14.102
Plano Petros Copesul	5	5
Plano Transpetro	-	18
Plano IBPprev Associados	160	122
Plano Misto Sanasa	3.211	2.711
Plano TERMOprev	18	26
Plano FIEPEprev	2.467	2.765
Plano Petros 2	834.380	781.853
Plano ANAPARprev	3.089	2.963
Plano PTAPrev	1.647	1.810
TOTAL	2.976.206	3.060.043

Observa-se uma retração de 2,7% do patrimônio da carteira quando comparado ao ano de 2018, impactado pelas liquidações dos contratos de empréstimos realizadas de forma antecipada pelos participantes e pelo aumento da provisão para perda, que se mostra necessário à sua provisão em função das inadimplências apuradas no período.

Apesar desse cenário, considerando a característica de cada Plano de Benefícios, a rentabilidade da carteira de empréstimos em 2019 foi superior à meta atuarial. Considerando o Plano Petros Sistema Petrobras (BD) e o Plano Petros 2 (PP-2) a rentabilidade da carteira foi de aproximadamente 11,10% e 11,50%, respectivamente, superando assim a meta atuarial de 9,80% Plano BD e de 9,89% PP-2.

5.1.8. OUTROS REALIZÁVEIS

5.1.8.1. ACORDO DE LENIÊNCIA

Em 2017, o Ministério Público Federal e a J&F Investimentos S.A. (J&F) formalizaram um acordo de leniência em que a J&F responsabilizou-se por atos ilícitos e assumiu, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, o valor de R\$ 10.300.000 a ser pago no prazo de 25 anos. A Fundação é beneficiária do dito acordo, já que, no período de 2008 a 2017, possuía investimentos nas empresas JBS S.A e Eldorado S.A, ambas da J&F.

A Fundação considera que, sob a ótica jurídica e contábil, possui o direito incondicional de receber parte dos montantes a serem ressarcidos por força do acordo de leniência. Desta forma, o montante que cabe a Fundação totaliza R\$ 1.750. Para fins de precificação deste ativo, buscou-se uma metodologia em linha com as melhores práticas de mercado, de forma a considerar uma taxa final de desconto que levasse em consideração o risco de crédito da J&F, bem como o risco de mercado, o qual foi referendado no Comitê de Precificação da Fundação.

5.2. DESENQUADRAMENTO E JUSTIFICATIVA

Os desenquadramentos atualmente existentes referem-se ao estabelecido no artigo 27 inciso III parágrafo primeiro da Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018, o qual prevê que a EFPC deve observar, em relação aos Recursos de cada plano, o limite de 10% para os demais emissores.

Os planos de benefícios Petros Lanxess, Nitriflex, Ultrafertil e PGA

apresentaram desenquadramento para o investimento no Conglomerado Econômico/Financeiro da Vale S.A..

Os Planos Petros do Sistema Petrobras Repactuados e Não Repactuados apresentaram desenquadramento para o investimento no Conglomerado Econômico/Financeiro da Petrobras. Para fins de enquadramento, são considerados, além dos investimentos em Petrobras, o total de sua dívida contratada, total do déficit equacionado e o total do déficit acumulado junto à empresa patrocinadora.

Os desenquadramentos estão sendo monitorados pela Fundação, com plano de ação em execução.

Os demais planos de benefícios administrados pela Fundação estão em conformidade com os percentuais de enquadramento estabelecidos na Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018.

5.3. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E RECUPERAÇÃO DE INVESTIMENTOS

As provisões foram constituídas considerando a inadimplência dos emissores e contrapartes, de acordo com os critérios definidos na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, nas análises de crédito realizadas pela Fundação e laudos de avaliações de investimentos, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	2019	2018
	PROVISÃO	PROVISÃO
Investimentos Mobiliários	1.669.358	1.589.682
Cédula de Crédito Bancário	680.433	289.296
Certificado de Cédula de Crédito Bancário	82.991	52.648
Cédula de Crédito Imobiliário	456.553	410.296
Certificado de Crédito Imobiliário	95.001	79.815
Debêntures	64.730	64.729
Ações	95.864	602.334
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	1.254	-
Fundos de Investimento em Participações	162.911	-
Fundos de Investimentos	26.132	-
Outros	3.489	90.564
Investimentos Imobiliários	19.788	20.224
Locadas a Patrocinadoras	-	32
Locadas a Terceiros	19.788	20.192
Operações com Participantes (Empréstimos)	46.494	23.379
Planos de Benefício Definido	31.349	13.829
Planos de Contribuição Definida / Variável	15.145	9.550
TOTAL	1.735.640	1.633.285

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

A composição do saldo do exigível operacional está demonstrada a seguir:

DESCRIÇÃO	NOTA	2019	2018
Gestão Previdencial		961.970	535.851
Benefícios a Pagar		283.164	255.847
Benefícios a Pagar		9.559	14.064
Créditos de Participantes		270.023	238.213
Saldo de Contas - Retirada de Patrocínio		30.411	41.090
Outros Créditos de Participantes		239.612	197.123
Demais Rubricas		3.582	3.570
Retenções a Recolher		79.684	33.382
Recursos Antecipados		2.147	17.111
Outras Exigibilidades		596.975	229.511
Créditos de Participantes		208	172
Saldo Excedente - Retirada de Patrocínio		11	10
Outros Créditos de Participantes		197	162
Outros	6.1	596.767	229.339
Gestão Administrativa		148.209	151.580
Contas a Pagar		40.909	27.225
Retenções a Recolher		3.540	3.208
Tributos a Recolher	6.2	79.741	83.308
Outras Exigibilidades	6.3	24.019	37.839
Investimentos		14.783	10.212
Derivativos		10.831	-
Investimentos Imobiliários		1.565	1.635
Empréstimos e Financiamentos		1.133	7.915
Relacionados com o Disponível		573	635
Outras Exigibilidades		681	28
TOTAL		1.124.962	697.644

6.1. OUTROS/GESTÃO PREVIDENCIAL

A rubrica outros/gestão previdencial representa créditos de participantes, créditos de patrocinadores, créditos de terceiros e retenções a recolher.

Também estão registrados os valores a pagar referente a operação de transferência de ativos entre os planos PPSP-NR e PPSP-NR Pré-70, bem como entre os planos PPSP-R e PPSP-R Pré-70, através de um ajuste único e transitório entre os planos, nos valores de R\$351.828 e R\$136.560, respectivamente em decorrência da cisão dos planos Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados e Repactuados, para deles segregar os participantes e assistidos do chamado Grupo Pré-70, conforme mencionado na nota explicativa 1.4 e 3.6. Observando os critérios descritos nos incisos I e II, nos termos do art. 36, §4º da Resolução nº 4.661/2018, considerando a aprovação da Diretoria Executiva, Ata DE 2420/2019, após a anuência e considerações do Conselho Fiscal, carta CF 118/2019, o Conselho Deliberativo da Fundação aprovou, conforme Ata 661/2019, a operação de transferência de ativos entre os planos.

6.2. TRIBUTOS A RECOLHER

6.2.1. PIS/COFINS

A Fundação aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), em agosto de 2017, com o objetivo de efetuar o pagamento do referido indébito tributário nas seguintes condições mais favoráveis:

- pagamento à vista de 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 05 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento de agosto a dezembro de 2017, e o restante;
- parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros e de 50% das multas.

Em 31 de dezembro de 2019, esse montante a pagar totaliza R\$ 32.690 (R\$ 36.256 em dezembro de 2018).

Em outubro de 2018, a Fundação impetrou mandado de segurança onde postula o direito de não se submeter à incidência da contribuição social do PIS e da Cofins sobre os recursos por ela arrecadados a título de taxa de carregamento e administração em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2015, bem como reaver os depósitos judiciais realizados na ação e os valores recolhidos indevidamente a esse título desde a referida data. Até 31 de dezembro de 2019 foram depositados judicialmente no referido processo o valor de R\$ R\$ 6.739, a título de PIS, e R\$ 40.179, a título de Cofins, conforme nota explicativa 3.5.

Em 31 de dezembro de 2018, considerando a adesão da Petros ao PERT e a impetração do Mandado de Segurança, em atendimento aos critérios estabelecidos na Resolução CFC NBCTG nº 25 (R2) para o reconhecimento de uma obrigação legal prevista em lei federal, a provisão constituída no exigível contingencial foi revertida para o exigível operacional. O montante em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 47.051 (R\$ 47.051 em dezembro de 2018).

6.3. OUTRAS EXIGIBILIDADES/GESTÃO ADMINISTRATIVA

O total desta rubrica é composto, principalmente, pela provisão de férias a empregados (R\$ 11.319) e depósitos não identificados. O saldo referente aos depósitos não identificado refere-se a valores creditados nas contas bancárias da Fundação sem os correspondentes dados mínimos para identificação do respectivo plano de benefícios ao qual pertencem. Em 2019 foi contratada uma consultoria para agilizar a identificação dos valores creditados, por meio da indicação do processo judicial de origem, gerando uma identificação dos valores de 2018 e dos depósitos realizados durante o exercício. Como resultado do trabalho, obtivemos uma redução de 64% do

saldo desta, cujo saldo em dezembro de 2019 é de R\$ 2.171 (R\$ 5.953 em 2018). O trabalho de identificação pela consultoria continuará sendo realizado ao longo de 2020. Cabe ressaltar que, como esses valores são majoritariamente oriundos de resgates de depó-

sitos realizados pela Fundação no âmbito de processos judiciais, a sua identificação gera a regularização dos Depósitos Judiciais (nota 3.5) e do Exigível Contingencial (nota 7.1).

7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL, CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E ATIVOS CONTINGENTES

7.1 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As provisões decorrentes dos objetos com chance de perda provável, ou seja, aqueles que a Fundação entende que provavelmente terão decisões contrárias à sua tese e provavelmente gerarão desembolsos futuros, estão apresentadas no quadro a seguir:

		2019	CISÃO PRÉ-70	NOVOS PROCESSOS	BAIXA DE PROVISÕES	VARIAÇÃO DE PROVISÕES	HONORÁRIOS DE ÊXITO	RECLASSIFICAÇÃO DE PROVISÕES ¹	REGULARIZAÇÃO DE PROVISÕES (EXERCÍCIOS ANTERIORES)	2018
Gestão Previdencial	7.1	2.875.218	0	180.114	-86.630	-81.284	1.382	-175.707	-1.107.389	4.144.732
PPSP Não Repactuados		709.726	-564.631	79.188	-38.751	-46.560	-	-108.212	-522.976	1.911.669
PPSP Não Repactuados Pré-70		564.631	564.631	-	-	-	-	-	-	-
PPSP Repactuados		950.225	-524.310	97.237	-45.321	-32.054	-	-43.600	-504.513	2.002.786
PPSP Repactuados Pré-70		524.310	524.310	-	-	-	-	-	-	-
Plano Petros Copesul		31.362	-	17	-	-1.063	1.330	-3.378	-40.229	74.683
Plano Petros Ultrafértil		49.677	-	2.606	-2.476	-168	-	6.463	-32.131	75.384
Plano Petros Petroflex		13.515	-	202	-57	-109	52	-6.559	-3.927	23.912
Plano Petros Nitriflex		325	-	-	-	58	-	-2.570	-515	3.352
Plano Petros Braskem		19.250	-	1	-	-1.038	-	-6.928	-418	27.633
Plano Petros PQU		1.661	-	141	-	-72	-	-1.086	-764	3.441
Plano Petros-2		8.112	-	647	-25	-278	-	-8.986	-1.320	18.075
Plano TapmePrev		521	-	76	-	-	-	-1.153	-769	2.368
Outros		1.904	-	-	-	-	-	302	173	1.429
Gestão Administrativa		3.291	-	202	-45	18	-	-3.115	-1.889	8.120
Processos Judiciais	7.2.1	3.291	-	202	-45	18	-	-3.115	-1.889	8.120
TOTAL		2.878.509	0	180.317	-86.675	-81.266	1.382	-178.822	-1.109.278	4.152.852

Em junho de 2019, foi contratada a consultoria externa, para prestação de serviço de saneamento da base processual jurídica e conciliação contábil dos depósitos judiciais, da Gerência Jurídica, com o propósito de termos uma base jurídica que reflita a posição fidedigna dos depósitos judiciais e contingências, por plano de benefícios, com os devidos reflexos nas Demonstrações Contábeis.

Esse saneamento alcançou 49.904 (quarenta e nove mil, novecentos e quatro) processos da base de ativos e encerrados e a conciliação contábil de todos os processos com saldo de depósitos judiciais, possibilitando, inclusive, uma revisão do provisionamento das ações judiciais.

Em relação ao exigível contingencial, foi elaborada a Norma NR-105, para estabelecer critérios de Classificação de Risco dos processos, com base em estudos jurisprudenciais de cada objeto e levando em consideração os diversos entendimentos regionalizados (Jurimetria), além das melhores práticas de mercado. Atualmente, a classificação de riscos dos processos é pelo escritório patrono da causa e casos pontuais, podem ser levados à discussão pelo Comitê composto pelos Gestores do Jurídico e Contabilidade da Fundação, quando necessário.

O saneamento dos depósitos judiciais, conforme nota 3.5, teve um efeito de uma baixa do saldo no montante de R\$1.031.688 e o saneamento das contingências teve um efeito de uma baixa do saldo no montante de R\$ 1.109.278, gerando um efeito no resultado de R\$ 77.590. Adicionalmente, a revisão da NR-105 trouxe um impacto de natureza prospectiva com uma redução no resultado de R\$ 178.822.

7.1.1. Contingências da Gestão Previdencial

Os itens específicos registrados no Exigível Contingencial estão relacionados por objeto conforme demonstrado a seguir:

ACT - Acordo Coletivo de Trabalho / **PCAC** - Plano de Classificação e Avaliação de Cargos / **RMNR** - Remuneração Mínima por Nível e Regime / **PLR** - Participações nos Lucros e Resultados / **PL-DL -1971** - Participação nos Lucros - Decreto Lei

PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS – NÃO REPACTUADOS

GRUPO	DESCRIÇÃO	2019	2018
Grupo 1	Assistidos que almejam: a) incorporação aos benefícios dos níveis concedidos por meio de ACT aos trabalhadores ativos; b) aplicação do novo PCAC; c) incidência nos benefícios do reajuste aplicado à tabela da RMNR; d) recebimento dos abonos contingenciais da PLR e da Gratificação Contingente, concedidos aos ativos por ACT.	295.136	968.970
Grupo 2	Empregados da Petrobras não inscritos na Fundação (retardatários) ou inscritos no Plano por força de decisão do Conselho de Administração da Petrobras, que permitiu o ingresso na Fundação (inscrição tardia) e que postulam o pagamento apenas da joia equivalente às contribuições não recolhidas, com base no salário da época e a liberação do segundo teto do salário de participação (INSS).	2.946	36.440
Grupo 3	Ações envolvendo assistidos e diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, a inclusão no cálculo da suplementação da parcela intitulada PL-DL-1971 bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no artigo 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício e aplicação de regulamentos e limite etário.	346.409	780.928
Grupo 4	Outras demandas judiciais	65.235	125.331
TOTAL		709.726	1.911.669

PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS – NÃO REPACTUADOS PRÉ-70

GRUPO	DESCRIÇÃO	2019	2018
Grupo 1	Assistidos que almejam: a) incorporação aos benefícios dos níveis concedidos por meio de ACT aos trabalhadores ativos; b) aplicação do novo PCAC; c) incidência nos benefícios do reajuste aplicado à tabela da RMNR; d) recebimento dos abonos contingenciais da PLR e da Gratificação Contingente, concedidos aos ativos por ACT.	260.045	-
Grupo 2	Empregados da Petrobras não inscritos na Fundação (retardatários) ou inscritos no Plano por força de decisão do Conselho de Administração da Petrobras, que permitiu o ingresso na Fundação (inscrição tardia) e que postulam o pagamento apenas da joia equivalente às contribuições não recolhidas, com base no salário da época e a liberação do segundo teto do salário de participação (INSS).	8.713	-
Grupo 3	Ações envolvendo assistidos e diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, a inclusão no cálculo da suplementação da parcela intitulada PL-DL-1971 bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no artigo 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício e aplicação de regulamentos e limite etário.	274.251	-
Grupo 4	Outras demandas judiciais	21.622	-
TOTAL		564.631	-

PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS – REPACTUADOS

GRUPO	DESCRIÇÃO	2019	2018
Grupo 1	Assistidos que almejam: a) incorporação aos benefícios dos níveis concedidos por meio de ACT aos trabalhadores ativos; b) aplicação do novo PCAC; c) incidência nos benefícios do reajuste aplicado à tabela da RMNR; d) recebimento dos abonos contingenciais da PLR e da Gratificação Contingente, concedidos aos ativos por ACT.	323.493	934.604
Grupo 2	Empregados da Petrobras não inscritos na Fundação (retardatários) ou inscritos no Plano por força de decisão do Conselho de Administração da Petrobras, que permitiu o ingresso na Fundação (inscrição tardia) e que postulam o pagamento apenas da joia equivalente às contribuições não recolhidas, com base no salário da época e a liberação do segundo teto do salário de participação (INSS).	16	18.237
Grupo 3	Ações envolvendo assistidos e diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, a inclusão no cálculo da suplementação da parcela intitulada PL-DL-1971 bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no artigo 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício e aplicação de regulamentos e limite etário.	498.065	936.856
Grupo 4	Outras ações judiciais que não se enquadram nos grupos anteriores.	128.652	113.089
TOTAL		950.225	2.002.786

PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS – REPACTUADOS PRÉ-70

GRUPO	DESCRIÇÃO	2019	2018
Grupo 1	Assistidos que almejam: a) incorporação aos benefícios dos níveis concedidos por meio de ACT aos trabalhadores ativos; b) aplicação do novo PCAC; c) incidência nos benefícios do reajuste aplicado à tabela da RMNR; d) recebimento dos abonos contingenciais da PLR e da Gratificação Contingente, concedidos aos ativos por ACT.	255.574	0
Grupo 2	Empregados da Petrobras não inscritos na Fundação (retardatários) ou inscritos no Plano por força de decisão do Conselho de Administração da Petrobras, que permitiu o ingresso na Fundação (inscrição tardia) e que postulam o pagamento apenas da joia equivalente às contribuições não recolhidas, com base no salário da época e a liberação do segundo teto do salário de participação (INSS).	3.144	0
Grupo 3	Ações envolvendo assistidos e diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, a inclusão no cálculo da suplementação da parcela intitulada PL-DL-1971 bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no artigo 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício e aplicação de regulamentos e limite etário.	243.840	0
Grupo 4	Outras ações judiciais que não se enquadram nos grupos anteriores.	21.751	0
TOTAL		524.310	0

PLANO PETROS COPESUL

GRUPO	DESCRIÇÃO	2019	2018
Grupo 1	Ações em que se discute a validade/legalidade do Redutor etário (Limite de idade).	6.783	43.210
Grupo 2	Ações envolvendo assistidos e diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas e teto.	11.559	19.085
Grupo 3	Outras ações judiciais que não se enquadram nos grupos anteriores.	13.020	12.387
TOTAL		31.362	74.683

PLANO PETROS ULTRAFÉRTIL

GRUPO	DESCRIÇÃO	2019	2018
Grupo 1	Almejam a desconsideração do limite/redutor etário previsto no Decreto nº 81.240/78 e no Regulamento do Plano de Benefícios e reserva especial.	3.996	2.544
Grupo 2	Envolvem diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no art. 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício, aplicação de regulamentos.	33.353	54.616
Grupo 3	Discutem a devolução da reserva de poupança, sua forma de cálculo (cálculo atuarial), índices de correção monetária utilizados, expurgos inflacionários, a devolução de 50% (cinquenta por cento) das contribuições destinadas pelo Patrocinador, e o valor da reserva propriamente dito, quando considerado todo o período de contribuição.	1.189	5.170
Grupo 4	Outras demandas judiciais, em especial: nível, PCAC, ações com reflexo trabalhista, RMNR, INSS, PL-DL 1971.	11.139	13.054
TOTAL		49.677	75.384

PLANO PETROS LANXESS

GRUPO	DESCRIÇÃO	2019	2018
Grupo 1	Buscam o recebimento de benefícios no valor equivalente à remuneração atual dos diretores da empresa patrocinadora, desconsiderando o teto regulamentar.	20	73
Grupo 2	Envolvem diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no art. 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício, aplicação de regulamentos.	4.334	11.014
Grupo 3	Discutem a devolução da reserva de poupança, sua forma de cálculo (cálculo atuarial), índices de correção monetária utilizados, expurgos inflacionários, a devolução de 50% (cinquenta por cento) das contribuições destinadas pelo patrocinador, e o valor da reserva propriamente dito, quando considerado todo o período de contribuição.	57	880
Grupo 4	Outras demandas judiciais, em especial: retirada de patrocínio, nível, PCAC - Plano de Classificação e Avaliação de Cargos, ações com reflexo trabalhista, RMNR – Remuneração Mínima por Nível e Regime, INSS, PL-DL 1971, abono contingencial, pré-70.	9.104	11.945
TOTAL		13.515	23.912

PLANO PETROS NITRIFLEX/LANXESS

DESCRIÇÃO	2019	2018
Em sua maioria, as ações judiciais do Plano Petros Nitriflex/Lanxess são decorrentes de questionamentos dos participantes e assistidos sobre a devolução da reserva de poupança, sua forma de cálculo (cálculo atuarial), índices de correção monetária utilizados, expurgos inflacionários, a devolução de 50% (cinquenta por cento) das contribuições destinadas pelo patrocinador, e o valor da reserva propriamente dito, quando considerado todo o período de contribuição e representam 80% (oitenta e oito por cento) das provisões.	325	3.352

PLANO PETROS BRASKEM

GRUPO	DESCRIÇÃO	2019	2018
Grupo 1	Envolvem diversas situações sobre a suplementação de aposentadoria: especial, por invalidez, por tempo de serviço ou relativas ao cálculo, inclusão de parcelas, expurgos inflacionários, retroação, concessão, revisão do benefício, aplicação de regulamentos e/ou tabelas, teto, bem como ações de pensionistas pretendendo o recálculo do benefício, com fundamento no art. 31 do Regulamento do Plano de Benefícios (RPB), inclusão e exclusão de beneficiários, revisão do benefício, aplicação de regulamentos, fundos individuais de retirada.	17.579	26.933
Grupo 2	Questionam a retirada de patrocínio do plano e os valores/critérios dos cálculos dos Fundos de Retirada.	15	5
Grupo 3	Outras ações judiciais que não se enquadram nos grupos anteriores.	1.656	695
TOTAL		19.250	27.633

PLANO PETROS PQU

DESCRIÇÃO	2019	2018
Em sua maioria, as ações judiciais do Plano Petros PQU questionam devolução da reserva de poupança, o cálculo de suplementação de aposentadoria e de pensão, bem como a própria retirada de patrocínio.	1.661	3.441

PLANO PETROS-2

GRUPO	DESCRIÇÃO	2019	2018
Grupo 1	Predominantemente são ações judiciais em que os ex-participantes pleiteiam o reingresso no Plano Petros do Sistema Petrobras ("PPSP").	3.359	3.882
Grupo 2	Ações judiciais em que os participantes pleiteiam verbas trabalhistas em relação aos patrocinadores e que causarão reflexos no benefício que recebem pela Petros.	2.240	2.710
Grupo 3	Ações judiciais em que os ex-participantes pleiteiam a devolução das contribuições feitas à Petros a título de reserva de poupança.	131	520
Grupo 4	Outras ações judiciais que não se enquadram nos grupos anteriores.	2.382	10.964
TOTAL		8.112	18.075

PLANO TAPMEPREV

DESCRIÇÃO	2019	2018
As provisões do Plano TapmePrev se referem aos casos em que os ex-participantes pleiteiam a devolução de valores a título de reserva de poupança.	521	2.368

7.1.2. Contingências da Gestão Administrativa

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo no valor de R\$ 3.291 (R\$ 8.120 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à demandas judiciais a seguir discriminadas:

GRUPO	DESCRIÇÃO	2019	2018
Grupo 1	Processos de natureza trabalhista (ex-empregados da Fundação).	1.987	3.323
Grupo 2	Processos de natureza previdenciária (empregados e ex-empregados da Fundação).	1.219	1.895
Grupo 3	Processos de natureza tributária.	0	324
Grupo 4	Outras demandas judiciais.	86	2.578
TOTAL		3.291	8.120

7.1.3. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS COM PROBABILIDADE DE PERDA POSSÍVEL

Nos processos judiciais e administrativos em que o risco de perda é classificado como possível, a Fundação não realiza a constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa, conforme o quadro a seguir:

	2019	2018
Plano PPSP/Não Repactuado	78.776	866.845
Plano PPSP/Repactuado	51.734	905.999
Plano PPSP/Não Repactuado - Pré 70	49.112	0
Plano PPSP/Repactuado - Pré 70	14.093	0
Plano Petros PQU	0	3.931
Plano Petros Braskem	0	132.117
Plano Petros COPEL	1.055	53.489
Plano Petros Petroflex	35.892	94.888
Plano Petros Nitriflex/Lanxess	2.456	7.868
Plano Petros Ultrafértil	636	18.356
Plano Petros 2	8.534	10.092
Plano Transpetro	260	309
Plano TAPMEPrev	820	3.835
Plano ANAPARprev	0	302
Plano CROprev	0	309
Plano CRAprev	0	309
Plano FIEPEprev	0	4
Plano Liquigás	0	5
Plano PTAPrev	0	155
Plano SIMEPREV	0	155
Plano Prevtran (*)	0	161
Plano PreviContas	0	155
Plano DBA	0	28
Plano Eldorado Prev	662	309
Plano Gasprev	0	176
Plano Prevfiopa	87	148
Plano Repsol YPF	0	155
Plano Culturaprev	76	237
Gestão Administrativa	2.208	16.886
TOTAL	246.397	2.117.223

* Plano transferido

Os processos judiciais e administrativos identificados como perda possível referem-se a assuntos diversos, em sua maioria relacionados ao regulamento do plano de benefícios, especialmente interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria.

7.2. AÇÕES JUDICIAIS CONTRÁRIAS AO PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DOS PLANOS PPSP-R E PPSP-NR

A Fundação figura no polo passivo de ações judiciais nas quais os participantes e assistidos dos planos PPSP-R e PPSP-NR questionam o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico acumulado de 2015 ("PED").

Até 31 de dezembro de 2019, foram propostas 766 ações questionando o PED.

Em setembro de 2019, foi concedida decisão liminar do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendendo os efeitos de todas as liminares vigentes e contrárias à cobrança de contribuição extraordinária de que trata o PED.

A expectativa de perda para as ações judiciais que questionam o PED é remota.

As ações propostas contra o PED vêm sendo postuladas de forma estratégica, inclusive com o envolvimento da Previc nas demandas coletivas.

7.3. AÇÕES JUDICIAIS CONTRÁRIAS AO PLANO DE EQUACIONAMENTO DO PLANO ULTRAFÉRTIL

A Fundação figura no polo passivo de ações judiciais nas quais os participantes e assistidos do Plano Petros Ultrafértil questionam o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico acumulado de 2016 ("PED").

Até 31 de dezembro de 2019, foram propostas oito (8) ações questionando o PED.

A expectativa de perda para as ações judiciais que questionam o PED é remota.

7.4. ATIVOS CONTINGENTES

7.4.1. AÇÃO JUDICIAL SOBRE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS – OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - OFNDs

A Fundação, juntamente com outras entidades, por força do Decreto-lei nº 2.288, de 24 de julho de 1986, adquiriu Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, com prazo de 10 anos e variação equivalente à OTN-Obrigações do Tesouro Nacional. Em 1991, a Abrapp (como substituta processual da Petros) ajuizou ação ordinária em face do FND (Fundo Nacional de Desenvolvimento), do BNDES e da União Federal para obter ressarcimento pelos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 à fevereiro de 1991. A Abrapp obteve ganho de causa na referida ação. Em 2012, a União Federal ajuizou ação rescisória buscando rescindir a decisão favorável à Abrapp (e por consequência à Fundação) na ação ordinária citada, que foi rejeitada no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Por conta do ganho de causa na ação ordinária, a Abrapp ajuizou, em 2015, ação de liquidação em face da União Federal, de forma a que seja reconhecido por decisão judicial o montante exato devido à Fundação. A ação encontra-se em fase de produção de prova pericial, que não foi concluída, estando ainda aberto o debate em torno do valor devido. No exercício, não houve movimentação relevante no processo.

7.4.2. ARBITRAGENS

A Fundação é parte requerente em sete (7) arbitragens de caráter sigiloso (inclusive contra patrocinadores) que poderão significar, no futuro, recebimento de valores pelos planos de benefícios administrados pela Fundação.

8. PATRIMÔNIO SOCIAL

8.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelos atuários dos planos de benefícios, conforme Parecer Atuarial aprovado pelo Conselho Deliberativo e representam, na época da sua apuração, os compromissos futuros assumidos junto aos seus participantes ativos dos planos de benefícios, nas provisões relativas a benefícios a conceder, e aos assistidos, nas relativas a benefícios concedidos.

	2019	2018
Benefícios Concedidos	91.941.651	82.084.447
Contribuição Definida	596.728	552.074
Saldo de contas dos Assistidos	596.728	552.074
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	91.344.923	81.532.373
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	81.680.248	72.923.736
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	9.664.675	8.608.637
Benefícios a Conceder	46.725.343	40.781.410
Contribuição Definida	25.125.265	20.300.187
Saldo de contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	13.005.382	10.553.367
Saldo de contas - Parcela Participantes	12.119.883	9.746.820
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	20.947.783	19.963.799
Valor atual dos Benefícios Futuros Programados	23.553.290	22.460.090
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(2.297.708)	(2.214.904)
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(307.799)	(281.387)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado	652.295	517.424
Valor atual dos Benefícios Futuros não Programados	1.259.936	1.125.608
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(307.508)	(309.898)
(-) Valor atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(300.133)	(298.286)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(32.821.023)	(30.058.691)
(-) Déficit Equacionado	(32.821.023)	(30.058.691)
(-) Patrocinador(es)	(16.044.408)	(14.682.621)
(-) Participantes	(7.042.851)	(6.439.971)
(-) Assistidos	(9.733.764)	(8.936.099)
TOTAL	105.845.971	92.807.166

8.1.1. Duração do Passivo

A duração do passivo corresponde ao prazo médio de pagamento dos benefícios do plano, ponderado pelo montante de benefícios pago a cada ano e considerando estes benefícios reduzidos pelas contribuições normais e extraordinárias pagas pelas patrocinadoras e pelos participantes do plano.

8.1.2. Taxa de juros parâmetro

A Portaria Previc nº 300, de 12 de abril de 2019, divulgou a Taxa de Juros Parâmetro a ser utilizada nas avaliações atuariais para o encerramento do exercício de 2019. Esta taxa visa indicar qual a taxa de juros média que melhor fica alinhada com a duração do passivo dos planos de benefícios, observando o cenário econômico brasileiro. A Portaria divulga também os limites inferiores e superiores a serem adotados para a definição da taxa de juros, conforme demonstrativo abaixo:

PLANO	PORTARIA PREVIC Nº 300				
	DURAÇÃO DO PASSIVO EM ANOS	LIMITANTE INFERIOR	TAXA DE JUROS PARÂMETRO	LIMITANTE SUPERIOR	TAXA DE JUROS ANUAL (AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2019)
AduanaPrev	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,12%
Alesat	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,12%
ANAPARprev	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,27%
Cachoeira Dourada	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,12%
CRAPrev	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,12%
CRCPrev	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,12%
CROPrev	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,12%
CulturaPrev	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,12%
EldoradoPrev	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,12%
FenajPrev	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,12%
FiepePrev	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,27%
GasPrev	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,12%
IBAPrev	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,12%
IBPPrev Associados	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,09%
Liquigás	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,12%
Misto Sanasa	10,19	4,09%	5,84%	6,24%	4,57%
Petro_RG	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,12%
Petros-2	18,38	4,11%	5,87%	6,27%	5,29%
Petros do Sistema Petrobras - Repactuados	13,98	4,10%	5,86%	6,26%	4,43%
Petros do Sistema Petrobras - Não Repactuados	13,23	4,10%	5,85%	6,26%	4,37%

PLANO	DURAÇÃO DO PASSIVO EM ANOS	LIMITANTE INFERIOR	TAXA DE JUROS PARÂMETRO	LIMITANTE SUPERIOR	TAXA DE JUROS ANUAL (AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2019)
Petros do Sistema Petrobras - Repactuados Pré-70	7,50	4,07%	5,81%	6,21%	5,27%
Petros do Sistema Petrobras - Não Repactuados Pré-70	7,58	4,07%	5,81%	6,21%	5,27%
Petros Lanxess	9,99	4,09%	5,84%	6,24%	4,10%
Petros Nitriflex/Lanxess	9,53	4,08%	5,83%	6,23%	4,13%
Petros Ultrafértil	12,49	4,10%	5,85%	6,25%	4,13%
PREV-ESTAT	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,12%
PrevFIEA	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,12%
PrevFIEPA	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,12%
PreviContas	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,12%
Previtália	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,12%
PTAPrev	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,27%
Repsol	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,12%
Simeprev	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,12%
SindMed-RJ	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,12%
SulgasPrev	25,01	4,12%	5,88%	6,28%	4,13%
TapmePrev	11,68	4,09%	5,85%	6,25%	5,09%
TERMOprev	10,00	4,09%	5,84%	6,24%	4,27%

8.1.3. Premissas e hipóteses atuariais

As principais motivações das alterações das premissas e os efeitos ocorridos são:

PREMISSA	MOTIVAÇÕES DA MUDANÇA	EFEITOS
Crescimento Real de Salário	Atualizada em função das informações prestadas pelas patrocinadoras conforme previsto no art. 3º, §2º da Resolução CNPC 30, de 30/11/2019.	A majoração desta premissa incrementa o valor da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.
Taxa de Juros	Estabelecida em função dos Estudos Técnicos de Convergência das Taxas Real Anual de Juros que considera, dentre outras premissas, o cálculo de volatilidade dos ativos, projeções macroeconômicas, projeções de rentabilidade dos ativos, fluxo do passivo etc.	A redução da taxa de juros eleva o valor de todas as Provisões Matemáticas.
Tábuas Biométricas	Considera as mudanças ocorridas na movimentação das massas e a dinâmica populacional, com o objetivo de refletir adequadamente com as características biométricas dos participantes e assistidos do plano.	Para os eventos de mortalidade de válidos e inválidos, quanto maior a longevidade, maior o incremento das Provisões Matemáticas para os benefícios pagos sob a forma vitalícia. Para o evento de entrada em invalidez, o aumento de sua probabilidade eleva a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder referente ao benefício de invalidez.
Fator de Determinação/Capacidade	Decorre da expectativa de mercado para a inflação.	A elevação do Fator de Determinação/Capacidade gera o aumento das Provisões Matemáticas.
Composição Familiar	Atualização em função do conjunto de beneficiários considerado no Estudo Técnico e utilizado na apuração dos compromissos decorrentes de morte (Pensão).	Com base na composição familiar são apuradas as anuidades para o cálculo dos compromissos decorrentes de morte. Assim, o aumento dessa anuidade provoca a majoração dos compromissos dos benefícios de pensão a conceder.
Rotatividade	Atualizada em função das informações prestadas pelas patrocinadoras conforme previsto no art. 3º, §2º da Resolução CNPC 30, de 30/11/2019.	O aumento da rotatividade reduz o valor das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder.

As principais premissas e hipóteses atuarias adotadas nos planos de benefícios são descritas por plano nos itens abaixo e resumem as informações obtidas dos cadastros disponibilizados, cuja coerência e consistência dos dados foram consideradas satisfatórias após aplicação de testes julgados necessários.

Para os planos PPSP-R, PPSP-R Pré-70, PPSP-NR e PPSP-NR Pré-70, a partir da Avaliação Atuarial de 2019 foi adotada nova metodologia para estimativa do Tempo de Vinculação Previdenciária (TVP) que passou a considerar o tempo real de vinculação à Previdência Social.

8.1.3.1. PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS

As premissas utilizadas nas Avaliações Atuariais de 2019 foram aprovadas conforme abaixo:

PPSP-R, PPSP-R PRÉ-70, PPSP-NR E PPSP-NR PRÉ-70	
Atas de Aprovação pela Diretoria Executiva	DE 2399, item 10, de 10/09/2019, DE 2407, item 2, de 15/10/2019 e DE 2412, item 13, de 5/11/2019.
Atas de Recomendação COSEG	04, item 14, de 25 e 26/09/2019, 05, item 3, de 23/10/2019 e 08, item 1, de 18/11/2019.
Atas de Aprovação pelo Conselho Deliberativo	CD 652, item 16, de 30/09/2019, CD 655, item 12, de 30/10/2019 e CD 658, item 3, de 25/11/2019.
Memorandos com as propostas	GAP-323/2019 de 30/09/2019 e GAP-369/2019 de 25/10/2019.

PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS-REPACTUADOS

PREMISSA	2019	2018
Mortalidade Geral	Experiência Petros 2013	Experiência Petros 2013
Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Taxa de Juros	4,43% a.a.	5,27% a.a.
Composição Familiar	Assistidos: Família real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados 5 anos (homem mais velho) Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((75-x)/2;0)$	Assistidos: Família Real Ativos: Família média estimada: 90% de casados; 5 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MÁX}((75-x)/2;0)$.
Rotatividade	0,00%	0,00%
Taxa de Crescimento Real de Salários Anual	Petrobras: 0,952% a.a. Petros: 1,500% a.a. BR: 1,300% a.a.	Petrobras: 1,479% para 2019 e 1,267% a.a. a partir de 2020. BR: 1,400% a.a. Petros: 1,500% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Benefícios Anual	Não Aplicável	Não Aplicável

PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS-REPACTUADOS PRÉ-70

PREMISSA	2019	2018
Mortalidade Geral	Experiência Petros 2016	
Mortalidade de Inválidos	MI-2006 (-20%) por sexo	
Entrada em Invalidez	Não aplicável	
Taxa de Juros	5,27% a.a.	A Cisão do público Pré-70 foi realizada em 31/12/2019. Portanto, não foram estabelecidas premissas para esse público em 2018.
Composição Familiar	Assistidos: Família real; Ativos: Não aplicável.	
Rotatividade	Não aplicável	
Taxa de Crescimento Real de Salários Anual	Não aplicável	
Taxa de Crescimento Real de Benefícios Anual	Não aplicável	

PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS-NÃO REPACTUADOS

PREMISSA	2019	2018
Tábua de Mortalidade Geral	Experiência Petros 2020	Experiência Petros 2017
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Taxa Real de Juros Anual	4,37%	5,27%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Petrobras: 0,703% a.a. Petros: Não aplicável BR: 1,300% a.a.	Petrobras: 1,336% para 2019 e 1,182% a.a. a partir de 2020. BR: 1,510% a.a. Petros: 1,500% a.a.
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	Petrobras: 0,00% a.a. Petros: 0,00% a.a. BR: 0,00% a.a.	Petrobras: 0,00% a.a. Petros: 0,00% a.a. BR: 0,00% a.a.
Composição Familiar de Pensionistas	Assistidos: Família real; Ativos: Família média, sendo: 80% de casados 4 anos (homem mais velho) Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((80-x)/2;0)$	Assistidos: Família Real Ativos: Família média estimada: 90% de casados; 5 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MÁX}((80-x)/2;0)$.
Taxa de Rotatividade Anual	0,00%	0,00%

PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS–NÃO REPACTUADOS PRÉ-70

PREMISSA	2019	2018
Tábua de Mortalidade Geral	Experiência Petros 2020	
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-2006 (-20%) por sexo	
Tábua de Entrada em Invalidez	Não aplicável	
Taxa Real de Juros Anual	5,27% a.a.	
Composição Familiar de Pensionistas	Assistidos: Família real; Ativos: Não aplicável.	A Cisão do público Pré-70 foi realizada em 31/12/2019. Portanto, não foram estabelecidas premissas para esse público em 2018.
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Não aplicável	
Taxa de Crescimento Real de Benefício Anual	Petrobras: 0,00%	
Taxa de Rotatividade Anual	Não aplicável	

8.1.3.2. PLANOS PETROS LANXESS, PETROS NITRIFLEX/LANXESS E PETROS ULTRAFÉRTIL

As premissas utilizadas nas Avaliações Atuariais de 2019 foram aprovadas conforme abaixo:

PLANOS PETROS LANXESS, PETROS NITRIFLEX/LANXESS E PETROS ULTRAFÉRTIL		
Atas de Aprovação pela Diretoria Executiva	DE 2399, item 10 de 10/09/2019, DE 2402, item 4, de 20/09/2019, DE 2407, item 3, de 15/10/2019 e DE 2422, item 3, de 23/12/2019.	
Atas de Recomendação COSEG	04, item 15, de 25 e 26/09/2019, 05, item 4, de 23/10/2019 e 10, item 2 e 3, de 26/12/2019.	
Atas de Aprovação pelo Conselho Deliberativo	CD 652, item 17, de 30/09/2019, CD 655, item 13, de 30/10/2019 e CD 661, item 1, de 27/12/2019.	
Memorandos com as propostas	GAP-294/2019 de 2/09/2019, GAP-315/2019 de 19/09/2019 e GAP-326/2019 de 30/10/2019.	

PLANO PETROS LANXESS

PREMISSA	2019	2018
Mortalidade Geral	AT-2000 por sexo	AT-2000 por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT-49 por sexo	AT-49 por sexo
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa de Juros	4,10% a.a.	5,02% a.a.
Composição Familiar	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((77-x)/2;0)$.	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 95% de casados; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}(76-x)/2;0)$.
Rotatividade	0,00%	0,00%
Taxa de Crescimento Real de Salários Anual	Arlanexo: 0,00%	Arlanexo: 0,00%
Taxa de Crescimento Real de Benefícios Anual	Arlanexo: 0,00%	Arlanexo: 0,00%

PLANO PETROS NITRIFLEX/LANXESS

PREMISSA	2019	2018
Mortalidade Geral	AT-2000 por sexo	AT-2000 por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT-49 por sexo	AT-49 por sexo
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa de Juros	4,13 % a.a.	4,45% a.a.
Composição Familiar	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((77-x)/2;0)$.	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 95% de casados; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}(76-x)/2;0)$.
Rotatividade	0,00%	0,00%
Taxa de Crescimento Real de Salários Anual	Lanxess: N/A Nitriflex: 0,00%	Lanxess: N/A Nitriflex: 0,00%
Taxa de Crescimento Real de Benefícios Anual	Lanxess: 0,00% Nitriflex: 0,00%	Lanxess: 0,00% Nitriflex: 0,00%

PLANO PETROS ULTRAFÉRTIL

PREMISSA	2019	2018
Mortalidade Geral	AT-2000 por sexo	AT-2000 por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT-49 por sexo	AT-49 por sexo
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa de Juros	4,13 % a.a.	4,93 % a.a.
Composição Familiar	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 90% de casados; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}((77-x)/2;0)$.	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média, sendo: 95% de casados; 4 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MAX}(76-x)/2;0)$.
Rotatividade	0,00%	0,00%
Taxa de Crescimento Real de Salários Anual	Ultrafértil: 0,00% Vale Fertilizantes: 0,00% Araucária: 0,703%	Ultrafértil: 0,00% Vale Fertilizantes: 0,00% Araucária: 1,336% a.a. em 2019 e 1,182% a.a. partir do ano de 2020
Taxa de Crescimento Real de Benefícios Anual	Ultrafértil: 0,00% Vale Fertilizantes: 0,00% Araucária: 0,00%	Ultrafértil: 0,00% Vale Fertilizantes: 0,00% Araucária: 0,00%

8.1.3.3. PLANO PETROS-2 (PP-2)

As premissas utilizadas nas Avaliações Atuariais de 2019 foram aprovadas conforme abaixo:

PP-2	
Atas de Aprovação pela Diretoria Executiva	DE 2414, de 12/11/2019.
Atas de Recomendação COSEG	08, item 5, de 18/11/2019.
Atas de Aprovação pelo Conselho Deliberativo	CD 658, item 7, de 25/11/2019.
Memorandos com as propostas	GAP-374/2019 de 29/10/2019.

PREMISSA	2019	2018
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Feminina suavizada em 10%	AT-2000 Feminina suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57	IAPB- 57
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana desagravada em 40%	Grupo Americana desagravada em 40%
Taxa Real de Juros Anual	5,29%	5,35%
Tábuas de Morbidez	Suavização Transpetro	Suavização Transpetro
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	Petros: 1,50% a.a. BR e Stratura: 1,30% a.a. Transpetro: 2,644% a.a. PB-LOG: 0,00% Petrobras e Demais Patrocinadoras: 2,644% a.a.	Petrobras e demais patrocinadores: 3,141% para 2019 e 2,721% a partir de 2020 Petros: 1,500% BR e Stratura: 2,10% Transpetro: 2,528%
Composição Familiar de Pensionistas	Assistido: Família real; Ativos: Família média, sendo: 81% de casados; 2,5 anos (homem mais velho); Estimado por $Z = 21 - \text{MÁX}((65 - x)/2;0)$.	Assistidos: Família Real; Ativos: Família média estimada: 85% de casados; 4 anos (homem mais velho); $Z = 21 - \text{MAX}(67-x)/2;0)$.
Taxa de Rotatividade Anual	0,81%	0,00%

8.1.3.4. PLANO MISTO SANASA E TAPMEPREV

As premissas utilizadas nas Avaliações Atuariais de 2019 foram aprovadas conforme abaixo:

PLANO MISTO SANASA E TAPMEPREV	
Atas de Aprovação pela Diretoria Executiva	DE 2399, de 10/09/2019 e DE 2402, de 20/09/2019.
Atas de Recomendação COSEG	04, item 16, de 25 e 26/09/2019.
Atas de Aprovação pelo Conselho Deliberativo	CD 652, item 18, de 30/09/2019.
Memorandos com as propostas	GAP-283/2019, de 28/08/2019 e GAP-313/2019, de 19/09/2019.

PLANO MISTO SANASA

PREMISSA	2019	2018
Tábua de Mortalidade Geral	AT-1983 IAM Feminina	AT-1983 IAM Feminina
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Composição Familiar de Pensionistas	Assistido: Família Real Ativo: Família Real	Assistido: Família Real Ativo: Família Real
Taxa Real de Juros Anual	4,57%	5,08%

PLANO TAPMEPREV

PREMISSA	2019	2018
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMSsb-2015 por sexo	BR-EMSsb-2015 por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de Entrada em Invalidez	Mercer Disability Feminina	Mercer Disability Feminina
Taxa Real de Juros Anual	5,09%	5,22%
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	0,74%	3,53%
Composição Familiar de Pensionistas	Concedido: Família real; A conceder: Família média, sendo: 60% de casados 4 anos (homem mais velho) Estimado por $Z = \text{MÁX}(24 - \text{MÁX}((77 - x)/2; 0); 0)$	Assistidos: Família Real Ativos: Família média estimada: 90% casados; Cônjuge 3 anos (homem mais velho) Idade dep. Temp mais jovem igual a: $24 - \text{máx}((76 - x)/2; 0)$
Taxa de Rotatividade Anual	0,00%	0,00%

8.1.3.5. DEMAIS PLANOS

As premissas utilizadas nas Avaliações Atuariais de 2019 dos planos AduanaPrev, Alesat, AnaparPrev, Cachoeira Dourada, CRAPrev, CRCPrev, CROPrev, CulturaPrev, Eldorado Prev, FenajPrev, FiepePrev, Gasprev, IBAPrev, IBPPrev Associados, Liquigás, Petro RG, Prev-Estat, PrevFiepa, PreviContas, PreviFiea, Prevtália, PTAPrev, Repsol, Simeprev, SindMed/RJ, SulgasPrev e Termoprev foram aprovadas conforme abaixo:

OUTROS PLANOS	
Atas de Aprovação pela Diretoria Executiva	DE 2393 de 13/08/2019 e DE 2399 de 10/09/2019.
Atas de Recomendação COSEG	04, item 09, de 20/08/2019 e 09, item 12, de 25 e 26/09/2019.
Atas de Aprovação pelo Conselho Deliberativo	CD 650, de 28/08/2019 e CD 652, de 30/09/2019.
Memorandos com as propostas	GAP-261/2019, de 05/08/2019 e GAP-305/2019, de 05/09/2019.

PLANO SULGASPREV

PREMISSA	2019	2018
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Básica ponderada (70% M & 30% F)	AT-2000 ponderada por sexo (70% M & 30% F)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Experiência IAPC	Experiência IAPC
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Taxa de Crescimento Real de Salário Anual	1,45%	0,00%
Taxa Real de Juros Anual	4,13%	4,38%

DEMAIS PLANOS

PLANO	TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL (VIII)	TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS (VIII)	TAXA REAL DE JUROS ANUAL (AVALIAÇÃO 2019)	TAXA REAL DE JUROS ANUAL (AVALIAÇÃO 2018)
Plano Aduanaprev	AT-2000 por sexo	Não aplicável	4,12%	4,42%
Plano ALESAT	AT-2000 ponderada por sexo (70%M + 30%F)	Não aplicável	4,12%	4,42%
Plano ANAPARprev	Experiência Petros 2013	AT-83 Masculina	4,27%	4,47%
Plano Cachoeira Dourada	AT-83 Masculina suavizada em 10%	EX-IAPC	4,12%	4,42%
Plano CRAprev	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	4,12%	4,42%
Plano CRCprev	AT-2000 por sexo	IAPB-57	4,12%	4,42%
Plano CROprev	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	4,12%	4,42%

PLANO	TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL (VIII)	TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS (VIII)	TAXA REAL DE JUROS ANUAL (AVALIAÇÃO 2019)	TAXA REAL DE JUROS ANUAL (AVALIAÇÃO 2018)
Plano Culturaprev	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	4,12%	4,42%
Plano Eldorado Prev	AT-2000 por sexo	Winklevoss	4,12%	4,42%
Plano FENAJprev	AT-2000 por sexo	IAPB-57	4,12%	4,42%
Plano FIEPEprev	AT-2000 Feminina suavizada em 10%	EX-IAPC	4,27%	4,28%
Plano GasPrev	AT-83 Feminina	AT-83 Masculina	4,12%	4,42%
Plano IBAPrev	AT-1983 Masculina	Experiência IAPC	4,12%	4,42%
Plano IBPprev Associados	AT-83 Masculina suavizada em 10%	Não aplicável	4,09%	4,47%
Plano Liquigás	AT-83 Feminina	AT-83 Masculina	4,12%	4,42%
Plano Petro_RG	Não aplicável	Não aplicável	4,12%	4,42%
Plano PREV-ESTAT	AT-2000 por sexo	IAPB-57	4,12%	4,42%
Plano PrevFIEPA	AT-2000 Basic segregada suavizada em 10%	EX-IAPC	4,12%	4,19%
Plano PreviContas	AT-2000 por sexo	IAPB-57	4,12%	4,42%
Plano PreviFIEA	AT-2000 Feminina suavizada em 10%	EX-IAPC	4,12%	4,19%
Plano Previtália	AT-2000 por sexo	IAPB-57	4,12%	4,42%
Plano PTAPrev	AT-1983 Masculina	IAPB-57	4,27%	4,59%
Plano Repsol	AT-83 Masculina suavizada em 10%	Não aplicável	4,12%	4,42%
Plano Simeprev	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	4,12%	4,42%
Plano SinMed/RJ	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	AT-1983 ponderada por sexo (50%M + 50%F)	4,12%	4,42%
Plano Termoprev	AT-1983 Masculina	AT-1983 Masculina	4,27%	4,52%

8.1.4. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

O ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços, classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses mesmos títulos.

Os planos de benefícios PP-2, Sanasa e TapmePrev apresentaram ajuste de precificação conforme abaixo:

TIPO	TAXA DE JUROS REAL ANUAL %	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE
PLANO PETROS SANASA				51.907	57.185	5.278
NTN-B	4,57	15/05/2035	5000	15.898	19.039	3.141
NTN-B	4,57	15/08/2026	1900	6.189	6.856	667
NTN-B	4,57	15/08/2026	3000	9.968	10.825	857
NTN-B	4,57	15/08/2022	3000	9.985	10.382	397
NTN-B	4,57	15/05/2021	3000	9.867	10.083	216

TIPO	TAXA DE JUROS REAL ANUAL %	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE
PLANO PETROS TAPMEPREV				178.444	187.488	9.045
NTN-B	5,09	15/08/2026	5000	16.613	17.557	944
NTN-B	5,09	15/05/2035	5000	16.422	18.071	1.649
NTN-B	5,09	15/05/2035	10000	33.877	36.143	2.265
NTN-B	5,09	15/05/2023	4000	13.121	13.566	445
NTN-B	5,09	15/08/2022	5000	16.642	17.098	456
NTN-B	5,09	15/08/2022	5000	16.296	17.098	802
NTN-B	5,09	15/05/2023	5000	15.993	16.958	965
NTN-B	5,09	15/05/2023	5000	16.388	16.958	570
NTN-B	5,09	15/05/2021	5000	16.445	16.695	250
NTN-B	5,09	15/08/2024	5000	16.646	17.343	697

TIPO	TAXA DE JUROS REAL ANUAL %	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE
Plano Petros 2				2.357.090	2.613.959	256.870
NTN-B	5,29	15/05/2055	10000	30.540	36.727	6.187
NTN-B	5,29	15/05/2055	35000	109.697	128.545	18.848
NTN-B	5,29	15/05/2055	10000	32.443	36.727	4.284
NTN-B	5,29	15/05/2055	47800	157.741	175.556	17.815
NTN-B	5,29	15/05/2055	40000	135.440	146.909	11.469
NTN-B	5,29	15/05/2055	20000	68.501	73.454	4.953
NTN-B	5,29	15/05/2055	43000	149.450	157.927	8.477
NTN-B	5,29	15/05/2055	10000	34.552	36.727	2.175
NTN-B	5,29	15/05/2055	10000	32.172	36.727	4.555
NTN-B	5,29	15/05/2055	19919	65.745	73.157	7.412
NTN-B	5,29	15/05/2055	10000	33.040	36.727	3.687
NTN-B	5,29	15/05/2055	10000	33.040	36.727	3.687
NTN-B	5,29	15/05/2055	10000	33.040	36.727	3.687
NTN-B	5,29	15/05/2055	10000	32.534	36.727	4.193
NTN-B	5,29	15/05/2055	20000	65.077	73.454	8.378
NTN-B	5,29	15/05/2055	10000	32.489	36.727	4.238
NTN-B	5,29	15/05/2055	20000	54.526	73.454	18.928
NTN-B	5,29	15/05/2055	30000	103.785	110.182	6.397
NTN-B	5,29	15/05/2055	5000	17.051	18.364	1.312
NTN-B	5,29	15/05/2055	20000	68.703	73.454	4.752
NTN-B	5,29	15/05/2055	20000	68.013	73.454	5.441
NTN-B	5,29	15/05/2055	7345	24.619	26.976	2.357
NTN-B	5,29	15/05/2055	10000	33.518	36.727	3.209
NTN-B	5,29	15/05/2055	2000	6.704	7.345	642
NTN-B	5,29	15/05/2055	49	164	180	16
NTN-B	5,29	15/05/2055	5958	19.915	21.882	1.967
NTN-B	5,29	15/05/2055	13847	46.274	50.856	4.582
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	31.040	37.004	5.964
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	31.763	37.004	5.241
NTN-B	5,29	15/08/2050	3750	12.127	13.877	1.749
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	33.120	37.004	3.885
NTN-B	5,29	15/08/2050	70	232	259	27
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	33.384	37.004	3.620
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	33.429	37.004	3.575
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	33.384	37.004	3.620
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	33.120	37.004	3.885
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	33.207	37.004	3.797
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	33.429	37.004	3.575
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	33.429	37.004	3.575
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	32.991	37.004	4.013
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	33.429	37.004	3.575
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	33.429	37.004	3.575
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	34.339	37.004	2.665
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	34.292	37.004	2.712
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	34.714	37.004	2.290
NTN-B	5,29	15/08/2050	750	2.604	2.775	172
NTN-B	5,29	15/08/2050	5550	19.266	20.537	1.271
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	34.714	37.004	2.290
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	34.856	37.004	2.148
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	34.856	37.004	2.148
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	34.809	37.004	2.195
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	32.902	37.004	4.103
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	33.340	37.004	3.664
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	33.207	37.004	3.797
NTN-B	5,29	15/08/2050	10000	32.557	37.004	4.447
NTN-B	5,29	15/05/2035	10000	29.791	35.434	5.642
NTN-B	5,29	15/05/2021	167	552	556	4

8.2. FUNDOS PREVIDENCIAIS, ADMINISTRATIVOS E INVESTIMENTOS

A tabela a seguir apresenta a evolução dos Fundos - Previdenciais, Administrativos e Investimentos:

	NOTA	2018	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO	2019
Fundos Previdenciais	8.2.1	163.554	6.083	(14.027)	155.610
Plano Repsol		4.157	-	(163)	3.994
Plano Cachoeira Dourada		763	71	-	834
Plano Alesat		1.942	997	-	2.939
Plano IBPPrev Associados		354	-	(191)	163
Plano Misto Sanasa		-	29	-	29
Plano FIEPEPrev		4.798	3.078	-	7.876
Plano Petros 2		142.113	-	(13.565)	128.548
Plano PTAPrev		420	364	-	784
Plano PrevFIEA		3.018	447	-	3.465
Plano PrevFIEA		2.304	462	-	2.766
Plano Liqigás		1.177	-	(108)	1.069
Plano GasPrev		772	116	-	888
Plano PETRO RG		309	61	-	370
Plano SulgasPrev		373	37	-	410
Plano EldoradoPrev		1.054	421	-	1.475
Fundos Administrativos	8.2.2	826.140	154.708	(151.234)	829.614
Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados		133.606	-	(60.663)	72.943
Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados PRÉ70		-	24.446	-	24.446
Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados		470.501	-	(90.571)	379.930
Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados PRÉ70		-	49.303	-	49.303
Plano Triunfo Vida		1.320	475	-	1.795
Plano Copesulprev		117	14	-	131
Plano TERMOprev		34	21	-	55
Plano Petros 2		215.538	79.988	-	295.526
Plano Petros Nitriflex/Lanxess		-	60	-	60
Plano SulgasPrev		-	71	-	71
Plano TAPMEPrev		4.369	129	-	4.498
Plano EldoradoPrev		655	201	-	856
Fundos dos Investimentos		351.299	69.557	(50.977)	369.879
Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados		44.838	-	(16.389)	28.449
Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados PRÉ70		-	12.730	-	12.730
Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados		257.947	-	(34.242)	223.705
Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados PRÉ70		-	45.878	-	45.878
Plano IBPPrev Associados		2	-	-	2
Plano Misto Sanasa		61	3	-	64
Plano TERMOPrev		1	-	-	1
Plano FIEPEprev		19	19	-	38
Plano Petros 2		42.321	10.857	-	53.178
Plano ANAPARPrev		411	6	-	417
Plano PTAPrev		17	12	-	29
Plano Petros Braskem		70	-	(4)	66
Plano Petros Nitriflex/Lanxess		353	-	(243)	110
Plano Petros Lanxess		2.204	52	-	2.256
Plano Petros Ultrafertil		2.982	-	(99)	2.883
Plano Petros Copesul		73	-	-	73

8.2.1. Fundos Previdenciais

	2019	2018
Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	20.261	15.612
Fundo de Risco	105.805	122.168
Fundo Especial	29.544	25.773
TOTAL	155.610	163.553

Abaixo as regras dos fundos previdenciais:

(a) Fundo de Reversão do Saldo por Exigência Regulamentar

PLANO (S)	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO
SulgasPrev	Saldos Remanescentes de Conta do Patrocinador, nos casos de pagamentos de resgates e cancelamento de inscrição sem rompimento do vínculo empregatício com o Patrocinador, e respectivas rentabilidades	Destinação de recursos conforme definido pelo Patrocinador, observada a ordem de prioridade
ALESAT, Cachoeira Dourada, Eldorado Prev, FIEPEprev, GasPrev, IBPprev Associados, Liquigás, Petro_RG, PrevFIEPA, PREVIFIEA, PTAPrev e Repsol	Saldos Remanescentes de Conta do Patrocinador, nos casos de pagamentos de resgates e cancelamento de inscrição sem rompimento do vínculo empregatício com o Patrocinador, e respectivas rentabilidades	Destinação de recursos conforme definido pelo Patrocinador
TapmePrev	Saldos Remanescentes das Contas de Patrocinador 1 e 2, nos casos de pagamentos de resgates, àqueles que efetuaram a Portabilidade ou, ainda, nos casos previstos nos itens VII.24 e VII.33 do regulamento e respectivas rentabilidades	Destinação de recursos embasada na manifestação atuarial, aprovada pelo conselho deliberativo e prevista no plano de custeio, tendo como finalidade, por ordem de preferência, reduzir o Compromisso Especial do Patrocinador relativo a este plano de benefícios, redução as contribuições futuras e proporcionar melhoria dos Benefícios
Misto Sanasa	Valores não utilizados da Subconta Individual Serviço Passado Patrocinador por ocasião da opção do Participante Fundador pelo Resgate, e respectivas rentabilidades	Destinação de recursos conforme definido pelo Patrocinador

(b) Fundo de Risco

PLANO (S)	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO
Petros-2	Compromisso do Plano com Garantia Mínima da Aposentadoria Programada, Garantia Mínima da Renda de Invalidez, Garantia Mínima da Renda de Pensão por Morte de Ativo, Auxílio-Doença já concedido, Pecúlio por Morte de Ativo, Pecúlio por Morte de Futuro Assistido por Invalidez, e Pagamento de Auxílio-Doença e Auxílio-Reclusão estimados para o exercício. Acrescido da atualização monetária pela Meta Atuarial do Plano (IPCA + Taxa Real de Juros)	Transferência de compromissos necessários referentes à Garantia Mínima da Aposentadoria Programada, Garantia Mínima da Renda de Invalidez, Garantia Mínima da Renda de Pensão por Morte de Ativo, Pecúlio por Morte de Ativo, Pecúlio por Morte de Futuro Assistido por Invalidez, e Pagamento de Auxílio-Doença e Auxílio-Reclusão ocorridos no exercício
Misto Sanasa	Contribuições de Risco realizados pelo Participante e Patrocinador, acrescidas da rentabilidade	Transferência das Provisões Matemáticas referentes aos compromissos dos benefícios de pensão por morte e de aposentadoria por invalidez

(c) Fundo Especial

PLANO (S)	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO
Petros-2	Contribuições especiais dos patrocinadores e respectivas rentabilidades	Transferência do montante de contribuições especiais devido aos participantes que obtiverem reconhecimento de tempo de atividade especial pela Previdência Social

(d) Outros - Previstos em Nota Técnica Atuarial

PLANO (S)	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO
FIEPEprev, PrevFIEPA, PREVIFIEA	Montante necessário para garantir a solvência e a liquidez do FGBR (estudo atuarial), Contribuições de Risco realizados pelo Participante e/ou Patrocinador, acrescidas da rentabilidade	Pagamento da Renda de Auxílio-Doença, aporte à Subconta Contribuição Projetada na concessão dos benefícios de Renda de Aposentadoria por Invalidez ou de Renda de Pensão por Morte de Participante Patrocinado, Autopatrocinado ou Assistido que percebia Renda de Auxílio-Doença

8.2.2. Fundo Administrativo

A Fundação adota a gestão compartilhada dos recursos administrativos do PGA entre os planos de benefícios, o que significa que a destinação das eventuais sobras das fontes de custeio em relação aos gastos administrativos, a remuneração dos recursos, bem como a utilização do fundo administrativo, não são individualizadas. Entretanto, no fim de cada mês, a Fundação registra nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios no fundo administrativo registrado no PGA, conforme legislação vigente.

O cálculo da participação dos planos no fundo administrativo utiliza o resultado apurado entre as receitas administrativas, repassadas ao PGA pelos planos previdenciais, pelo fluxo de investimentos e pelas receitas auferidas pelo próprio Plano de Gestão Administrativa (PGA), e as despesas administrativas, rateada aos planos em consonância com as informações apresentadas na Nota Explicativa 2.1.8 (metodologia aprovada pelos órgãos estatutários, que prevê a utilização dos conceitos de "Custo Direto", "Custo Indireto" e "Despesas Administrativas").

Considerando que alguns planos encontram-se com o custeio administrativo desequilibrado, e sendo essa diferença apurada e acompanhada gerencialmente pelo fato de o PGA da Fundação ser de gestão compartilhada, a Fundação tem realizado estudos e simulações com a finalidade de promover os ajustes necessários à gestão administrativa da Fundação. Neste sentido, em 07 de julho de 2017, a Fundação informou à Previc o interesse de rerratificação do Termo de Ajustamento de Conduta do Custeio Administrativo (TAC). O TAC estabelece o compromisso da Petros, através de um conjunto de medidas a serem implementadas, em linha com as medidas já tomadas pela Fundação junto aos instituidores e patrocinadores dos planos de benefícios, em promover o equilíbrio entre as despesas e as receitas administrativas dos planos administrados, bem como o ressarcimento dos valores utilizados para cobertura das despesas administrativas dos planos que apresentam desequilíbrio no custeio. O documento, aprovado pela Previc em 14/12/2018, foi publicado no Diário Oficial em 08/02/2019, data que marca o início do prazo das ações consignadas no Termo pactuado pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria Executiva junto à Previc.

Entre as ações previstas no TAC, no exercício de 2019, a Fundação deliberou pela criação do Plano Petros Multi-Instituído, endereçando o equilíbrio do custeio dos planos instituídos, bem como promoveu a revisão das alíquotas dos planos cujos patrocinadores firmaram o Termo de Opção endereçado após Estudo de Viabilidade. Para os planos que não se manifestaram no prazo de 30 dias do recebimento do Termo de Opção, ou que não aceitaram a nova alíquota de custeio administrativo, foi encaminhada para deliberação a denúncia unilateral dos convênios de adesão. Para o exercício de 2020, estão previstas a aprovação do (i) Plano de Ressarcimento e Recomposição do Fundo Administrativo, considerando o resultado do Relatório Final da CIA (instaurada para apurar responsabilidades pelos prejuízos suportados), bem como os pareceres externos sobre o tema e do (ii) Plano de Custeio Administrativo 2020, considerando as taxas de custeio que deverão ser utilizadas para restabelecer/

manter o equilíbrio administrativo dos Planos de Benefícios em 2020, bem como ressarcir ao Plano de Gestão Administrativa (PGA) os valores utilizados para cobertura das despesas administrativas dos planos que apresentam desequilíbrio no custeio.

As negociações para readequação do custeio administrativo são de extrema importância para alcançar o objetivo de suprimir, definitivamente, o subfinanciamento de determinados Planos de Benefícios para o custeio da entidade. De forma resumida, informamos que até 31 de dezembro de 2019 já foram concluídas 26 (vinte e seis) negociações e 4 (quatro) permanecem em andamento.

8.2.2.1. variações do fundo administrativo

O resultado do Plano de Gestão Administrativa (PGA) é apurado pelas receitas administrativas, repassadas pela gestão previdencial e pelos investimentos, deduzidas das despesas comuns e específicas, sendo as sobras/constituição ou insuficiências deste plano alocadas ou revertidas no fundo administrativo.

Em 31 de dezembro de 2019 o fundo administrativo encerrou com o saldo de R\$ 829.614, representando um aumento de 0,42% com relação ao fechamento do exercício de 2018 (R\$ 826.140), representando uma constituição de R\$ 3.474.

As variações do Plano de Gestão Administrativa estão detalhadas na Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA).

8.2.3. fundos dos investimentos

Os contratos de empréstimos administrados pela Petros possuem seguros terceirizados, no caso de patrocinadoras de Planos Instituídos, e fundos garantidores de créditos nos casos dos Planos BDs e CVs, administrados pela própria Fundação e que são utilizados para garantir as operações de empréstimos na ocorrência de eventuais sinistros, casos de óbitos e a materialização da perda por inadimplência, neste caso, após esgotadas todas as medidas de recuperação do crédito, seja ela administrativa e/ou judicial.

8.3. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

8.3.1. PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS – NÃO REPACTUADOS

Em 31 de dezembro de 2019, o Plano Petros do Sistema Petrobras – Não Repactuados apresentou uma insuficiência patrimonial de R\$ 1.092.773 (R\$ 2.839.476 em 31 de dezembro de 2018), registrado na conta de Equilíbrio Técnico.

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o Equilíbrio Técnico Ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do Plano, de acordo com as regras em vigor:

PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS - NÃO REPACTUADOS		
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano	12.120.745
2.	Provisões Matemáticas	13.213.517
2.1	Contribuição Definida	0
2.2	Benefício Definido	20.542.845
2.3.	A Constituir	(7.329.328)
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)
3.1	Superávit/Déficit Técnico	(1.179.475)
3.2	Resultados a Realizar	86.702
4.	Ajuste de Precificação	0
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2) 8,27%
7.	Duração do Passivo em anos	13,59
8.	Limite Déficit Técnico Ajustado (LDTA)	1% x [Duração do Passivo - 4] x Provisões Matemáticas (1.267.176)
9.	% do LDTA em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2) 9,59%
10.	Déficit Técnico Mínimo a Equacionar (DTME)	Mínimo {0;(Equilíbrio Técnico Ajustado - LDTA)} -
11.	Prazo de Equacionamento	1,5 x Duração do Passivo 20,38

A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, apresentou o equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 1.092.773 equivalente a 8,27% das Provisões Matemáticas, que é inferior ao limite do Déficit Técnico Ajustado (LDTA) de R\$ 1.267.176, assim, não será necessário elaborar plano de equacionamento durante o exercício de 2020.

Embora não seja necessária elaboração do plano de equacionamento durante o exercício de 2020, a proposta de reequilíbrio do plano contempla o resultado de 2019, além do equacionamento de 2015 e o déficit de 2018, conforme Nota Explicativa 1.5.

Em relação ao Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2015, aprovado em 2017 pelo Conselho Deliberativo da Petros, os aportes extraordinários foram iniciados em março de 2018, sendo que após um período de suspensão por força de liminares judiciais, os mesmos foram retomados em outubro de 2019, conforme Nota Explicativa 3.1.

Os valores das contribuições extraordinárias não arrecadadas referentes ao Plano de Equacionamento de 2015 do Plano Petros do Sistema Petrobras–Não Repactuados foram registradas na conta contábil “Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas”, subconta da Provisão Matemática a Constituir, conforme quadro a seguir:

CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS NÃO ARRECADADAS	
Assistido	209.772
Participante	92.878
Patrocinador	263.752
TOTAL	566.402

8.3.2. PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS REPACTUADOS

Em 31 de dezembro de 2019, o Plano Petros do Sistema Petrobras – Repactuados apresentou uma insuficiência patrimonial de R\$ 2.308.999 (R\$ 5.566.877 em 31 de dezembro de 2018), registrado na conta de Equilíbrio Técnico.

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o Equilíbrio Técnico Ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do Plano, de acordo com as regras em vigor:

PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS REPACTUADOS			
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano		48.700.654
2.	Provisões Matemáticas		51.009.654
2.1	Contribuição Definida		0
2.2	Benefício Definido		75.834.034
2.3	A Constituir		(24.824.380)
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	2.308.999
3.1	Superávit/Déficit Técnico		(2.603.064)
3.2	Resultados a Realizar		294.064
4.	Ajuste de Precificação		0
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3.1 + 4)	(2.308.999)
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2)	4,53%
7.	Duração do Passivo em anos		14,36
8.	Limite Déficit Técnico Ajustado (LDTA)	1% x [Duração do Passivo - 4] x Provisões Matemáticas	(5.284.600)
9.	% do LDTA em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2)	10,36%
10.	Déficit Técnico Mínimo a Equacionar (DTME)	Mínimo {0;(Equilíbrio Técnico Ajustado - LDTA)}	0
11.	Prazo de Equacionamento	1,5 x Duração do Passivo	21,54

A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, apresentou o equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 2.308.999 equivalente a 4,53% das Provisões Matemáticas, que é inferior ao limite do Déficit Técnico Ajustado (LDTA) de R\$ 5.284.600, assim, não será necessário elaborar plano de equacionamento durante o exercício de 2020.

Embora não seja necessária elaboração do plano de equacionamento durante o exercício de 2020, a proposta de reequilíbrio do plano contempla o resultado de 2019, além do equacionamento de 2015 e o déficit de 2018, conforme Nota Explicativa 1.5.

Em relação ao Plano de Equacionamento do Déficit Técnico de 2015, aprovado em 2017 pelo Conselho Deliberativo da Petros, os aportes extraordinários foram iniciados em março de 2018, sendo que após um período de suspensão por força de liminares judiciais, os mesmos foram retomados em outubro de 2019, conforme Nota Explicativa 3.1.

Os valores das contribuições extraordinárias não arrecadadas referentes ao Plano de Equacionamento de 2015 do Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados foram registradas na conta contábil “Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas”, subconta da Provisão Matemática a Constituir, conforme quadro a seguir:

CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS NÃO ARRECADADAS	
Assistido	509.804
Participante	431.146
Patrocinador	941.332
TOTAL	1.882.282

8.3.3. PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS NÃO REPACTUADOS PRÉ-70

A situação financeiro-actuarial, em 31 de dezembro de 2019, do Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados Pré-70, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, não apresentou Equilíbrio Técnico, tendo em vista o compromisso da patrocinadora Petrobras com o Grupo Pré-70 firmado no Termo de Compromisso Financeiro Pré-70, conforme Nota Explicativa 3.2.

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o Equilíbrio Técnico Ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do Plano, de acordo com as regras em vigor:

PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS NÃO REPACTUADOS PRÉ-70			
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano	4.428.261	
2.	Provisões Matemáticas	4.428.261	
2.1	Contribuição Definida	0	
2.2	Benefício Definido	4.428.261	
2.3.	A Constituir	-	
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	0
3.1	Superávit/Déficit Técnico	0	
3.2	Resultados a Realizar	0	
4.	Ajuste de Precificação	0	
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3.1 + 4)	0
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2)	0%
7.	Duração do Passivo em anos		7,18
8.	Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)	760.775
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2)	17,18%
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superávit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	0
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10)	0

8.3.4. PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS REPACTUADOS PRÉ-70

A situação financeiro-actuarial, em 31 de dezembro de 2019, do Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados Pré-70, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, não apresentou Equilíbrio Técnico, tendo em vista o compromisso da patrocinadora Petrobras com o Grupo Pré-70 firmado no Termo de Compromisso Financeiro Pré-70, conforme Nota Explicativa 3.2.

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o Equilíbrio Técnico Ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do Plano, de acordo com as regras em vigor:

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA - 2019 / PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRAS REPACTUADOS PRÉ-70			
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano	6.619.479	
2.	Provisões Matemáticas	6.619.479	
2.1	Contribuição Definida	0	
2.2	Benefício Definido	6.619.479	
2.3.	A Constituir	-	
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	0
3.1	Superávit/Déficit Técnico	0	
3.2	Resultados a Realizar	0	
4.	Ajuste de Precificação	0	
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3.1 + 4)	0
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2)	0%
7.	Duração do Passivo em anos		7,39
8.	Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)	1.151.127
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2)	17,39%
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superávit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	0
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10)	0

8.3.5. PLANO PETROS ULTRAFÉRTIL

Em 31 de dezembro de 2019, o Plano Petros Ultrafertil apresentou uma insuficiência patrimonial de R\$ 204.108 (R\$ 111.358 em 31 de dezembro de 2018), registrado na conta de Equilíbrio Técnico.

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o Equilíbrio Técnico Ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do Plano, de acordo com as regras em vigor:

PLANO PETROS ULTRAFÉRTIL			
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano		657.016
2.	Provisões Matemáticas		866.449
2.1	Contribuição Definida		0
2.2	Benefício Definido		1.529.683
2.3.	A Constituir		(663.234)
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	(209.433)
3.1	Superávit/Déficit Técnico		(228.385)
3.2	Resultados a Realizar		18.952
4.	Ajuste de Precificação		0
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	(209.433)
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2)	24,17%
7.	Duração do Passivo em anos		12,16
8.	Limite Déficit Técnico Ajustado (LDTA)	1% x [Duração do Passivo - 4] x Provisões Matemáticas	(70.702)
9.	% do LDTA em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2)	8,16%
10.	Déficit Técnico Mínimo a Equacionar (DTME)	Mínimo {0;(Equilíbrio Técnico Ajustado - LDTA)}	(138.731)
11.	Prazo de Equacionamento	1,5 x Duração do Passivo	18,24

A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, apresentou o Equilíbrio Técnico Ajustado negativo de R\$ 209.433 equivalente a 24,17% das Provisões Matemáticas, que é superior ao Limite do Déficit Técnico Ajustado (LDTA) de R\$ 70.702, assim, será necessário elaborar e aprovar o plano de equacionamento de pelo menos R\$ 138.731, que ultrapassou o LTDA, durante o exercício de 2019, dentro dos preceitos da Resolução CNPC N° 30 de 2018.

A Fundação solicitou à Previc postergação do prazo para aprovação e implementação do plano de equacionamento do déficit técnico do Plano Petros Ultrafertil, apurado no exercício de 2018. A Previc, por meio dos Ofícios n° 198/2019/ERRJ/DIFIS/PREVIC, de 26/12/2019, e n° 200/2019/ERRJ/DIFIS/PREVIC, de 27/12/2019, elaborados em resposta ao pleito da Petros, autorizou a prorrogação do referido prazo por 60 (sessenta) dias. A Previc, através do Ofício n° 3/2020/ERRJ/DIFIS/PREVIC, agendou para o dia 09 de março de 2020 reunião com a Petros para que sejam definidas as próximas medidas a serem adotadas. Posteriormente, a Previc, por meio do Ofício n° 5/2020/ERRJ/DIFIS/PREVIC, de 13/03/2020, autorizou a prorrogação do referido prazo por mais 60 (sessenta) dias.

Em relação às cobranças das contribuições extraordinárias, as mesmas estão suspensas por força de liminar concedida no âmbito de ações judiciais nas quais os participantes e assistidos do Plano Petros Ultrafertil questionam o referido PED Ultrafertil.

Os valores das contribuições extraordinárias não arrecadadas referente ao Plano de Equacionamento de 2016 do Plano Petros Ultrafertil foram registradas na conta contábil "Contribuições Extraordinárias Não Arrecadadas", subconta da Provisão Matemática a Constituir, conforme quadro a seguir:

CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS NÃO ARRECADADAS				
GRUPO	PED 2014	PED 2015	PED 2016	TOTAL
Assistido	26.562	28.625	8.362	63.564
Participante	2.019	2.396	391	4.802
Patrocinador	311	322	13	646
TOTAL	28.892	31.343	8.766	69.001

Com relação à cobrança da dívida decorrente da introdução dos novos índices de atualização (FAT) e reajuste de benefício (FC) - Art. 48, inciso VIII do Regulamento do Plano Petros Ultrafertil, as negociações entre Petros e o patrocinador Vale Fertilizantes se encerraram. Com o Patrocinador Ultrafertil espera-se definir a questão até dezembro de 2020. Já a cobrança do FAT/FC referente ao patrocinador Araucária, foi realizada consulta à Previc e esta informou que deveria respeitar a regra da paridade contributiva. Como já existe a paridade para esse patrocinador, não está sendo cobrado dele. No que tange à Vale Fertilizantes S.A., inicialmente foi promovido o ajuizamento de ação judicial, tendo sido proferida sentença sem resolução de mérito, com a indicação de que o foro competente para a discussão da matéria seria o arbitral em razão de cláusula compromissória arbitral. No dia 2 de outubro de 2018 a Petros ingressou em arbitragem contra o patrocinador Vale Fertilizantes, atual Mosaic.

8.3.6. PLANO PETROS NITRIFLEX/LANXESS

Em 31 de dezembro de 2019, o Plano Petros Nitriflex/Lanxess apresentou resultado superavitário de R\$ 43.330 (R\$ 32.593 em 31 de dezembro de 2018).

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o Equilíbrio Técnico Ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do Plano, de acordo com as regras em vigor:

PLANO PETROS NITRIFLEX/LANXESS			
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano		176.942
2.	Provisões Matemáticas		133.612
2.1	Contribuição Definida		0
2.2	Benefício Definido		133.612
2.3.	A Constituir		-
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	43.330
3.1	Superávit/Déficit Técnico		40.175
3.2	Resultados a Realizar		3.155
4.	Ajuste de Precificação		0
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3.1 + 4)	40.175
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2)	30,07%
7.	Duração do Passivo em anos		9,05
8.	Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)	25.453
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2)	19,05%
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superávit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência	25.453
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10)	14.722

A situação financeiro-atuarial do Plano Petros Nitriflex/Lanxess, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, apresentou o Superávit Técnico de R\$ 40.175, superior ao Limite da Reserva de Contingência, de R\$ 25.453, sendo o excedente registrado na Reserva Especial para Revisão do Plano no valor de R\$ 14.722. Por ser o terceiro ano, será necessária a destinação de superávit, durante o exercício de 2020, dentro dos preceitos da Resolução CNPC N° 30 de 2018.

8.3.7. PLANO PETROS LANXESS

Em 31 de dezembro de 2019, o Plano Petros Lanxess apresentou uma insuficiência patrimonial de R\$ 36.944 (resultado superavitário de R\$ 9.693 em 31 de dezembro de 2018), registrado na conta de Equilíbrio Técnico.

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o Equilíbrio Técnico Ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do Plano, de acordo com as regras em vigor:

PLANO PETROS LANXESS			
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano		1.210.854
2.	Provisões Matemáticas		1.248.442
2.1	Contribuição Definida		0
2.2	Benefício Definido		1.248.442
2.3.	A Constituir		-
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)	(37.588)
3.1	Superávit/Déficit Técnico		(48.375)
3.2	Resultados a Realizar		22.546
4.	Ajuste de Precificação		0
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)	(37.588)
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	(5 / 2)	3,01%
7.	Duração do Passivo em anos		9,75
8.	Limite Déficit Técnico Ajustado (LDTA)	1% x [Duração do Passivo - 4] x Provisões Matemáticas	(71.785)
9.	% do LDTA em relação às Provisões Matemáticas	(8 / 2)	5,75%
10.	Déficit Técnico Mínimo a Equacionar (DTME)	Mínimo {0;(Equilíbrio Técnico Ajustado - LDTA)}	-
11.	Prazo de Equacionamento	1,5 x Duração do Passivo	14,625

A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, apresentou o equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 36.944 equivalente a 2,96% das Provisões Matemáticas, que é inferior ao limite do Déficit Técnico Ajustado (LDTA) de R\$ 71.785, assim, não será necessário elaborar plano de equacionamento durante o exercício de 2020.

8.3.8. PLANO PETROS-2

Em 31 de dezembro de 2019, o Plano Petros 2 apresentou superávit técnico acumulado de R\$ 388.405 (R\$ 290.833 em 31 de dezembro de 2018).

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o Equilíbrio Técnico Ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do Plano, de acordo com as regras em vigor:

PLANO PETROS-2		
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano	26.859.061
2.	Provisões Matemáticas	26.470.656
2.1	Contribuição Definida	24.247.721
2.2	Benefício Definido	2.222.935
2.3.	A Constituir	-
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2) 388.405
3.1	Superávit/Déficit Técnico	388.405
3.2	Resultados a Realizar	0
4.	Ajuste de Precificação	256.870
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4) 645.275
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	[5 / (2.2 + 2.3)] 29,03%
7.	Duração do Passivo em anos	17,25
8.	Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD) 555.734
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	[8 / (2.2 + 2.3)] 25,00%
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superávit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência 388.405
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10) 0

A situação financeiro-atuarial do Plano Petros-2, considerando as premissas aprovadas para o encerramento de exercício, apresentou o Superávit Técnico de R\$ 388.405, inferior ao Limite da Reserva de Contingência, de R\$ 555.734, sendo integralmente registrado na conta de Reserva de Contingência.

8.3.9. PLANO SULGASPREV

Em 31 de dezembro de 2019 o Plano SulgasPrev apresentou insuficiência patrimonial de R\$ 190 (déficit de R\$ 50 em 31 de dezembro de 2018).

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o Equilíbrio Técnico Ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do Plano, de acordo com as regras em vigor:

PLANO SULGASPREV		
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano	26.376
2.	Provisões Matemáticas	26.566
2.1	Contribuição Definida	22.470
2.2	Benefício Definido	4.096
2.3.	A Constituir	-
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2) (190)
3.1	Superávit/Déficit Técnico	(190)
3.2	Resultados a Realizar	0
4.	Ajuste de Precificação	0
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4) (190)
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	[5 / (2.2 + 2.3)] 4,64%
7.	Duração do Passivo em anos	26,04
8.	Limite Déficit Técnico Ajustado (LDTA)	1% x [Duração do Passivo - 4] x Provisões Matemáticas (903)
9.	% do LDTA em relação às Provisões Matemáticas	[8 / (2.2 + 2.3)] 22,04%
10.	Déficit Técnico Mínimo a Equacionar (DTME)	Mínimo { 0 ; (Equilíbrio Técnico Ajustado - LDTA) } -
11.	Prazo de Equacionamento	1,5 x Duração do Passivo 39,06

A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para este encerramento de exercício, apresentou o Equilíbrio Técnico Negativo de R\$ 190, inferior ao Limite Déficit Técnico Ajustado (LDTA) de R\$ 903, por não ter extrapolado o LDTA não será obrigatório elaborar Plano de Equacionamento de Déficit Técnico durante o exercício de 2020.

8.3.10. PLANO MISTO SANASA

Em 31 de dezembro de 2019 o Plano Misto Sanasa apresentou Equilíbrio Técnico positivo de R\$ 1.290 (R\$ 1.713 em 31 de dezembro de 2018).

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o Equilíbrio Técnico Ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do Plano, de acordo com as regras em vigor:

PLANO MISTO SANASA		
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano	313.571
2.	Provisões Matemáticas	312.281
2.1	Contribuição Definida	251.250
2.2	Benefício Definido	61.031
2.3.	A Constituir	-
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)
3.1	Superávit/Déficit Técnico	1.290
3.2	Resultados a Realizar	0
4.	Ajuste de Precificação	5.278,1
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	[5 / (2.2 + 2.3)]
7.	Duração do Passivo em anos	10,41
8.	Limite da Reserva de Contingência	Mínimo entre 25% e (10% + 1% x Duração do Passivo) x Provisões Matemáticas (BD)
9.	% do Limite da Reserva de Contingência em relação às Provisões Matemáticas	[8 / (2.2 + 2.3)]
10.	Reserva de Contingência	Mínimo entre o Superávit Técnico e o Limite da Reserva de Contingência
11.	Reserva Especial para Revisão do Plano	(3.1 - 10)

A situação financeiro-atuarial, considerando as premissas aprovadas para este encerramento de exercício, apresentou o Equilíbrio Técnico Positivo de R\$ 1.290, inferior ao Limite da Reserva de Contingência de R\$ 12.456, sendo registrado integralmente na Conta de Reserva de Contingência.

8.3.11. PLANO TAPMEPREV

Em 31 de dezembro de 2019, o Plano TAPMEPrev apresentou Equilíbrio Técnico no encerramento do exercício.

ANÁLISE DE SOLVÊNCIA DO PLANO

O quadro a seguir demonstra o Equilíbrio Técnico Ajustado e as conclusões sobre a situação patrimonial do Plano, de acordo com as regras em vigor:

PLANO TAPMEPREV		
1.	Patrimônio de Cobertura do Plano	340.408
2.	Provisões Matemáticas	340.408
2.1	Contribuição Definida	23.906
2.2	Benefício Definido	320.582
2.3.	A Constituir	(4.080)
3.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado	(1 - 2)
3.1	Superávit/Déficit Técnico	-
3.2	Resultados a Realizar	0
4.	Ajuste de Precificação	9.045
5.	(=) Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado	(3 + 4)
6.	% do Equilíbrio Técnico Acumulado Ajustado em relação às Provisões Matemáticas	[5 / (2.2 + 2.3)]
7.	Duração do Passivo em anos	11,03

Os resultados da avaliação atuarial do Plano TapmePrev referente ao exercício de 2019 apontou resultado superavitário no valor de R\$ 16.332. No entanto, em razão do disposto no Instrumento Particular de Integralização de Compromisso com Benefícios Concedidos e a Conceder do Plano TapmePrev que determina o restabelecimento automático do equilíbrio atuarial do plano mediante ajuste na conta Provisão Matemática a Constituir, o valor do referido superávit foi incorporado à Provisão Matemática a Constituir, correspondente a R\$ 4.080.

9. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (AJUSTES E ELIMINAÇÕES)

Em atendimento ao disposto nos itens 28 e 29 da Instrução SPC nº 34/2009, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano de benefícios e consolidados. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores a pagar e a receber entre os planos, participação dos fundos administrativos nos planos previdenciais, superávit e déficit técnico, dentre outros.

A Petros, ao efetuar a consolidação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, anulou as seguintes operações que apresentavam reflexos na consolidação:

DESCRIÇÃO	SOMATÓRIO DOS PLANOS	PGA	PLANOS BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANOS PATROCINADOS CD E CV	PLANOS INSTITUIDORES	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
	(A) + (B) + (C) + (D)	(A)	(B)	(C)	(D)		
1. Ativos	108.802.260	981.244	78.477.729	28.653.582	689.705	(829.613)	107.972.647
Disponível	5.298	133	116	4.178	871	1	5.299
Realizável	108.710.954	895.103	78.477.613	28.649.404	688.834	(829.614)	107.881.340
Previdencial	17.388.767	-	17.382.761	5.966	40	-	17.388.767
Administrativo	906.304	76.690	526.682	302.932	-	(829.614)	76.690
Investimentos	90.415.883	818.413	60.568.170	28.340.506	688.794	-	90.415.883
Permanente	86.008	86.008	-	-	-	-	86.008
2. Obrigações	4.003.471	151.630	3.739.224	98.886	13.731	-	4.003.471
Operacional	1.124.962	148.340	874.543	88.348	13.731	-	1.124.962
Contingencial	2.878.509	3.290	2.864.681	10.538	-	-	2.878.509
3. Fundos não Previdenciais	2.029.107	829.614	842.832	356.244	417	(829.614)	1.199.493
Fundo Administrativo	1.659.228	829.614	526.682	302.932	-	(829.614)	829.614
Fundo dos Investimentos	369.879	-	316.150	53.312	417	-	369.879
4. Resultados a Realizar	425.420	-	425.420	-	-	-	425.420
TOTAL DOS ATIVOS LÍQUIDOS (1 -2 -3 - 4)	102.344.262	-	73.470.253	28.198.452	675.557	1	102.344.263
5. Patrimônio Social	104.798.789	829.614	74.738.505	28.554.696	675.974	(829.614)	103.969.175
Provisões Matemáticas	105.845.971	-	77.519.414	27.651.000	675.557	-	105.845.971
Superávit Técnico	438.351	-	45.738	392.613	-	(438.351)	-
Déficit Técnico	(4.095.670)	-	(4.094.899)	(771)	-	438.351	(3.657.319)
Fundos Previdenciais	155.610	-	-	155.610	-	-	155.610
Fundo Administrativo	1.659.228	829.614	526.682	302.932	-	(829.614)	829.614
Fundo dos Investimentos	369.879	-	316.150	53.312	417	-	369.879
Resultados a Realizar	425.420	-	425.420	-	-	-	425.420
TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL	104.798.789	829.614	74.738.505	28.554.696	675.974	(829.614)	103.969.175
6. Adições	43.921	-	-	11.050	32.871	(43.921)	-
Migrações entre Planos	43.921	-	-	11.050	32.871	(43.921)	-
7. Deduções	(43.921)	-	(29)	(43.314)	(578)	43.921	-
Migrações entre Planos	(43.921)	-	(29)	(43.314)	(578)	43.921	-

10. PARTES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas ("Partes Relacionadas") da Fundação: (i) pessoa que possa influenciar de forma relevante as decisões na Fundação, tomadas em conjunto ou individualmente; (ii) pessoa que exerça cargo de dirigente, membro de conselhos e/ou comitês de assessoramento do Conselho Deliberativo da Fundação ou em uma das empresas patrocinadoras ou instituidoras dos planos administrados pela Fundação; (iii) pessoa que seja, em relação a quaisquer pessoas mencionadas nos itens (i) e (ii), (a) cônjuge ou companheiro; (b) parente consanguíneo ou por afinidade até o segundo grau, em linha reta ou colateral.

Considera-se que uma entidade está relacionada com a Fundação se: (iv) a entidade for empresa patrocinadora ou instituidora de um dos planos administrados pela Fundação; (v) a entidade fizer parte do Sistema Petrosbras (controladas, coligadas, empreendimentos controlados em conjunto, operações em conjunto, entidades estruturadas); (vi) a entidade exercer influência relevante sobre a Fundação ou sofrer influência significativa da Petros; (vii) for entidade controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto ou significativamente influenciada, por uma das pessoas identificadas nos itens (i) e (ii).

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas ocorrem em termos comutativos. Eventuais custos relacionados a estrutura operacional e/ou administrativa comuns, como por exemplo, aqueles relacionados a funcionários cedidos pelo patrocinador, são contabilizados na Fundação de acordo com critérios previamente estabelecidos. As receitas e despesas com partes relacionadas são constituídas, principalmente, das operações relacionadas a investimentos mantidos pelos planos, receita de aluguel originada de certos imóveis e contribuições contratadas.

O quadro a seguir apresenta os direitos a receber de Partes Relacionadas durante o Exercício de 2019:

	2018	PPSP-NR	PPSP-R	PPSP-NR PRE-70	PPSP-R PRE-70	PIANO PETROS NITRIFLEX LANVEXS	PIANO PETROS LANVEXS	PIANO PETROS ULTRAFÉRTIL	PGA	PP-2	PIANO SANASA	PIANOS CDS	2019
Debêntures	60.649	9.791	33.208	-	-	355	2.390	2.039	1.456	3.571	-	-	52.810
Termobahia S.A.	60.649	9.791	33.208	-	-	355	2.390	2.039	1.456	3.571	-	-	52.810
Ações	539.027	162.350	289.183	-	-	453	3.063	2.523	2.697	118.906	1.583	3.494	584.251
Petrobras ON ¹	42.247	7.966	-	-	-	-	-	-	135	11.383	155	370	20.009
Petrobras PN ¹	60.045	62.359	-	-	-	-	-	-	1.069	83.338	1.163	2.478	150.408
Petrobras BR PN ¹	-	13.373	-	-	-	-	-	-	228	19.535	264	646	34.045
Braskem ON	-	11.280	38.259	-	-	412	2.772	2.284	1.150	4.214	-	-	60.371
Termobahia ON	1.186	1.164	3.948	-	-	42	291	239	114	436	-	-	6.234
TOTVS ON	435.550	66.208	246.976	-	-	-	-	-	-	-	-	-	313.184
Contribuições Contratadas	12.667.041	-	2.380.891	4.336.310	6.236.963	-	-	-	-	-	-	-	12.954.164
Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras)	12.247.397	-	2.365.188	4.336.310	6.236.963	-	-	-	-	-	-	-	12.938.461
Fundação Petrobras de Seg. Social (Petros)	5.569	-	5.827	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.827
Petrobras Distribuidora S.A (BR)	414.075	-	9.876	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.876
Imóveis (locação)	1.266.969	300.278	1.018.467	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.318.745
Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras)	1.216.730	288.290	977.805	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.266.095
Fundação Petrobras de Seg. Social (Petros)	-	337	1.143	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.480
Transpetro	50.239	11.651	39.519	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.170
TOTAL	14.533.686	472.419	3.721.749	4.336.310	6.236.963	808	5.452	4.562	4.153	122.477	1.583	3.494	14.909.970

11. REFLEXOS NA FUNDAÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES EM CURSO

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas judiciais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) e outras autoridades públicas, com o objetivo de apurar a responsabilidade por fraudes contra a Fundação e praticadas por empresas, ex-administradores da Fundação e executivos de empresas, nas quais a Fundação mantinha investimentos direta e/ou indiretamente. A Fundação tem colaborado com as investigações fornecendo as informações e documentos solicitados pelas autoridades públicas.

A Fundação já tem refletido em seus livros os impactos contábeis das perdas financeiras, bem como dos recebimentos em decorrência de acordos de leniência e termos de compromisso até aqui conhecidos. No entanto, quanto às investigações e medidas judiciais ainda em curso, em razão do estágio dos trabalhos, não há elementos que indiquem com razoável segurança o desfecho das mesmas, razão pela qual as demonstrações contábeis da Fundação não incluem quaisquer outros efeitos que possam advir dessas investigações ou das medidas judiciais em curso.

INQUÉRITO DA POLÍCIA FEDERAL

Inquérito da Polícia Federal tramita na Polícia Federal do Paraná o inquérito nº IPL 0119/2015-5-SR/DPF/PR, com o objeto de investigar atos praticados relacionados ao investimento na CCB de Indústria Metais do Vale e ao Fundo de Investimento em Participações Brasil Petróleo I. A Fundação não figura no referido inquérito policial como entidade investigada, tendo sido instada nos anos de 2015 e 2016 a fornecer informações sobre os referidos investimentos.

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PCI) - 1.30.001.002097/2016-66

O procedimento investigatório criminal nº 1.30.001.002097/2016-66, que apura a possível prática do crime de gestão fraudulenta por ex-dirigentes da Fundação relativo à aquisição de debêntures, emitidas pela empresa Galileo SPE Gestora de Recebíveis S.A., e que teve origem nas informações contidas no Relatório Final da CPI dos Fundos de Pensão, foi convertido na Ação Penal nº 0017642-26.2014.4.02.51.01 (2014.51.01.017642-9) em 01 de julho de 2016. A Fundação não é parte na referida Ação Penal.

OPERAÇÃO GREENFIELD

A Operação Greenfield deflagrada em 05 de setembro de 2016 continua em curso. Até a presente data, a Fundação tomou conhecimento de: (i) 18 ações penais e 05 ações de improbidade administrativa ajuizadas em face de ex-dirigentes da Fundação; e (ii) 10 denúncias criminais com pedido de reparação econômica e moral ajuizadas em face de ex-dirigentes da Fundação.

No ano de 2019, a Fundação ingressou em certas ações de improbidade administrativa na qualidade de "assistente" e nas ações penais na qualidade de "assistente de acusação", de forma a tornar mais efetiva a reparação dos danos financeiros causados.

INSTAURAÇÃO DE COMISSÕES INTERNAS DE APURAÇÃO E TRATAMENTO SIMPLIFICADOS DE APURAÇÃO

Como parte do processo de governança, diversas ações foram adotadas e, atualmente, a Fundação mantém comissões internas e externas de apuração ("CIAs" e "CEAs") e conduz Tratamentos Simplificados de Apuração ("TSA"), com intuito de monitorar os assuntos em andamento pelas entidades governamentais competentes, bem como apurar danos à Fundação.

Segue quadro resumo desde 2015:

SITUAÇÃO ATUAL	CATEGORIA	ACUMULADO ATÉ 2018	EXECUTADOS EM 2019		TOTAL
			INVESTIMENTO	DEMAIS ASSUNTOS	
Encerradas	CIAs	13	2	4	19
	TSAs	20	0	11	31
Em andamento	CIAs/CEAs	4	6	3	13
	Projetos Especiais				
	TSAs	5	0	6	11
TOTAL		42	8	24	74

A informação que constou da nota explicativa de 2018 na categoria "não especificada – a serem constituídas nos próximos 12 meses" referiam-se às CIAs/TSAs que seriam constituídas no decorrer do ano de 2019. As CIAs/TSAs foram constituídas.

Desde setembro de 2017, o Canal de Denúncias Anônimo está em operação para obter informações importantes às apurações internas.

Desde outubro de 2017, o Comitê de Condutas Éticas e Gestor de Comissões Internas (COMCEG), atua no sentido de aprimorar, normatizar, padronizar e acelerar o processo de apurações internas bem como sua gestão de consequências na Fundação.

CONTRATO DE INVESTIGAÇÃO FORENSE PARA SUPORTE À AUDITORIA INDEPENDENTE

Desde o exercício de 2015, a Fundação conta com serviços de investigação forense (shadow investigation) para suporte à auditoria independente no que se refere ao acompanhamento dos trabalhos de investigação na Fundação.

12. EVENTOS SUBSEQUENTES

O aumento do número de casos do Coronavírus (COVID-19) pelo mundo e pelo Brasil trouxe impactos sobre a saúde pública, sobre a economia e sobre os preços dos ativos relevantes. A extensão e profundidade destes impactos ainda requerem uma definição da dimensão da contaminação e do período de restrição à circulação nos diferentes países. Em 11 de março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de pandemia global, o que levou a uma deterioração adicional dos mercados, assim o principal indicador de bolsa americana (S&P500) fechou em queda de mais de 15% no acumulado do ano, enquanto o índice da bolsa brasileira (Ibovespa) fechou em queda de 26,4% no ano e o índice títulos públicos federais indexados à inflação de longo prazo (IMAB-5+) fechou em queda de 9,6% no ano.

Tanto o Ibovespa quanto a IMAB-5+ impactam diretamente o patrimônio dos planos da Petros, pois são as duas maiores alocações da Fundação. Contudo, é importante ressaltar que a alocação em renda variável e nos títulos longos indexados à inflação é resultado de um processo de otimização cujo objetivo era chegar na meta com o menor risco possível. De fato, o aumento da exposição em renda variável, com o conseqüente aumento de risco, é uma realidade vivenciada por todos os fundos de pensão no Brasil dada a necessidade de buscar uma meta atuarial que ficou muito acima dos juros reais praticados no início de 2020.

Desde o início da crise, a Fundação está revisando seus cenários e estratégias e acompanhando a disseminação dos casos pelo

mundo, bem como a evolução dos mercados e o posicionamento dos Bancos Centrais, a fim de adequar as posições com serenidade e equilíbrio. Olhando para frente, nossa expectativa é de mais algumas semanas de muita volatilidade, pelo menos até que a extensão da contaminação e da mortalidade decorrentes do COVID-19 fiquem claras, permitindo uma melhor avaliação do impacto econômico.

Se prevalecer a hipótese de um choque intenso, mas transitório, o segundo semestre deve trazer uma recuperação da atividade econômica criando condições para que os mercados recuperem grande parte das perdas nos próximos 12 meses. Por outro lado, há visões pessimistas, que consideram que os surtos de COVID-19 serão recorrentes e que uma recessão global prolongada será inevitável. A evolução da doença na China, deve ser a melhor referência para monitorar este risco e, por ora, as informações são construtivas, indicando a normalização da atividade nas próximas semanas.

Bruno Macedo Dias
Presidente
CPF: 096.104.887-57

Henrique Andrade Trinckquel Filho
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF: 018.755.707-13

Tatiana Rios dos Santos Gelain
Contadora
CPF: 047.865.637-81
CRC-RJ: 079.940/O-3

PARECER ANUAL DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS

Exercício 2019

(O texto a seguir é uma reprodução)

O Conselho Fiscal, em atendimento ao inciso II do art. 33 do Estatuto da PETROS – Fundação Petrobras de Seguridade Social, e consoante à letra “j” do art. 17, da Resolução Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) nº 29, de 13/04/2018, apreciou as Demonstrações Contábeis Consolidadas (Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa) e as Individuais por Plano de Benefícios (Demonstra o do Ativo Líquido, Demonstr o da Muta o do Ativo Líquido, Demonstr o das Provisões Técnicas) do exercício financeiro de 2019, consubstanciadas pelos Pareceres Atuariais e pela minuta do Relatório de Auditoria emitido pela KPMG Auditores Independentes, bem como nas análises feitas pelos próprios Conselheiros, apresenta os pontos relevantes que d o sustentac o   conclusão do presente Parecer.

INTRODU O

O Conselho Fiscal reconhece que a atual Administra o da Funda o permanece envidando os melhores esforços para aprimorar o fluxo de informa es, bem como, o atendimento às demandas e recomenda es deste Conselho.

Neste parecer, cumprindo as obriga es estatutárias e legais, são apresentados os pontos de aten o/ênfases para os quais recomendamos que devem ser estudados para implementa o no próximo exercício social.

Das análises realizadas nas Demonstra es Contábeis e Notas Explicativas, destacam-se os itens a seguir:

1. DO PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE:

No entendimento do Conselho Fiscal, o Relatório de Auditoria emitido pela KPMG, cumpre a exigência do Conselho Federal de Contabilidade e da PREVIC. Este Colegiado entende como pertinentes a ressalva e ênfases apontadas.

2. PONTOS DE ATEN O/ÊNFASES:

Considerando as análises das Demonstra es Contábeis e suas Notas Explicativas, bem como o monitoramento constante realizado por este Conselho Fiscal no decorrer de 2019, no cumprimento de suas atribui es, relatamos nossas principais constata es que requerem aten o especial da administra o da Funda o no decorrer do próximo exercício.

Além das Demonstra es Contábeis, Notas Explicativas e do Relatório do Auditor Independente, listamos os documentos que também foram analisados por este Conselho:

- Carta CF 009/2020 – Parecer sobre Riscos Atuariais;
- GRC 045/2019 2019 – Relatório dos Auditores Independentes sobre a Aplica o de Procedimentos Previamente Acordados para os Requerimentos da Instru o PREVIC Número 3 de 24/08/2019, relativo ao Exercício Findo em 31.12.2018;
- GRC 071/2019 – Relatório sobre Adequa o dos Controles Internos aos Riscos Suportados;
- GRC/CI 209/2019 – Relatório Testes Controles Eficácia;

- Auditoria Interna – Pontos Pendentes 2019;
- Carta CF 114/2019 – Relatório Testes Controles;
- Carta GAP00152/2020 – Impacto financeiro e atuarial do recadastramento;
- Nota Técnica emitida em conjunto pela Contabilidade e Jurídico;
- Carta de Representa o Administra o 2019;
- Carta de Representa o Governança 2019; e
- Pareceres Atuariais dos Planos.

2.1 - GESTÃO BASEADA EM RISCOS (CONTROLES INTERNOS E MATRIZ DE RISCOS)

Considerando a obrigatoriedade imposta pela legisla o (Resolu o CGPC 013/2004 e Instru o Normativa PREVIC 015/2017), salientamos que a Petros deve aplicar a Gestão Baseada em Riscos em sua gestão, contemplando todas áreas funcionais da Funda o e seus processos operacionais.

2.2 – RELATÓRIO DE PROPÓSITO ESPECÍFICO DE 2018 (CIRCUNSTANCIADO) – AUDITORIA INDEPENDENTE

No Relatório sobre a adequa o dos controles internos aos riscos suportados e estrutura de governança da Petros, referente ao exercício findo em 31/12/2018, observamos a existência de pontos de alerta ainda pendentes de corre es/a es por parte da Gestão da Petros.

2.3 - RISCOS ATUARIAIS

Este Colegiado, em atendimento ao Item 13 da Resolu o do CNPC n  09, de 29/12/2012, Resolu o CNPC n  015/2014 e Resolu o CNPC n  030/2018 avaliou a existência, eficiência e eficácia dos controles internos na minimiza o e mitiga o dos riscos atuariais, consubstanciadas no Parecer n  9/2020 de 17/02/2020, onde constam as recomenda es específicas que devem ser observadas pela administra o da Funda o.

2.4 – PLANOS DEFICITÁRIOS

Identificamos que os Planos sob a modalidade de Contribui o Definida/Variável Sulgasprev, os Planos em retirada de patrocínio e o Plano LANXESS, apresentaram déficits técnicos. Apesar de não ter a necessidade de equacionamentos, na forma prevista na Resolu o CNPC 30/2018, a administra o da Petros deve envidar esforços para equilíbrio e solvência dos Planos, evitando riscos atuariais e possíveis equacionamentos.

No que se refere ao Plano Ultrafértil, por extrapolar o limite de tolerância de 8,16% das provisões matemáticas, será necessário elaborar e aprovar Plano de Equacionamento de Déficit Técnico durante o exercício de 2020, dentro dos preceitos da legisla o vigente. Entretanto, conforme citado no Parecer da Avalia o Atuarial de 2019,   importante considerar que o plano já apresentou resultado deficitário no encerramento do exercício de 2018 acima dos limites de tolerância, sendo obrigatório a elabora o de novo Plano de Equacionamento. Em fun o dos sucessivos resultados negativos,

agravados pelas suspensões das contribuições extraordinárias de participantes, assistidos e patrocinadores referentes aos Planos de Equacionamentos já aprovados, oriundas de ações judiciais, a Fundação vem buscando medidas alternativas para reestabelecer o seu equilíbrio.

Os Planos PPSP-R e PPSP-NR apresentaram déficits técnicos, porém sem necessidades de equacionamentos, referente ao exercício de 2019, entretanto no encerramento de 2018, o plano havia apresentado resultado deficitário acima do limite de tolerância, com a obrigatoriedade de Plano de Equacionamento em 2019.

2.5 – CISÃO DOS PLANOS PPSP (PRE 70 E NÃO PRE 70)

O Conselho Fiscal ressalta que, para a implantação da cisão dos Planos PPSP-NR e PPSP-NR NÃO PRÉ-70 e PPSP-R e PPSP-R PRÉ-70, realizou avaliação sobre os possíveis riscos intrínsecos a esse processo.

A análise se fez necessária, haja visto que, para avaliação da necessidade de “empréstimos/transferência de ativos” entre os Planos PPSP-NR e PPSP-NR NÃO PRÉ-70 e PPSP-R e PPSP-R PRÉ-70, é crucial a apreciação do processo de cisão.

Na condução do primeiro processo de cisão do Plano PPSP em Repactuados e Não Repactuados, ocorrido em 2018, o Conselho Fiscal já havia recomendado determinadas adequações sobre os riscos identificados. No novo processo de cisão identificamos que a metodologia aplicada se assemelha a realizada na cisão inicial do Plano PPSP, o que pode eventualmente ensejar adequações semelhantes neste último processo

2.6 – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DÉFICITS ADMINISTRATIVO)

No que se refere ao Plano de Gestão Administrativa, mesmo com o estabelecimento do TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, ainda permanece a situação de alguns planos com custeio administrativo desequilibrado.

Nas Notas Explicativas, nº 8.2.2 e nº 8.2.2.1, a diferença está sendo apurada e acompanhada gerencialmente, pelo fato de o PGA da Fundação ser de gestão compartilhada, e, ainda, a Fundação tem realizado estudos e simulações com a finalidade de promover os ajustes necessários à gestão administrativa da Fundação.

2.7 – PLANOS EM RETIRADA DE PATROCÍNIO

Observamos que existem Planos em processo de retirada de patrocínio, sem conclusão do processo de encerramento, bem como Planos com déficit técnico (Triunfo Vida, Copesul e Transpetro) e planos com superávit (Braskem, PQU e Copesulprev), mantendo assim não conformidade com que estabelece o Art. 22 da Resolução CNPC 011/2013.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E PARECER

Considerando os pontos de atenção/ênfases relacionados neste relatório, bem como a Ressalva e as Ênfases contidas no Parecer do Auditor Independente, KPMG;

Considerando a necessidade de melhoria contínua, bem como, eficiência e eficácia dos controles internos nos processos da Petros, em linha com a Gestão Baseada em Riscos, em atendimento ao artigo 39 da Resolução CNPC 030/2018;

Considerando nova proposta de reequilíbrio dos planos PPSP-R e PPSP-NR, contemplando o equacionamento dos déficits de 2015 e 2018 e a possível implementação do Novo PED a partir de abril de 2020, conforme citado nas notas explicativas nº 1.5 e nº 8.3;

Considerando as ações em andamento acerca das investigações e outras medidas judiciais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) e outras autoridades públicas, com o objetivo de apurar a responsabilidade por fraudes contra a Fundação e praticadas por empresas, ex-administradores da Fundação e executivos de empresas, nas quais a Fundação mantinha investimentos direta e/ou indiretamente.

Os membros Conselho Fiscal, com base nos exames das informações, relatórios e documentos fornecidos pela Fundação, nos trabalhos abrangentes realizados pelos Auditores Independentes KPMG, no conjunto de análises efetuadas por este Colegiado e medidas adotadas pela administração para o arquivamento e divulgação das Demonstrações Contábeis, entenderam que as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2019 e respectivas Notas Explicativas, refletem as posições patrimonial e financeira da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, às normas editadas pelo CNPC e pela PREVIC e concluem recomendando ao Conselho Deliberativo a sua aprovação.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2020

JOÃO ANTONIO DA SILVA CARDOSO

Presidente

DANIEL SARAIVA SANTOS FILHO

Conselheiro

REINALDO LUZ CÊIA DE SOUZA

Conselheiro

LINALDO COY DE BARROS

Conselheiro

DECISÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Exercício 2019

O Conselho Deliberativo, na reunião CD-668, realizada nos dias 18 e 19/3/2020, aprovou as Demonstrações Contábeis consolidadas, bem como as Demonstrações Contábeis individuais do exercício 2019 dos planos de benefícios sob a gestão da Petros.

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

Bruno Dias

DIRETORES

Alexandre Mathias

Flavio Castro

Leonardo Moraes*

CONSELHO DELIBERATIVO

TITULARES

Gustavo Santos Raposo (Presidente)

Afonso Celso Granato Lopes

Claudia Padilha de Araujo Gomes

José Roberto Kaschel Vieira

Norton Cardoso Almeida

Ronaldo Tedesco Vilardo

SUPLENTES

André Luis Araujo Santana

Herval Candido de Souza Filho

Luiz Carlos Leão

Marcos André dos Santos

Marco Aurélio da Cunha Monteiro Viana

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Daniel Saraiva Santos Filho

João Antonio da Silva Cardoso (Presidente)

Linaldo Coy de Barros

Reinaldo Luz Cêia de Souza

SUPLENTES

André Gameiro Rua

Luis Eduardo Pitta de Noronha

Tereza da Silva Soares

Expediente

Coordenação-geral e produção de textos

Assessoria de Comunicação

Fotos

Cicero Rodrigues

iStock

Proview

